



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM
TURISMO

CURSO DE MESTRADO EM TURISMO

ECOTURISMO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO
JUNCO, CAPELA, SE: SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO

JARDEL DE CARVALHO BISPO

ARACAJU
2022

JARDEL DE CARVALHO BISPO

ECOTURISMO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, CAPELA, SE: SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Linha de Pesquisa: Gestão de Turismo de Base Comunitária (GTBC)

Orientador: **Prof. Dr. Claudio Roberto Braghini**

Coorientador: **Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar**

ARACAJU
2022

Orientador: Claudio Roberto Braghini
 Coordenador: José Wellington Carvalho Vilar
 Dissertação (Mestrado Profissional em Turismo Profissional)

CDU: 338.485.1

JARDEL DE CARVALHO BISPO

ECOTURISMO NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, CAPELA, SE: SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo do Instituto Federal de Sergipe, como requisito para obtenção do título de Mestre em Turismo.

Aprovado em: ____/____/____

Orientador: Prof. Dr. Claudio Roberto Braghini (Presidente)

Instituto Federal de Sergipe – IFS

Coorientador: Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar

Instituto Federal de Sergipe – IFS

1º Examinador: Licio Valério Lima Vieira (Membro Interno)

Instituto Federal de Sergipe – IFS

2º Examinador: Zysman Neiman (Membro Externo)

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

CESSÃO DE DIREITOS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Turismo (PPMTUR) do Instituto Federal de Sergipe (IFS) responsável pelo Curso de Mestrado Profissional em Turismo a permissão para disponibilizar, reproduzir, emprestar ou vender cópias desse trabalho. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte dessa dissertação de mestrado pode ser reproduzida sem autorização por escrito do autor.

Jardel de Carvalho Bispo
Instituto Federal de Sergipe – IFS

Prof. Dr. Cláudio Roberto Braghini
Instituto Federal de Sergipe – IFS

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Instituto Federal de Sergipe – IFS

Dedico este trabalho a minha família que é meu alicerce e a todos que contribuíram de alguma forma com a evolução deste autor.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sempre uma tarefa difícil, pois corremos o risco da injustiça. Em primeiro lugar, não poderia ser diferente, agradeço a Deus por tudo e por ter me dado o livre arbítrio, lidar com as consequências é uma dádiva, nos permite sentir e sentir é estar vivo.

Agradeço a minha família, os incentivos após dúvidas e desconfianças foram fundamentais para o trilhamento deste caminho. Agradeço pelas injeções de animo, acreditar em mim quando isso não era claro nem pra mim mesmo é um privilégio que reconheço. Obrigado! Sem seu amor e apoio incondicional nada seria possível.

Agradeço ao programa PPMTUR por ter dado espaço e acreditado no meu potencial, é louvável entregar resultados enquanto promove sensibilidade e tolerância em meio a constante descrédito. Agradeço aos professores que fazem parte do programa, todos estão em minha memória.

Agradeço ao meu orientador Claudio Roberto Braghini que me apoiou durante as etapas da pesquisa tornando-a viável. É um privilégio poder compartilhar momentos com esse profissional. Agradeço Cláudio Braghini por ter sido ouvinte e presente, suas orientações foram fundamentais para a evolução do autor e para desenvolvimento e entendimento do objeto de estudo.

Agradeço a toda equipe da SERMAH que nos receberam de bom grado e demonstraram interesse em se reinventarem em busca da melhoria do local de estudo junto com as comunidades. Independente do caráter do Conselho a retórica era sempre de apoio mútuo.

Agradeço aos meus colegas de curso, os momentos que passamos juntos serão memórias que guardarei com carinho. Agradeço também as minhas colegas de graduação Valdislene Silva e Mércia Regina a todos que contribuíram de alguma forma com este trabalho, seja direta ou indiretamente.

Muito Obrigado!

O tempo dissolve todas as certezas.

RESUMO

O Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco é uma Unidade de Conservação (UC) que prevê em seu Plano de Manejo vigente, o Ecoturismo. Como UC de proteção integral, só admite uso de recursos de forma indireta. Ao mesmo tempo gerou restrições às comunidades do entorno. A presente pesquisa teve como objetivo analisar as condições para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco em Capela (SE). Para este fim, foram realizadas pesquisas bibliográfica, documental e de campo, com registro fotográfico e de áudio, aplicação de entrevistas com roteiro aos gestores antigos e atuais. O diagnóstico evidenciou desafios a serem enfrentados quanto às contradições entre as áreas visitadas e o que prevê o zoneamento. Não há distinção evidente entre ações de ecoturismo e de educação ambiental, sendo que acontece atendimento principal de estudantes em visitas de escolas. O apoio e desenvolvimento a pesquisadores também é comum. A possibilidade de inserir a comunidade em atividades ecoturísticas esbarra nas indefinições legais e administrativas, quanto às possibilidades e periodicidade de visitação. Organizar o ecoturismo e possibilitar a integração com a comunidade na oferta de serviços e produtos implica decisões sobre fluxo de agendamento, período de funcionamento do REVIS para visitação, ampliação dos condutores locais, capacitação e regulamentação, a readequação da infraestrutura, ampliação da visitação e definições no âmbito de custeio das atividades ou investimentos em melhoria. Diretrizes foram propostas em temáticas ou eixos no sentido de enfrentar tais desafios.

Palavras-chave: Ecoturismo de base comunitária. Áreas protegidas. Unidade de conservação. Mata do Junco. Refúgio de Vida Silvestre.

ABSTRACT

The Mata do Junco Wildlife Refuge is a Protected Area (UP) or Conservation Unit (UC) that provides for Ecotourism in its current Management Plan. As a full protection UC, it only admits the use of resources indirectly. At the same time, it created restrictions on the surrounding communities. The present research aimed to analyze the conditions for the development of community-based ecotourism at the Mata do Junco Wildlife Refuge in Capela (SE). To this end, bibliographic, documentary and field research were carried out, with photographic and audio records, application of scripted interviews to former and current managers. The diagnosis showed challenges to be faced regarding the contradictions between the areas visited and what the zoning provides. There is no clear distinction between ecotourism and environmental education actions, with students mainly attending school visits. Support and development for researchers is also common. The possibility of including the community in ecotourism activities comes up against legal and administrative uncertainties regarding the possibilities and frequency of visitation. Organizing ecotourism and enabling integration with the community in the offer of services and products implies decisions on the scheduling flow, period of operation of the REVIS for visitation, expansion of local drivers, training and regulation, the readjustment of infrastructure, expansion of visitation and definitions within the scope of funding activities or investments in improvement. Guidelines were proposed on themes or axes in order to face such challenges.

Keywords: Community-based ecotourism. Protected areas. Conservation unit. Mata do Junco Forest. Wildlife Refuge.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Ciclo do Planejamento	36
Figura 2 - Fases e etapas do processo de planejamento.	44
Figura 6 - Reunião do Conselho Consultivo da Mata do Junco.	60
Figura 8 - Placa na entrada da Trilha do Visgueiro.	65
Figura 9 - Entrada da trilha do Visgueiro.	65
Figura 10 - Área de captação da SAAE.	66
Figura 11 - Exemplo de Área para Visitação com Potencial para Mirante.	67
Figura 12 - Faixa etária dos visitantes do REVIS.	69
Figura 13 - Escolaridade dos entrevistados.	70
Figura 14 Profissão dos visitantes	70
Figura 15 - Sede administrativa do REVIS.	73
Figura 16 - Alojamento do REVIS.	74
Figura 17 - exposição de banners na sede do REVIS.	74
Figura 18 - Exposição de banners, armadilhas na sede do REVIS.	75
Figura 19 - Logo marca do I Guigoturarte.	76
Figura 20 - Cronogramas de atividades Guigoturarte.	77
Figura 21 - Perfil em rede social da Guigó Aventura.	80
Figura 22 - Soltura de jiboia pela equipe Guigó Aventura e delegado de Capela.	80
Figura 23 - Condução de visitantes em trilha no REVIS.	81
Figura 24 - Entrada no REVIS MJ.	107
Figura 25 - Entrada da Sede do REVIS	107
Figura 26 - Oficina Participativa com o Conselho Gestor no REVIS Mata do Junco.	108
Figura 27 - Oficina Participativa com o Conselho Gestor no REVIS Mata do Junco.	108
Figura 28 - Termo de Posse do Conselho Consultivo.	111
Figura 29 - Ata de Reunião do Conselho Consultivo	112
Figura 30 - Ata de Reunião do Conselho Consultivo	113
Figura 31 - Exemplo de orçamento de materiais para o REVIS MJ.	114
Figura 32 - Cadastro de Brigadista.	115
Figura 33 - Exemplo de ofício para visitação no REVIS MJ.	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Espécies de mamíferos presentes no REVIS Mata do Junco.	52
Tabela 2 - Características do zoneamento do REVIS Mata do Junco.	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Benefícios e Desvantagens do Turismo.	20
Quadro 2 - Estratégias e técnicas e recursos da pesquisa.	58
Quadro 4 - Instituições e membros integrantes do Conselho Consultivo do REVIS Mata do Junco.	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE MAPAS

Figura 3 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.	48
Figura 4 - Mapa Rodoferroviário do Leste do Estado de Sergipe.	49
Figura 5 - Mapa Geológico da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre.	50
Figura 7 - Zoneamento do REVIS Mata do Junco.	63

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADEMA -	Administração Estadual do Meio Ambiente
ARIE -	Área de Relevante Interesse Ecológico
COOPERLESTE -	Cooperativa Regional de Produção e prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Leste de Sergipe
CONAMA -	Conselho Nacional do Meio Ambiente
DRE -	Demonstração do Resultado do Exercício
EMBRATUR -	Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo
EMDAGRO/SE -	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
MJ –	Mata do Junco
ONU –	Organização das Nações Unidas
OSCATHA -	Associação Sócio Cultural Amigo do Turismo e do Meio Ambiente
PA -	Plano de Ação
PM -	Plano de Manejo
PNAP -	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
REVIS -	Refúgio de Vida Silvestre
SAAE –	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SEDURBS -	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade
SEMARH -	Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
SERMAH -	Superintendência Especial de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
SNUC -	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
TBC –	Turismo de Base Comunitária
UC-	Unidade de Conservação
UFS –	Universidade Federal de Sergipe
WWF -	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. REVISÃO TEÓRICA.....	19
2.1 TURISMO E SUSTENTABILIDADE: SUA DEPENDÊNCIA INTRÍNSECA.....	19
2.2 ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: PREMISSAS PARA SEU DESENVOLVIMENTO	23
2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES NÃO URBANAS: FERRAMENTAS PARA INCLUSÃO.....	29
2.4 DO PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA AO PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO.....	33
2.5 PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA	35
2.5.1 Diagnóstico.....	38
2.5.2 Prognóstico.....	40
2.5.3 Objetivos e Metas.....	41
2.5.4 Implementação	42
2.5.5 Monitoramento	44
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	47
3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	47
3.2 OS CAMINHOS A SEREM TRILHADOS	53
4. ECOTURISMO SOB O PRISMA DA GESTÃO DO REVIS MATA DO JUNCO	62
5. DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO REVIS	82
6. PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO	88
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	96
APÊNDICES	102
ANEXOS.....	110

1. INTRODUÇÃO

O Turismo vem sendo visto como ferramenta de fomento ao desenvolvimento, por vezes, cidades e municípios recorrem a atividade como opção de planejamento, buscando o desenvolvimento econômico, social e sustentável. Estudos voltados para área são disseminados cada vez mais, ao passo que são elaboradas estratégias de implementação da atividade visando a diminuição das desigualdades sociais e econômicas através de geração de emprego e renda. Como é inerente ao desenvolvimento de qualquer atividade, os desdobramentos da implementação podem trazer resultados assertivos, contudo deve-se atentar-se também aos resultados negativos que podem ser desastrosos e irreversíveis (NUNES, 2009).

Com a popularização do turismo entre as décadas de 1950 e 1970, favorecidas pelo aumento da tecnologia de comunicações e transportes, houve maior agilidade no deslocamento de um grande fluxo de pessoas advindas de grandes distâncias. Pode-se pensar que as organizações que promoviam o Turismo não tinham a perspectiva da importância da sustentabilidade ambiental para a perpetuação da atividade. Isso porque, o turismo como fenômeno social dinâmico e complexo, ainda não havia sido compreendido como tal. Por isso, favoreceu-se o deslocamento das massas (turismo de massa) sem organização e sem preocupação com os impactos ambientais e sociais que a atividade poderia causar (PIRES, 2002).

Por volta das décadas de 1980 e 1990, como contraponto ao turismo de massa, buscou-se formas alternativas de turismo (turismo alternativo) em razão dos impactos negativos identificados e ligados àquela forma de desenvolvimento da atividade (PIRES 2002). Nesse período surgiu uma variedade de nomenclaturas e tipos de turismo, entre eles o ecoturismo, turismo ecológico, turismo rural, turismo responsável, turismo verde, entre outros.

A emergência das ideias de desenvolvimento sustentável e da sustentabilidade foram disseminadas ao turismo que passa a incorporar e se denominar, turismo sustentável. Isto porque o turismo como fenômeno contemporâneo foi provocado a se posicionar sobre o seu papel no desenvolvimento e suas implicações. O turismo sustentável incorporou princípios do

turismo alternativo, isto é, foco no local, que se preocupe com as comunidades locais e minimização de impactos ambientais (PIRES, 2002).

As discussões emergentes a respeito da sustentabilidade nos diversos âmbitos da sociedade têm instigado a busca por novas metodologias de planejamento, especialmente no que diz respeito ao turismo, atividade de significativo impacto socioeconômico (SCÓTOLO e PANOSSO NETTO, 2015).

Uma das propostas de desenvolvimento sustentável trazida pelos autores Scótole e Netto (2015), tem relação ao Turismo de Base Comunitária (TBC), que tem sido visto pelas comunidades como uma opção de melhoria de suas condições de vida. Desta maneira, o desenvolvimento local tem sido possível em processos endógenos de Turismo de Base Comunitária resultantes da decisão, da autogestão e da plena participação da comunidade local nas atividades turísticas.

O TBC Surge dentro desse contexto de mudanças derivadas de necessidades, principalmente, sociais. Esta característica está no cerne das discussões despendidas sobre a possibilidade de instigar o empoderamento e autonomia nas comunidades através do turismo de base local, valorizando o seu protagonismo na oferta de equipamento e serviços turísticos, bem como a cultura e cotidiano, na perspectiva de que o turismo agregue valor ao que se produz na comunidade (CASTRO e PINTO 2013).

Algumas propostas de ecoturismo já apresentavam este viés de empoderamento das comunidades locais para autogestão do turismo. A atividade turística se molda ao comportamento dos indivíduos que interagem naquele território à medida que esses regem, transformam e são transformados. Neste sentido, abre-se a chance de permanência das comunidades nos seus territórios, diante das transformações típicas em que o turismo convencional de grande escala tende a gerar, junto com a especulação imobiliária (WWF, 2001).

O ecoturismo na sua história incorporou princípios que se direcionam a conservação ambiental, bem como geração de benefícios às comunidades locais. Dado que, o Turismo vem sendo reafirmado constantemente como ferramenta de transformação, muito embora, carregue consigo a possibilidade de impactos negativos, mas também positivos como empoderamento e conservação, derivados do sentimento de pertencimento. Tais pressupostos trouxeram uma ligação com as áreas protegidas.

As áreas protegidas são instrumentos de política ambiental e no Brasil, as Unidades de Conservação da Natureza (UCs), apresentam categorias que admitem visitação turística e outras que não admitem. Trata-se de categorias estabelecidas com o intuito de se adequar a realidade do local conservado, UCs de proteção integral tem cunho mais restritivo em comparação as de uso sustentável, porém as ações de educação ambiental são comumente aceitas na maioria das UCs.

Esta pesquisa se desenvolveu no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Unidade de Conservação da natureza de proteção integral, por ter característica restritiva deve-se manter cuidado ao analisar atividades permitidas. Por isso, o Plano de Manejo (PM) se apresenta como documento orientador imprescindível, pois através dele é possível consultar as atividades permitidas e quais as zonas as comportam, com suas normas e restrições de uso, bem como se admite o ecoturismo em algumas delas.

No presente momento, as atividades desenvolvidas na referida Unidade de Conservação incluem turismo pedagógico, condução de trilhas, cursos de capacitação dentre outras atividades. Contudo, o que hoje é ofertado não condiz de forma clara com a participação do tripé no planejamento, na estruturação da oferta e nos resultados gerados pela atividade, seja em qual for o âmbito.

O entorno do REVIS Mata do Junco conta com um conjunto habitacional com um total de seis comunidades e agrovilas derivadas do Assentamento José Emídio. Tais comunidades possuem práticas vinculadas ao espaço rural e no centro a UC, que gerou certas restrições de uso desde sua criação. Por outro lado, gerou-se instância de diálogo via Concelho Consultivo, o que possibilita analisar tais desdobramentos por outra via, com foco em como essa interação e tomada de conhecimento de ações podem gerar atores e agentes sociais que visam contribuir como a gestão de acordo com suas experiências e modo de vida.

Tem-se, portanto, um contexto territorial de comunidades com perfil rural, que anseiam melhorias de qualidade de vida, o REVIS pode ser uma alternativa, apesar de ter sido levantada uma barreira legal que gerou restrições de recursos na UC, essa mesma prevê o ecoturismo como atividade possível. Nesse sentido, Sinalizam-se possibilidades para se planejar o desenvolvimento local, utilizando o TBC e o Ecoturismo.

Dentre os princípios que o Ecoturismo carrega destaca-se a preocupação com os benefícios gerados para as comunidades envolvidas. Dessa forma, busca-se harmonizar tais

objetivos com a pesquisa, visando ao desenvolvimento da atividade, não só respeitando seus princípios, mas também buscando alinhar aspectos de participação comunitária de acordo com o contexto que a pesquisa está inserida.

O interesse pelo presente estudo tem origem na percepção do potencial turístico do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. Esse potencial pode ser utilizado para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, visando ao fomento da economia local através da participação da própria comunidade em tais atividades, no sentido de um desenvolvimento endógeno.

Como o REVIS MJ é de perfil restritivo, de Proteção Integral, gerenciado pelo estado, há que se organizar o ecoturismo na UC e integrar a comunidade na prestação de serviços, de forma a criar um movimento que permita gerar atividades ou roteiros que integrem ações na UC e nas comunidades. Portanto, nesta ótica, esta pesquisa é o início de um processo de planejamento. Neste sentido, questiona-se como está estruturado o ecoturismo no REVIS atualmente? Quais as possibilidades e desafios para o desenvolvimento do ecoturismo no REVIS, pensando na inclusão das comunidades no processo?

Uma UC com regras, normas, limitações impõe ou implicam condições para que se desenvolva determinada atividade, como o ecoturismo, em especial quando se trata de TBC. A manifestação da gestão em articular ações e integrar a comunidade esbarra em desafios que a própria gestão impõe, relativas às questões legais e materiais existentes. Dessa maneira, falar em desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária exige refletir e conhecer as limitações e possibilidades legais e estruturais para tal, ou seja, as condições materiais e legais existentes no REVIS Mata do Junco para tal.

Dessa maneira, o objetivo geral foi analisar as condições para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco em Capela (SE). Os objetivos específicos foram: Caracterizar o Ecoturismo no REVIS de acordo com a gestão; Analisar as possibilidades e desafios para o ecoturismo de base comunitária integrada à UC; Elaborar diretrizes e orientações para o desenvolvimento do Ecoturismo para o REVIS Mata do Junco.

2. REVISÃO TEÓRICA

A pesquisa está fundamentada em bibliografia que aborda assuntos como: Ecoturismo, sustentabilidade, planejamento, Turismo de Base Comunitária, Unidades de Conservação e suas categorias, oferta turística atual e potencial do Refúgio de Vida Silvestre da Mata do Junco.

2.1 TURISMO E SUSTENTABILIDADE: SUA DEPENDÊNCIA INTRÍNSECA

O turismo enquanto fenômeno econômico e social está relacionado ao fluxo de pessoas, à produção e ao consumo de uma grande variedade de produtos e serviços, tangíveis e intangíveis, e que, geram uma série de impactos econômicos, sociais e ambientais, tanto positivos como negativos (SANTOS *et al.*, 2014).

Pinheiro e Rossi (2015, p. 9) fazem uma análise quando estabelecem que o turismo “está relacionado a diversos interesses da área de administração, como *marketing*, estratégias, formação de redes, empreendedorismo, negócios internacionais, entre outros. Dessa forma se faz necessário pensar o turismo como um setor de interesse global”.

O delineamento dos segmentos turísticos está intimamente imbricado às motivações turísticas num esforço de adequação da oferta às suas demandas. Dessa forma, são submetidos a um constante processo de modelagem e readequação mercadológica.

Os atrativos são a força motriz do Turismo, pois é uma das principais motivações que levam os turistas a se deslocarem pelo território, devendo-se então atentar-se ao impacto do turismo nessas localidades pelo risco de desaparecimento desses. Dias (2003, p. 25) ratifica que “[...] Um uso turístico intenso a curto prazo provocará a médio e a longo prazo clara diminuição da demanda, pelo motivo de que o recurso natural que atraiu o visitante não mais existirá ou estará tão degradado que não será mais atrativo”.

Por isso, se faz necessário planejar a atividade mantendo clara a importância de conservar o meio ambiente em longo prazo. A conservação abre margem para o uso sustentável do meio ambiente pela atividade turística, congelando os efeitos negativos das ações antrópicas.

Grande parte das atividades turísticas se desenvolve no meio natural. De acordo com a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) meio ambiente é o

“conjunto de condições, leis, influência e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (CONAMA, 2002, p. 760).

Dado o conceito trazido, o ser humano se relaciona com o meio ambiente a ponto de afetar a dinâmica natural do local, como também sua própria existência. Diante disso, e sabendo dos impactos causados pelo Turismo, busca-se planejar de forma holística.

A discussão que permeia o turismo se desenrola através de vários pontos de vista, isso porque, tal fenômeno impacta diretamente e indiretamente qualquer que seja o local onde ele aconteça. Diante disso, surgem vários estudos com o objetivo de descrever, além de planejar e potencializar os impactos positivos e mitigar os negativos. Entretanto, cabe apontar que os impactos causados pelo Turismo se ramificam por diversas esferas, sejam elas, ambiental, econômico ou cultural.

A organização World Wide Fund for Nature (WWF) apresenta os benefícios e desvantagens que o Turismo acarreta (Quadro 1).

Quadro 1 - Benefícios e Desvantagens do Turismo.

BENEFÍCIOS DO TURISMO	DESVANTAGENS DO TURISMO
<p>O desenvolvimento do turismo tem gerado uma série de benefícios. A seguir, listamos algumas das contribuições que o turismo pode trazer à qualidade de vida de sua comunidade.</p> <p style="text-align: center;">Benefícios Econômicos</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O turismo ajuda a diversificar e estabilizar a economia local. Também pode ajudar a trazer outras atividades econômicas para a comunidade. <input type="checkbox"/> O turismo gera impostos e traz dinheiro novo para a comunidade. <input type="checkbox"/> O turismo gera empregos e oportunidades comerciais. <p style="text-align: center;">Benefícios Sociais</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O dinheiro gerado pelo turismo ajuda a 	<p>Embora o turismo traga muitos benefícios, o seu desenvolvimento não acontece livre de impactos negativos na comunidade. Abaixo listamos alguns desses possíveis malefícios.</p> <p style="text-align: center;">Desvantagens Econômicas</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O turismo necessita de custos operacionais para pesquisa, promoção etc. <input type="checkbox"/> O turismo se utiliza de serviços públicos que são mantidos pelo contribuinte locais, excedendo seus custos. <input type="checkbox"/> O turismo pode exigir o treinamento de empregados, proprietários e educação da população local. <input type="checkbox"/> O turismo pode gerar fuga de capitais. <p style="text-align: center;">Desvantagens Sociais</p>

<p>financiar serviços e estabelecimentos públicos que a comunidade talvez não tivesse condições de financiar (estradas públicas, energia, comunicação, saúde e segurança).</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ O turismo incentiva a participação cívica e o orgulho pela comunidade e suas manifestações culturais. ❑ O turismo proporciona o resgate e o intercâmbio cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> ❑ O turismo pode atrair visitantes com comportamento conflitante com o da comunidade e seus padrões culturais. ❑ O turismo pode criar tumulto, poluição em vários níveis e congestionamento. ❑ O turismo pode aumentar os índices de criminalidade e marginalidade. ❑ O turismo pode gerar conflito entre os que o querem e os que são contra o seu desenvolvimento.
<p style="text-align: center;">Benefícios Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ O turismo pode incentivar a preservação de recursos naturais, culturais e históricos. ❑ O turismo pode estimular a revitalização e embelezamento paisagístico da cidade ou vila. ❑ O turismo pode contribuir para a sustentabilidade de áreas protegidas. ❑ O turismo educa para a conservação da natureza. 	<p style="text-align: center;">Desvantagens Ambientais</p> <ul style="list-style-type: none"> ❑ Turismo desordenado ou sem critérios pode degradar a qualidade de importantes recursos naturais e históricos. ❑ Lixo, barulho e poluição do ar podem aumentar com o turismo. ❑ O sucesso econômico do turismo pode levar a maior pressão sobre os recursos naturais.

Fonte: Mitraud (2003, p. 38).

A adoção da ideia de desenvolvimento sustentável, numa busca de equilíbrio entre crescimento econômico e conservação ambiental, conduziu ao turismo sustentável como premissa.

O conceito de turismo sustentável pode e deve ser aplicado a “indústria do turismo”, pois está intimamente ligado à manutenção da qualidade do meio ambiente, do qual essa atividade depende. Equivocadamente, sugere-se que o turismo sustentável é simplesmente outro tipo de turismo, sinônimo de ecoturismo ou antítese de turismo de massa. Entretanto, é um tipo de desenvolvimento do turismo que deve, na verdade, levar em conta não só o fator econômico, mas também os fatores ambientais e sociais (KINKER, 2002, P.17).

Diante dessa premissa, recomenda-se cautela no planejamento do Turismo, tendo em vista os impactos advindos da atividade. Dito isto, a alternativa, ou melhor, o ideal para o planejamento condiz com o conceito de sustentabilidade. “A palavra sustentabilidade permite refletir uma política e estratégia de desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e dos recursos naturais, cuja qualidade depende da continuidade da atividade humana e do desenvolvimento” (BENI, 2003, p. 7).

Ligado à sustentabilidade está o desenvolvimento sustentável, pois a ideia de melhoria de determinado espaço, por meio de critérios estabelecidos se entrelaça com os conceitos, tanto de um, quanto do outro, mas o que seria o desenvolvimento sustentável? A Organização das Nações Unidas – (ONU) por meio do relatório de Brundtland tentou estabelecer um conceito, afirmando que o desenvolvimento sustentável é aquele que supre as necessidades da geração atual, mas sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades (BRUNDTLAND, 1987).

A tese do desenvolvimento sustentável projeta-se a partir das evidências sobre os limites socioambientais dos padrões atuais de produção e consumo, diante da crise de modelos que, durante mais de meio século, apresentaram-se como alternativa à via capitalista dominante. Ainda que sem configurar, necessariamente, uma ruptura radical com relação aos padrões societários vigentes, a sustentabilidade sócio-políticoambiental dos estilos de desenvolvimento adotados, vem colocando-se com evidência cada vez maior enquanto modo de superação da atual crise planetária (VIEIRA e ALMEIDA, 2011, p. 14).

Complementando o conceito trazido, Santa Cruz (2007) apresenta o desenvolvimento como uma política que visa salvaguardar o ambiente e a qualidade de vida na comunidade regional, gerando desenvolvimento econômico e ecologicamente sustentável, por conseguinte, possibilita a conservação e preservação ambiental, além de emprego e distribuição de renda para as gerações futuras.

Nesse sentido, a prática da sustentabilidade é sugerida como um meio de conservação, proporcionando o usufruto das gerações futuras. Dessa forma, pretende-se não comprometer a qualidade de vida dos sucessores em relação à geração, ou seja, conservar significa administrar pensando nas gerações futuras os recursos naturais de determinada área, utilizando-os de forma que não lhes traga prejuízos permanentes (PELLEGRINI FILHO, 1999).

No Brasil há diversas áreas protegidas, entre elas estão as Unidades de Conservação da Natureza, as quais têm finalidades como preservar ou conservar o meio natural, entre outras. As UC's estão legalmente definidas na Lei 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (BRASIL, 2000).

As Unidades de Conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. O objetivo das UC's de proteção integral é preservar os recursos naturais e só é permitida a

utilização de forma indireta. Já no que diz respeito às UC's de uso sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Tendo em vista a problemática levantada e a dimensão sustentável no Turismo, cabe caracterizar as categorias de Unidades de Conservação em termos de possibilidade de se desenvolver atividades turísticas e para gerar uma compreensão maior sobre como essas atividades podem ser admitidas nestas áreas protegidas. No grupo de Unidades de Conservação de proteção integral estão: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. Compõem o grupo de Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

De especial interesse a este projeto o REVIS compõe a categoria de Unidades de Conservação Integral cujo conceito esclarece que só é possível utilizar os recursos de maneira indireta. O SNUC indica que “o Refúgio de Vida Silvestre tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (BRASIL, 2000).

2.2 ECOTURISMO EM ÁREAS PROTEGIDAS: PREMISSAS PARA SEU DESENVOLVIMENTO

O ecoturismo em seus princípios apresenta um caráter mais restritivo do que o turismo “convencional”, entretanto, essa característica não o impede de acometer o local que se desenvolve com impactos advindos dos visitantes que, apesar de se distanciar em partes do perfil psicocêntrico, ainda sim, demandam cuidados. Os impactos negativos que afetam e podem afetar o local de estudo são: poluição sonora, causando afugentamento da fauna, poluição do ar, acúmulo de resíduos sólidos, compactação do solo, coleta de plantas ou flores, gerando desequilíbrio no local etc.

De outra maneira, os impactos negativos culturais e sociais são igualmente prejudiciais, como citados a seguir, alijamento das populações caso não haja ações de inclusão e capacitação das comunidades, mudanças de hábitos devido a interação com novas culturas

que podem se sobrepujar a cultura dos autóctones, conflito de interesses e monopolização dos recursos pelos interessados entre outros.

Por outro lado, o ecoturismo é uma atividade com potencial de impacto positivo em diversas esferas e se bem planejada pode trazer desenvolvimento de forma categórica. O ecoturismo apresenta importantes benefícios socioeconômicos, ambientais e culturais, tais como: sentimento de pertencimento, inibição do êxodo rural, iniciativas de Ed. Ambiental, geração de emprego e renda, melhoramento da infraestrutura do local, conservação do meio ambiente, incluindo questões culturais e sociais, geração de renda para UC's etc.

Os impactos citados foram identificados e projetados no REVIS Mata do Junco, já que são provenientes dos recursos do REVIS levantados por meio do diagnóstico, todavia, ressalta-se que a aproximação da atividade do impacto negativo ou positivo vai depender do planejamento e do desenvolvimento do ecoturismo.

Devido as características do Ecoturismo estarem ligadas ao uso sustentável de áreas ecológicas, seus desdobramentos muitas vezes contribuem para a conservação do meio em que se desenvolve, em seus diversos aspectos, sejam eles: naturais, econômicos e sociais. Segundo o MTUR, (2010, p. 11):

O Ecoturismo tem como pressuposto contribuir para a conservação dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma situação de ganhos para todos os interessados: se a base de recursos é protegida, os benefícios econômicos associados ao seu uso serão sustentáveis.

Por isso, o ecoturismo é o segmento mais indicado para o desenvolvimento em áreas naturais protegidas devido ao seu caráter conservacionista, igualmente, é fundamental o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem a participação e o retorno da renda para a comunidade (KINKER, 2002).

Ainda de acordo com Kinker (2002), no Brasil, ainda não há essa relação, pois tanto as áreas protegidas federais como boa parte das estaduais não possuem infraestrutura adequada, e muitas vezes não tem sequer o plano de manejo elaborado, impossibilitando assim que programas específicos, como é o caso do uso público, possam ser desenvolvidos de maneira adequada, comprometendo os objetivos conservacionistas que têm no turista um aliado em potencial.

Para o Ministério do Turismo (2010, p. 11), dentre os princípios do ecoturismo estão: “a conservação ambiental aliada ao envolvimento das comunidades locais, devendo ser

desenvolvido sob os princípios da sustentabilidade, com base em referenciais teóricos e práticos, e no suporte legal”.

Já Wood (2002, p. 14, tradução nossa), apresenta de forma mais estendida tais princípios.

- Minimizar os impactos negativos na natureza e cultura que podem prejudicar um destino.
- Educar os visitantes sobre a importância da conservação.
- Enfatizar a importância de negócios responsáveis, que trabalham em cooperação com as autoridades locais e as pessoas para atender às necessidades locais e oferecer benefícios de conservação.
- Receitas diretas para a conservação e gestão de áreas naturais e protegidas.
- Enfatizar a necessidade de zoneamento de turismo regional e de planos de gestão de visitantes projetados para regiões ou áreas naturais que estão programadas para se tornarem eco-destinos.
- Enfatizar o uso de estudos de base ambiental e social, bem como programas de monitoramento de longo prazo, para avaliar e minimizar os impactos.
- Maximizar o benefício econômico para o país anfitrião, as empresas e comunidades locais, especialmente as pessoas que vivem em áreas naturais e protegidas e adjacentes a elas.
- Garantir que o desenvolvimento do turismo não exceda os limites sociais e ambientais de mudança aceitável, conforme determinado pelos pesquisadores em cooperação com os residentes locais.
- Contar com infraestrutura desenvolvida em harmonia com o meio ambiente, minimizando o uso de combustíveis fósseis, conservando as plantas e a vida selvagem local e integrando-se ao ambiente natural e cultural.

A organização World Wide Fund for Nature (WWF) atua, entre outras coisas, na conservação, investigação e recuperação ambiental e aponta que o ecoturismo deve:

- contribuir para a conservação do meio ambiente;
- promover, onde possível, a valorização cultural das comunidades, bem como sua capacitação para o gerenciamento participativo e de mínimo impacto dos recursos envolvidos;
- buscar a diversificação e integração econômica para a melhoria da qualidade de vida das comunidades;

Portanto, pode-se destacar a importância do ecoturismo no desenvolvimento de atividades em áreas protegidas, inclusive, no REVIS Mata do Junco por ser um segmento que, embora de forma incipiente, já é praticado no local.

No Brasil há diversas áreas protegidas, algumas dessas áreas recebem o nome de Unidades de Conservação com a finalidade de preservar ou conservar o meio natural. As

Unidades de Conservação estão legalmente definidas na Lei 9.985/2000 que institui o SNUC (BRASIL, 2000).

Pode-se acrescentar que o objetivo das Unidades de Conservação de proteção integral é preservar os recursos naturais e só é permitida a utilização dos mesmos de forma indireta. Já no que diz respeito às Unidades de Conservação de uso sustentável o objetivo é compatibilizar a conservação da natureza com o uso de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

Destacam-se as categorias de Unidades de Conservação que compõem o grupo de Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre. Por sua vez, apresentam-se também o grupo de Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

O REVIS compõe a categoria de Unidades de Proteção Integral, cujo conceito deixa claro que só é possível utilizar os recursos de maneira indireta. Nesse sentido, é viável a descrição de como o SNUC compreende o Refúgio da Vida Silvestre, tendo como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória (BRASIL, 2000).

O uso indireto permitido e, até, recomendado nas Unidades de Conservação de proteção integral, reconhece o Ecoturismo e considera seus princípios e benefícios. Fontoura e Silveira (2008) ressaltam que dentre os segmentos do turismo que estão no mercado, tem-se o ecoturismo ou turismo ecológico. O surgimento desta prática está relacionado às mudanças de paradigma em âmbito mundial, calcada no conceito de desenvolvimento sustentável.

Contudo, a afirmação de Neiman e Mendonça (2000, p. 105) apresenta que:

O ecoturismo surgiu como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável das regiões que ainda hoje apresentam importantes conjuntos naturais, de grande valor ecológico e paisagístico e como estratégia de conservação de culturas tradicionais. Portanto, ecoturismo não contém um fim em si, não existe para desenvolver-se a si mesmo, mas sim para possibilitar a inserção destas ditas regiões que, comumente, foram afastadas do desenvolvimento regional.

Kinker (2002) complementa o conceito de ecoturismo afirmando que a atividade desenvolvida na natureza deve considerar três fatores principais: a conservação do local visitado seja ele natural ou cultural; a conscientização ambiental, tanto do turista como da comunidade receptora, aqui cabe ressaltar a importância da Educação Ambiental, e por fim, o desenvolvimento local e regional integrado, além de pensar no planejamento voltado para o território e toda sua complexidade, com as relações de poder sendo consideradas. Cumprindo essas três premissas, o ecoturismo possibilita a sustentabilidade da atividade.

No Brasil, segundo o Plano Nacional de Áreas protegidas – (PNAP) essas áreas “abrangem um território de dimensão continental. As Unidades de Conservação federais, somadas às unidades de conservação estaduais, protegem mais de 100 milhões de hectares de ambientes naturais em todos os biomas brasileiros” (PNAP, 2006, p. 3).

Sendo assim, é propício refletir sobre a relação dos indivíduos com as áreas protegidas. Essa interação, muitas vezes é modificada, ou interrompida, dependendo da resolução que rege a UC próxima a sua comunidade. Desse modo, alguns estudos buscam reduzir tal impacto de modo a gerar maior inserção das comunidades na área protegida, pois não se deve negligenciar a interação que existia e os impactos gerados pelas barreiras levantadas legalmente.

Braghini e Vilar (2014, p. 94) alertam sobre o isolamento das Unidades de Conservação perante a falta de integração com o entorno, tornando-as “ilhas”.

Os espaços como objetos de proteção ambiental, considerando-se as relações entre populações humanas e os recursos usados, estabelecem-se como ilhas de conservação, na medida em que tais espaços protegidos estão encravados em meio a áreas não protegidas, sujeitas mais diretamente aos diversos interesses locais, regionais e até globais, dependendo do valor de uso que adquirem. O entorno das unidades de conservação torna-se interface de conflitos potenciais, pois congregam diferentes interesses, pressões antrópicas e esferas de gestão. Os conflitos territoriais emergem assim sob a bandeira da questão ambiental e a razão da conservação entra constantemente em rota de colisão com os mais variados interesses socioeconômicos e políticos e até culturais.

A respeito da interação entre comunidade e área protegida cabe mencionar a reflexão feita por Neiman e Mendonça (2000) sobre o utilitarismo camuflado manuseado pelo neoliberalismo. Essa estratégia busca, entretanto, utilizar o conceito de sustentabilidade de maneira superficial, com a finalidade de facilitar o uso de áreas protegidas com acentuado

viés econômico. Diante disso, os autores ressaltam a importância de promover o “bem estar” econômico da comunidade.

Observa-se ainda que nessas áreas, as populações residentes possuem um forte vínculo com a natureza, que representa o suporte principal de sua caracterização cultural. Daí a preocupação, na definição de ecoturismo, de promover o bem estar dessas populações. Por "bem-estar" compreende-se sua integração ao processo de desenvolvimento econômico sem corromper suas características culturais mais profundas. Afinal, se estes povos ainda vivem tendo a natureza como suporte para a manutenção de suas culturas, possivelmente são os únicos a realmente conhecer as formas de sustentabilidade específica daqueles ambientes. (NEIMAN e MENDONÇA, 2000, p. 105).

Nessa mesma perspectiva, convém ressaltar a questão sobre como deverá ocorrer essa interação. A reflexão permeia o uso sustentável a fim de evitar os mesmos erros que em determinado período gerou a necessidade de proteger a área contra a ação antrópica. Esse uso, por outro lado, pode ser feito justamente através do Ecoturismo.

Essa atividade demanda um planejamento cuidadoso, já que o Ecoturismo pode sabidamente ocasionar impactos tanto positivos quanto negativos sobre os destinos. Em decorrência disto e da preocupação inerente a esta forma de turismo, muitas vezes são impostas restrições ao número de 21 visitantes e veículos aceitáveis. Até mesmo a realização de obras de infraestrutura necessárias ao desenvolvimento adequado do turismo nas regiões, pode ser causadora de grandes problemas como, por exemplo, descaracterização das paisagens locais. Outro risco que se corre remete ao alijamento da população local, cujos valores podem ser feridos pela atividade turística realizada (MTUR, 2008, p. 43).

Ecoturismo pode ser percebido por seu atributo de proporcionar formas para o desenvolvimento endógeno, como afirma Sachs (2009). Por essa ótica, o Ecoturismo pode utilizar-se de estratégias que gerem desenvolvimento endógeno a partir de forças e métodos internos, inserindo não apenas o ganho econômico, mas tudo que advém do Ecoturismo, como também, ganhos sociais e ambientais.

A proposta de utilizar a UC REVIS Mata do Junco como espaço oportuno para desenvolvimento de atividades turísticas está embasado no próprio Sergipe (2011), aliás, identifica o Ecoturismo como segmento propício para o local. Essa perspectiva favorece pensar no desenvolvimento endógeno, cujo intuito é de fazer uso do local com sustentabilidade, fomentando o desenvolvimento a partir do âmago da comunidade.

O Ecoturismo através da gestão participativa abre espaço para a abordagem e desenvolvimento do Ecoturismo de Base Local e/ou de Base Comunitária. O incentivo à participação da comunidade por meio de reuniões participativas, onde se é capaz de perceber as intenções e necessidades de acordo com o próprio ponto de vista comunitário, fomenta a interação e integração das comunidades. Dessa forma, pode-se almejar o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no entorno e/ou em uma UC. “O turismo comunitário é um modelo turístico endógeno que tem como proposta a preservação dos recursos naturais e enaltecimento das expressões culturais” (GONÇALVES e SILVA, 2017 p. 1).

Para atingir esse propósito, no Ecoturismo, e no Ecoturismo de Base Comunitária, como é proposto por Neiman e Barros-Freire (2020, p.490), “é comum que as comunidades recorram a agentes externos que possam colaborar com esse processo, como o poder público, o setor privado e as organizações do terceiro setor”.

2.3 DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM COMUNIDADES NÃO URBANAS: FERRAMENTAS PARA INCLUSÃO

Vale destacar que buscar o desenvolvimento endógeno nos dias atuais não é uma prática simples, pois os modelos que temos na academia ainda são incipientes, basta ver que poucos estudos são vinculados ao TBC e tais estudos ainda sofrem com a falta de confiança nos resultados. “Os modelos atuais de gestão do turismo devem ser observados, estudados, analisados, criticados, questionados e correlacionados, pois apresentam limitações se observados de forma isolada [...]” (KOCH *et al.* 2017, p. 39).

É interessante ressaltar que o Turismo de Base Comunitária, ou Turismo Comunitário visa se desenvolver por meio de ações que busquem a sustentabilidade ambiental, social e econômica. Imbricado a isso, o desenvolvimento endógeno tem papel fundamental, pois acarreta em maior liberdade de escolha para as comunidades devido a sua gestão de baixo para cima e não na forma unilateral de cima para baixo.

Por esse ângulo, o desenvolvimento endógeno contribui com o sentimento de pertencimento, como consequência propicia a valorização das características da comunidade, melhor dizendo, da sua cultura e valores. Isso é importante, pois preserva essa cultura de uma influência externa maior.

Em conformidade com Pinheiro (2017, p. 47), o cerne do desenvolvimento endógeno “incide na consolidação e manutenção das identidades culturais ao passo em que se explora as potencialidades criativas dos indivíduos a fim de mitigar uma possível dependência cultural e imitação de padrões de consumo próprios do capitalismo”.

Para Filho (2009, p. 37) o desenvolvimento endógeno é:

um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Esse processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto e da renda do local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

O TBC junto com desenvolvimento endógeno age de forma a incluir o que é humano na conservação dos recursos naturais, pois acredita-se que sua cultura, pensamentos, falas e conhecimentos, sejam fundamentais nesse processo.

Nesse sentido, Faxina (2014, p. 34) aponta que “a criação de áreas protegidas não deva ser voltada estritamente para a conservação da natureza por meio da exclusão total e imparcial da espécie humana [...]”.

O desenvolvimento endógeno, contudo, denota prudência, já que as escolhas referentes às ações devem ser feitas por meio da participação efetiva dos envolvidos, caso contrário, sem a devida participação, os anseios da comunidade tendem a não serem respeitados, gerando frustrações e descaracterizando esse tipo de desenvolvimento.

Os autores Vieira e Almeida (2011, p. 14) ainda alertam sobre a dificuldade de equilibrar os interesses econômicos gerados por meios das intervenções e o desenvolvimento. “Seu controle depende de critérios, valores subjetivos e de um conjunto de ações e políticas adequadas, capazes de promover o uso racional, e ao mesmo tempo, irracional dos recursos ambientais”.

Desse modo, para que o desenvolvimento endógeno aconteça em suas diversas esferas exige-se a participação efetiva da comunidade. Os maiores responsáveis por esse desenvolvimento devem ser as pessoas que vivem nela, pois sem a aceitação, compromisso e participação dos autóctones, nenhuma política de indução ou promoção do desenvolvimento alcançará êxito (PAULA, 2008).

O desenvolvimento endógeno parte da comunidade para a comunidade. Levam-se em consideração os interesses da população local, assim como sua capacidade de gestão, habilidades e suas peculiaridades, o aproveitamento de suas características endógenas e de recursos exógenos a ela destinados são os fatores preponderantes para que o desenvolvimento ocorra (SCÓTOLO e PANOSSO NETTO, 2015).

O TBC se aproxima do desenvolvimento endógeno, pois esse tipo de desenvolvimento se harmoniza com suas premissas. O TBC como um modelo de gestão visa, entre outras coisas, promover o protagonismo das comunidades através da potencialização dos seus recursos.

Por meio de uma linguagem similar Grimm *et. al.* (2017, p.51) acrescentam que:

Solidificado como uma proposta na escala local, centrado nos recursos endógenos (humanos, naturais, culturais e de infraestrutura) das comunidades, na solidariedade dos atores envolvidos, o TBC vincula-se à promoção da conservação ambiental, valorização da identidade cultural e diversificação econômica nas comunidades receptoras. Destaca-se, que a modalidade não designa um novo tipo de turismo ou segmento de mercado criado para atender a uma demanda específica.

Grimm *et. al.* (2017) acrescentam ainda que o TBC se apresenta como uma atividade de resistência ao turismo de massa, que por sua vez, busca conservar os modos de vida próprios da comunidade, além de contribuir com a melhoria das condições de vida local.

Para Pinheiro (2017), Mielke e Pegas (2012) o TBC não se apropria de um conceito concreto, mas sim, de ideias que balizam as ações baseadas em um modelo de gestão que prioriza a sustentabilidade. Ainda sobre o TBC, a atividade surge como alternativa em contraponto às atividades pautadas em modelos de massa, essas que não são mais tão cobiçadas como em outro momento. Em contrapartida, as atividades vinculadas ao TBC devem ser autossustentáveis, pois dependem disso para se manter ativas dentro do curto, médio e longo prazo. Nesse sentido, as atividades que se utilizam do TBC buscam por meio de seu planejamento levar melhoria na qualidade de vida dos moradores locais.

Na perspectiva de Nassar *et. al.* (2017) e Hallack *et al.* (2011), o TBC surge como uma modalidade turística, que é desenvolvida, sobretudo em Unidades de Conservação, sendo construído através de um processo que tem por objetivo consolidar uma atividade sustentável, levando em consideração os anseios da comunidade suas habilidades e potencialidades para que a maior parte da renda gerada volte para os moradores locais.

O Projeto Bagagem (2010, p. 19) traz seu conceito próprio de TBC, se aproximando dos demais. Para eles:

Turismo Comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva liderada pela comunidade, transparência no uso e destinação dos recursos e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza.

Os princípios do TBC servem como norte e são balizadores para as tomadas de ações dentro de um planejamento de TBC. Segundo o Projeto Bagagem (2010, p. 20), envolvem os seguintes princípios:

- Turismo da comunidade - participação. Esse princípio aponta que a comunidade deve ser proprietária dos empreendimentos turísticos e gerenciar coletivamente a atividade;
- Turismo para a comunidade. A comunidade deve ser a principal beneficiária da atividade turística, que existe para o desenvolvimento e fortalecimento da Associação Comunitária;
- Atração principal = modo de vida. A principal atração turística é o modo de vida da comunidade, ou seja, sua forma de organização, os projetos sociais que faz parte, formas de mobilização comunitária, tradição cultural e atividades econômicas;
- Partilha cultural. As atividades são criadas para proporcionar intercâmbio cultural e aprendizagem aos visitantes e aos anfitriões;
- Conservação ambiental. Os roteiros respeitam as normas de conservação da região e procuram gerar o menor impacto possível no meio ambiente, contribuindo para o fortalecimento de projetos e ações de conservação ambiental na comunidade;
- Transparência no uso dos recursos. Comunidade e visitantes participam da distribuição justa dos recursos financeiros; e
- Parceria social com agências de turismo. Busca por envolver todos os elos da cadeia do turismo no benefício das comunidades.

O TBC como modelo de gestão abre margem para ser implantado em diversos segmentos do Turismo. Considerando-se os princípios do TBC, as Unidades de Conservação de uso sustentável permitem a congruência do desenvolvimento do TBC nesses locais. Assim sendo, sobressaem as atividades que tem como característica o uso de meios naturais para o seu desenvolvimento, a título de exemplo, o ecoturismo.

Tudo isso, levanta questões referentes ao papel do poder público na garantia da proteção do meio ambiente, distribuição de renda e da participação das comunidades do entorno nas atividades desenvolvidas na Unidade de Conservação. Além disso, o uso do local já era feito pelas comunidades, porém lhes foi tirado em outro momento, sendo assim, e levando em consideração os benefícios mútuos, cabe essa inserção.

2.4 DO PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA AO PLANEJAMENTO ECOTURÍSTICO

O processo de pensar em ações capazes de modificar a realidade de um local implica em enxergar etapas que possibilitem orientar determinadas ações. Planejar é o passo mais apropriado na hora de se pensar em ações voltadas para atingir determinado objetivo. A partir disso, busca-se entender um plano como uma ferramenta que servirá de ponte entre a origem de determinado objetivo e o seu alcance.

O planejamento pode ser entendido como uma ação composta de estratégias e medidas capazes de dar subsídios para alcançar objetivos que foi traçado em projetos cujo intuito é de resolver, ou mitigar problemas identificados em um local e/ou instituições (MITRAUD, 2003).

Segundo Mundstock (2008, p. 30).

O planejamento ajuda a organização a realizar um trabalho melhor, focando sua energia, garantindo que seus membros estejam trabalhando em direção aos mesmos objetivos, medindo e ajustando a direção da organização em resposta a mudanças do ambiente. É o esforço disciplinado para que sejam tomadas decisões fundamentais e para que sejam colocadas em prática as ações que modelem e guiem a organização para que ela saiba o que é, o que faz e porque faz, com foco no futuro desejado.

Cabe destacar que o planejamento através de seus documentos como, por exemplo, plano de ação, não deve ser considerado como uma camisa de força, isto é, como uma amarra intelectual que exclui a percepção de oportunidades essas, que por sua vez, podem não constar no planejamento.

De acordo com Alday (2000) não se deve pensar somente no sucesso ou no fracasso das estratégias formuladas para atingir os objetivos, mas pensar que as consequências das estratégias propostas exigirão adaptabilidade por parte do que se foi planejado a fim de evitar o travamento da agilidade na hora de reagir às mudanças, ameaças e oportunidades.

Para seguir um planejamento muitas vezes é necessário aderir a uma ferramenta como o plano de ação que busca projetar uma metodologia capaz de conquistar objetivos formulados anteriormente. Dessa forma, pretende-se definir ações, ou seja, passos necessários para atingir o que foi proposto, estabelecendo cronograma e considerando os recursos socioeconômicos.

Dentro das estratégias previstas para o plano de ação pode-se destacar o planejamento participativo. O objetivo do planejamento é fazer com que os atores e agentes sociais locais possam inserir-se na gestão das atividades desenvolvidas, ou pensadas para serem desenvolvidas no local de estudo da presente pesquisa.

Segundo Brasil (2010) cada Unidade de Conservação deve ter seu próprio conselho, promovendo a participação de atores sociais locais. Entretanto, cada modalidade de Unidade de Conservação conta com algum tipo de conselho, sejam eles consultivos, deliberativos, ou ainda conselhos não regulamentados. O REVIS conta com o conselho consultivo, por ser uma reserva de proteção integral.

Assim como prevê o SNUC os conselhos consultivos têm papel fundamental na hora de desenvolver espaços colegiados e descentralizados de gestão, como conselhos de direitos que promovem o exercício da democracia e da participação. A partir desse princípio, é possível promover o fortalecimento da gestão participativa e da interlocução entre os atores e agentes sociais (FRANCA, 2006).

Os conselhos consultivos contribuem para tornar realidade a participação na administração do REVIS por parte da sociedade civil. Dessa forma, evita-se que as necessidades das populações que interagem de alguma forma com a Unidade de Conservação sejam negligenciadas.

Como instrumento de gestão participativa da administração pública, o conselho de Unidades de Conservação (UCs), também denominado conselho gestor ou comitê, tem relevante papel no processo de administração contínuo, cujo principal objetivo é materializar na prática a participação política e a construção da cidadania, ratificando o dever e o direito da sociedade civil na gestão pública, previstos na Constituição Cidadã de 1988 (ALEGRIA E SILVA, 2006, p. 1).

Contudo, esse instrumento de administração participativa apresenta alguns desafios, já que necessita de organização coletiva de um grupo, ainda recai sobre o conselho gestor da UC o papel de mediar interesses diversos, e por vezes conflitantes, buscando tomar decisões em consenso de maneira que considere os anseios sociais locais (ALEGRIA e SILVA, 2006).

Portanto, para que a implementação de uma gestão participativa ocorra os atores sociais devem estar amparados pelo conselho consultivo de modo que possam se expressar e estabelecer vínculos com instituições públicas, mas também privadas.

A fim de minimizar os impactos negativos e maximizar os impactos positivos no REVIS Mata do Junco o Ecoturismo surge como uma proposta harmoniosa, visto que, tal atividade é prevista no Plano de Manejo como favorável para ser desenvolvida. Para que esse segmento possa ser desenvolvido na UC atendendo aos seus princípios deve-se apoiar-se no planejamento, pois essa ação possibilita direcionar as ações para que o Ecoturismo aconteça de maneira que seu impacto positivo seja significativo.

Contudo, o planejamento da atividade ecoturística não deve se ater apenas a técnicas e ferramentas práticas, mas sim considerar a sustentabilidade em suas esferas social, ambiental e econômica.

Para o planejamento do ecoturismo não bastam técnicas e ferramentas práticas de elaboração de planos e projetos. Desta forma entende-se que refletir intensamente sobre a atividade e seus objetivos de sustentabilidade nas suas esferas econômica, social e ambiental é fundamental para o sucesso na implantação do ecoturismo, atendendo aos seus princípios (MITRAUD, 2003, p. 33)

Nesse sentido, Barros (1999, p. 88) apresenta que:

Os impactos causados pelo ecoturismo, seus custos e benefícios já são conhecidos. Não se sabe até que ponto esses benefícios podem ser maximizados e os custos minimizados. Mas sabe-se que, sem planejamento e sem boa administração, o ecoturismo não terá sucesso.

Por isso, o planejamento é recomendado para que as ações programadas possam considerar diversos aspectos socioeconômicos, visando diminuir possíveis impactos negativos que possam acometer o local, além de permitir potencializar os impactos positivos. O planejamento ecoturístico imbricado com a gestão participativa também passa mais segurança para instituições que possam se apresentar como apoiadores, pois esses parceiros necessitam de confiança nas estratégias propostas para alcançar os objetivos (MITRAUD, 2003).

2.5 PLANEJAMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA

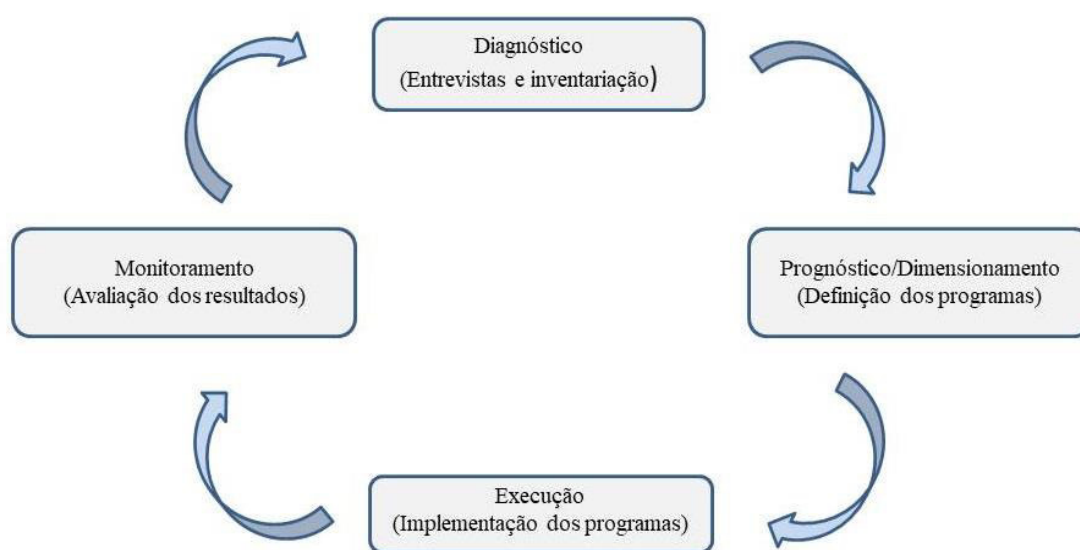
O planejamento é uma ferramenta presente no cotidiano de todos, quando se pensa antecipadamente em uma atividade buscando atingir um objetivo por meios de estratégias, já está pondo em prática a premissa do planejamento, uma família que se prepara para uma ceia de natal, considerando recursos disponíveis, onde serão feitas as compras, quem participará, que horas a ceia deverá ficar pronta, por exemplo, está praticando um exercício de planejamento. “Conscientes, ou não, as pessoas estão sempre planejando, pois o dia a dia é

constituído de um conjunto de atribuições e obrigações concomitantes; por isso, é preciso organizar as ações para que tudo seja cumprido de forma eficiente” (BRAGA, 2007, p. 1).

O conteúdo dos capítulos a seguir visa esclarecer como a abordagem do planejamento será feita, introduzindo a divisão do trabalho, ao passo que elucida as etapas e critérios de avaliação dos recursos considerados em cada passo do desenvolvimento do planejamento.

Com o propósito de tornar mais didático o entendimento, vale trazer a (Figura 1) inspirada em Mitraud (2003).

Figura 1- Ciclo do Planejamento



Fonte: Adaptado a partir de Mitraud (2003).

Dessa forma, o planejamento se apresenta como uma atividade cíclica, ao passo que cada etapa está interligada a outra. A seguir, serão descritas as quatro etapas, sendo elas, diagnóstico, dimensionamento, execução, monitoramento.

1. Diagnóstico: essa etapa consiste em analisar todos os recursos internos e externos, abordando qual o estado desses recursos, consiste em inventariar, seja por meio de entrevistas, observações técnicas, ou análises de documentos, os recursos dispostos no local de estudo, por exemplo, os recursos naturais como fauna, flora, hidrografia, relevo, clima etc. Os recursos artificiais (tudo que é antrópico), como trilhas, aspectos culturais, edifícios, dentro e fora do

REVIS, entre outros. Além de colher informações financeiras essenciais que afetarão diretamente no custeio do desenvolvimento de atividades ecoturísticas como o orçamento anual previsto e como é feita a captação de recursos.

2. Dimensionamento/Prognóstico: essa etapa busca pensar nas ações futuras, após o recolhimento de informações no diagnóstico, é aqui onde são determinados os programas que possibilitarão a melhoria no desenvolvimento do ecoturismo, igualmente, à consulta aos interessados, gestão, público alvo, comunidades, setor privado, poder público, é o alicerce para um bom desenvolvimento de atividades, tendo em vista que as atividades serão executadas por eles, do mesmo modo que é usufruída.
3. Execução: etapa onde são executados os programas propostos.
4. Monitoramento: nessa etapa acontece o controle das atividades propostas, de forma paralela a todas as etapas do planejamento.

Ainda segundo Braga (2007, p. 1), “é necessário definir prioridades e prazos, considerando os equipamentos disponíveis, para que o máximo de tarefas seja cumprido em um período predeterminado”. De maneira geral, o planejamento é visto como uma ferramenta capaz de determinar ações futuras com vistas a melhorar o processo dentro de uma instituição. “[...] O planejamento está na vida de todos, pois o princípio básico do planejamento é identificar uma situação presente e traçar ações futuras para a melhoria da mesma” (FERNANDES, 2011, p. 4).

Para o desenvolvimento de um planejamento crível ressalta-se a importância de considerar a dinâmica do território, pois dessa maneira é possível entender qual o direcionamento é necessário para atender os anseios dos interessados de acordo com suas relações de poder, segundo Haesbaert (2007, p. 20) o território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

O intuito deste tópico não é abordar o conceito de território em sua totalidade, mas apresentar de forma que seja possível perceber a preocupação existente em considerá-lo no planejamento das ações.

Entende-se que Petrocchi (1998), Cooper (2001), Barretto (1991), Ignarra (2003), Valls (2006) e Molina (2005) corroboram que para evitar um planejamento irreal deve-se considerar uma etapa para o colhimento de informações, outra para estabelecer ações futuras, pensar em metas e objetivos, execução e acompanhamento. Dessa forma, objetiva-se diminuir as chances de fracasso, a frase disseminada e atribuída a Benjamin Franklin diz que, “Falhe ao planejar e estará planejando falhar”.

2.5.1 Diagnóstico

O diagnóstico é a primeira etapa de um planejamento, pois é nele que é feita inventariação do local capaz de identificar os recursos internos e externos que estão disponíveis, por outro lado, essa etapa também ajuda a entender as necessidades dos envolvidos no local, afinal, essas pessoas são capazes de determinar o rumo que as ações tomarão. Portanto, o diagnóstico faz uma análise macro ambiental contribuindo para entender a situação atual e projetar situações futuras.

[...] Nesta fase são levantadas informações do passado e do presente sobre determinado assunto. É a etapa que permite conhecer, com certa precisão, o que ocorreu, como ocorreu, porque ocorreu, como modificar a situação atual. No tocante à atividade turística, fazem parte desta fase a análise macroambiental da localidade, o inventário da oferta turística e o conhecimento de informações sobre a demanda turística (FERNANDES, 2011, p. 22).

De acordo com Barros, (1999, p. 90), O processo de diagnóstico do local apresenta duas fases:

- “• Coleta de informações;”
- “• Análise dos dados e informações.”

A coleta de informações internas e externas ao local busca entender quais recursos podem ser trabalhados, essa coleta pode ser feita através de entrevistas, questionários, formulários, observações técnicas, bibliografias, documentos técnicos, entre outros. Por outro lado, a análise das informações consiste em identificar como os recursos coletados estão sendo trabalhados, objetivando o entendimento a respeito de como esses podem ser potencializados no caso de pontos fortes, minimizados no caso de fraquezas, aproveitados no caso de oportunidade e evitados no caso de ameaças.

O diagnóstico avalia a situação atual da região para fins do desenvolvimento do ecoturismo, esboçando a ideia básica do potencial e do perfil da região para a atividade e das alterações/adequações necessárias. Além disso, o diagnóstico se baseia também nas informações geradas pelas pesquisas de mercado, definidoras das oportunidades mercadológicas na oferta de produtos e roteiros de ecoturismo, assim como projeta os perfis de demanda efetivas e potenciais (MITRAUD, 2003, p. 54).

Barros (1999, p. 90) ainda complementa que: “O diagnóstico tem por objetivo identificar os elementos necessários ao conhecimento do local, compreender o processo de análise da situação comunitária, desenvolver habilidades e conhecimentos básicos sobre a qualificação de recursos”. O diagnóstico visa identificar as potencialidades e o papel do ecoturismo no desenvolvimento socioeconômico local regional (MITRAUD, 2003).

Conforme Santos e Sonaglio (2013), o diagnóstico é caracterizado pelo levantamento de todas as informações relevantes ao planejamento da atividade turística, os atrativos turísticos, o público-alvo, o mercado potencial, equipamentos turísticos, infraestrutura básica e a realidade social e econômica da comunidade trabalhada.

Importa salientar que, apesar de o diagnóstico ser a primeira etapa do planejamento é necessário ter em mente o que será verificado no local escolhido, isto é, o que será considerado em relação a recursos ambientais, sociais, econômicos e como serão colhidas as informações que farão parte do inventário. Contudo, essas premissas devem servir como norte, podendo sofrer alterações ao longo do tempo visando se adequar a realidade do local.

Braga (2007, p. 116) diz que, “[...] para viabilizar a estruturação do diagnóstico, o planejador precisa saber, antes da realização do inventário, de quais informações vai necessitar, como devem ser pesquisadas, como os cruzamentos dos dados serão feitos, para poder preparar os instrumentos de investigação de campo de forma adequada”.

Diante do que foi exposto nota-se que a qualidade das informações colhidas no diagnóstico afetará diretamente na perspectiva do planejamento, despendendo recursos valiosos de forma errada, provocando erros em cascata nas etapas posteriores (ARGUETA & VARELA, 2014).

2.5.2 Prognóstico

O prognóstico tem como objetivo projetar ações e se baseia em previsões para estabelecer diretrizes com o intuito de modificar a realidade de determinado local, apoiado no que foi identificado por meio do diagnóstico e inventariação sobre dados do passado e do presente (FERNANDES, 2011; DREHER, 2003).

O prognóstico é a segunda fase do planejamento, após o diagnóstico, e nesta etapa tenta-se fazer uma projeção do que pode ser desenvolvido em curto, médio e longo prazo (NÓBREGA, 2011). Para Beni (1999, p.9), a respeito do planejamento voltado para o turismo existem duas etapas antes do prognóstico, nas palavras do autor: “São três as fases do processo de planejamento estratégico e integrado do desenvolvimento sustentável do turismo: estudo preliminar, diagnóstico e prognóstico”.

Beni (1999, p. 10) ainda acrescenta diretrizes do prognóstico, a saber:

- Formular políticas e diretrizes de reorientação e programas de ação para assegurar o planejamento estratégico do desenvolvimento sustentável do Turismo na região.
- Estabelecer metas e projetos específicos para garantir a integração da sustentabilidade do desenvolvimento econômico, turístico e social, da área de estudo, observados seus componentes intersetoriais.
- Adotar programas que levem ao desenvolvimento sustentável do produto turístico regional, fatores como eficiência, qualidade e competitividade.

Braga (2007) vai além quando afirma que o prognóstico além de considerar a realidade do local estudado deverá considerar a realidade socioeconômica do país. “O prognóstico deve contar com informações gerais da realidade socioeconômica do país, para justificar o direcionamento das projeções e tendências que vão se estabelecer em função dos dados do diagnóstico feito sobre o objeto do planejamento” (BRAGA, 2007, p. 131).

Dreher (2003) corrobora com Braga (2007) quando afirma em seu trabalho que o prognóstico deverá confrontar as informações socioeconômicas com o que foi diagnosticado no local de estudo.

A autora Braga ainda acrescenta:

As projeções realizadas nessa etapa devem seguir um modelo metodológico confiável e de fácil compreensão. Em turismo, é bastante útil a análise das projeções de número de visitantes ou consumidores de um determinado local ou serviço. Contudo, para que essas projeções se viabilizem, são necessárias informações sobre a variação desse fluxo no decorrer do tempo. São as chamadas séries históricas constituídas em dados diários, mensais, anuais etc (BRAGA, 2007, p. 131).

Por fim, considerando-se a reflexão levantada por Binfaré et. al. (2016, p. 35), que questiona a necessidade de revisão do que se concebe como prognóstico:

Mesmo que pertencendo à sequência aparentemente lógica, cabe aqui uma ponderação no sentido de questionar se a etapa de prognóstico, da forma como é concebida pelos autores, não deveria passar por uma revisão. Uma vez que ela é baseada no conhecimento da realidade de um local, mas que esta realidade faz parte de um contexto que é dinâmico, e assim passível de muitas mudanças. Este cenário faz com que um processo de planejamento baseado em previsões, corra riscos de ter que corrigir muitas falhas e em pouco tempo ficar obsoleto.

De forma análoga, o prognóstico pode ficar obsoleto ao passo que negligencia a dinâmica do local estudado, porém, considerando que o planejamento da forma tradicional, presente no paradigma vigente, se utiliza de métodos dedutivos, isto é, baseado no que já foi testado, cogita-se que a tentativa mais adequada para se evitar erros de previsão é, além da dinâmica local, atentar-se para dinâmica externa.

2.5.3 Objetivos e Metas

Diante do prognóstico são estabelecidos objetivos visando ter claro o que se pretende atingir de acordo com as informações colhidas e projetadas nas etapas anteriores e na sequência, utiliza-se as metas para definir prazos e prioridades.

Segundo Binfaré et. al. (2016, p. 32) “ao se estabelecer o cenário que representa o futuro desejado, seja ele qual for, torna-se possível determinar os objetivos a serem alcançados para que este cenário se concretize [...]”.

Para Braga (2007), a enumeração de objetivos permite definir metas, com determinações de prazos e prioridades. O autor destaca que

Assim, cada objetivo terá um tempo específico para ser concretizado e esse tempo também está ligado a uma escala de prioridades. Esse processo de quantificação dos objetivos possibilita estabelecer diretrizes segundo uma sequência lógica de ações, distribuindo, inclusive, responsabilidades para órgãos e departamentos (BRAGA, 2007, p. 148).

Braga (2007) ao propõem definição de metas, elas podem ser divididas em curto, médio e longo prazos, respectivamente, dois anos, de dois a cinco anos, e após 5 anos. Vale destacar que o prazo deverá estar de acordo com a complexidade do local e tipo de planejamento

Com a finalidade de comparar e diferenciar objetivos de metas, Fernandes (2011, p. 22) diz que o:

Estabelecimento de objetivos e metas, quando alguém propõe uma ação expressa de forma qualitativa está se referindo a um objetivo. Quando se fala, por exemplo, em aumentar o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil, isto é um objetivo. Quando se fala em aumentar em 50% e no prazo de dez anos o fluxo de turistas estrangeiros no Brasil, isto é uma meta, ou seja, é um propósito de ação expresso de forma quantitativa. Em outras palavras, meta é um objetivo quantificado.

Dada as características levantadas pelos autores, os objetivos do planejamento devem ser enumerados, além de conterem uma escala de prioridade para a partir daí começar a estabelecer metas quantificáveis.

2.5.4 Implementação

Após definidas as etapas anteriores, diagnóstico (identificar características internas e externas), prognóstico (projeções e dimensionamentos), objetivos (características qualitativas) e metas (características quantitativas), volta-se para as ações necessárias para se atingir os objetivos propostos. Trata-se de diretrizes definidas com as informações obtidas nas etapas anteriores.

Diante do prognóstico, é possível partir para a etapa final: definir as ações necessárias para eliminar fatores negativos e otimizar os elementos positivos, lembrando que o direcionamento das ações deve ser coerente com a missão inicial que impulsionou todo o trabalho de planejamento. Assim, é importante fazer uma descrição da realidade ideal, ou seja, da imagem desejada para a área de estudo e posteriormente estabelecer metas para fundamentar as diretrizes de ação (BRAGA, 2007, p. 147).

Essas ações ou diretrizes, na maioria das vezes, são representadas em forma de programas, pensados para aperfeiçoar e beneficiar-se dos pontos fortes e oportunidades e para mitigar e evitar as fragilidades e ameaças, respectivamente. De acordo com Fernandes (2011, p. 22), os programas contemplam os projetos que detêm características semelhantes.

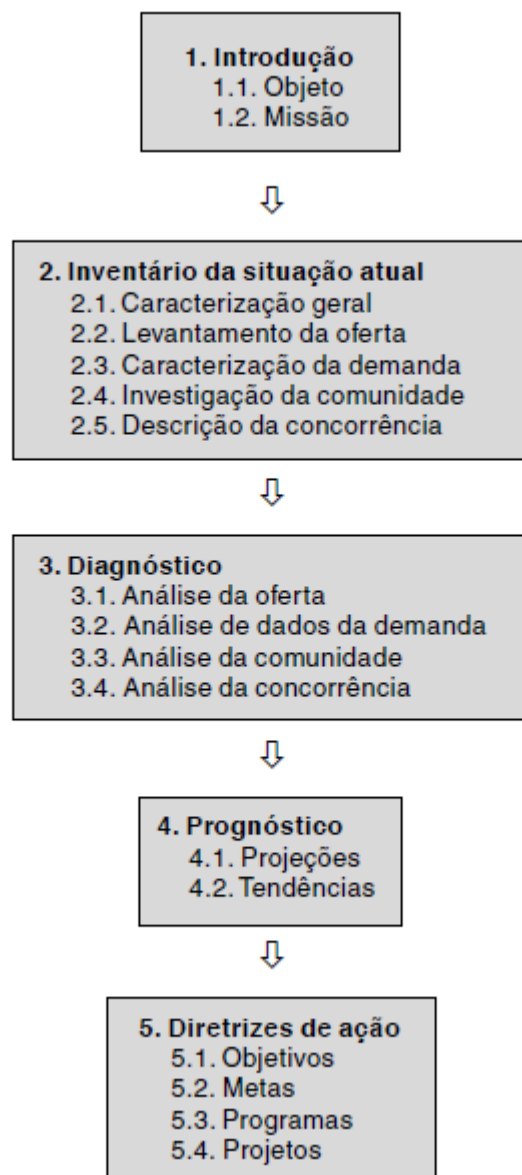
Programação é a fase em que todos os projetos semelhantes ou complementares entre si são reunidos em programas específicos. Por exemplo, num plano nacional de desenvolvimento econômico, todos os projetos referentes à saúde, habitação, educação e turismo serão agrupados nos respectivos programas, observadas as áreas de cada um. Entretanto, um plano nacional de desenvolvimento turístico pode ter programas como capacitação profissional, marketing, conscientização da população, melhoria da infraestrutura urbana e turística, melhor idade, ecoturismo, educação turística, eventos, dentre outros. Desses programas nascem os projetos específicos. *Implementação/execução*

Arelados aos programas estão os projetos que tem cunho mais específico, pois exige um conhecimento mais detalhado do local estudado e que por vezes demandam um planejamento próprio, os projetos são responsáveis em definir como os programas deverão ser implementados, eles requerem um estudo de viabilidade e com estratégias de implantação. Constitui-se, especificamente o que fazer (BRAGA, 2007).

Hierarquicamente, na elaboração de um Plano, Fernandes (2011) sugere: Plano → Programas → Projetos → Atividades. Santos (2004), em planejamento ambiental, enfatiza uma articulação dos planos hierarquicamente subordinados a diretrizes, que se referem a uma gama de “instruções ou indicações de caráter geral necessárias para o estabelecimento dos planos e normas, por sua vez, com seus programas e projetos” (SANTOS, 2004, p. 24). Tais diretrizes, segundo a autora, se revestem de um alcance territorial mais amplo, que os planos, programas e projetos. Conforme a autora, os planos formam conjunto de ações a serem desenvolvidas, com determinado objetivo ou meta política; os programas trazem um detalhamento, com peculiaridades, apresentando as regras que devem ser seguidas e atingidas. Resumidamente, os planos estariam atrelados a diretrizes.

Braga (2007) considera que no planejamento para o desenvolvimento do turismo, numa vertente sustentável, os projetos turísticos devem ser subordinados a programas e planos e as ações devem buscar o respaldo da comunidade, bem como do poder público. De forma esquemática o autor esboça a relação entre fases e etapas do processo de planejamento (Figura 2).

Figura 2 - Fases e etapas do processo de planejamento.



Fonte: Braga, (2007).

2.5.5 Monitoramento

O monitoramento utilizará de indicadores para medir as ações que fugirem do que foi estabelecido durante o processo de planejamento. Dessa forma, pretende-se antecipar as possíveis falhas e mudanças de percurso sendo capaz de estabelecer estratégias de correção e/ou adaptação. “O monitoramento refere-se ao conjunto de informações que será produzido e utilizado como base para manutenção e regeneração do processo de planejamento” (CARVALHO, 2016, p. 22).

Selecionar indicadores para entender a realidade do local planejado é crucial, pois possibilita identificar fenômenos pontuais e específicos. O monitoramento, inerente a qualidade de qualquer planejamento, fará uso desses indicadores com vistas a entender e definir ações de correção ao passo que considera a dinâmica relacional dos fenômenos medido pelos indicadores (SOUSA, 2014, CARVALHO, 2016).

Os indicadores têm papel fundamental para o desenvolvimento do monitoramento, pois não é possível gerenciar o que não é medido.

A avaliação e o controle são etapas do planejamento que permitem a otimização das estratégias por meio do desenvolvimento de indicadores de desempenho. O monitoramento é utilizado como instrumento de *feedback* e de adequação dos resultados aos objetivos previamente estabelecidos (CARVALHO, 2016, p. 22).

Conforme um dos objetivos do produto desta pesquisa em servir como ferramenta para auxiliar ações em uma instituição pública, vale evidenciar o que é apresentado por Battistuz (2014, p. 19).

O monitoramento é uma ferramenta fundamental para a análise do desempenho das ações propostas nos programas implantados pelas diferentes instâncias de governo, pois permite ao gestor público corrigir e intervir no seu desenvolvimento para melhor alcançar os resultados planejados.

Cabe dizer que o monitoramento deve ser feito de forma contínua para evitar falhas que possam surgir. Esses fenômenos naturais na atividade do planejamento tendem a aparecer conforme as ações e diretrizes são desenvolvidas/implantadas. “Para a elaboração dos planos, bem como o alcance dos objetivos idealizados por eles, é indispensável um sistema contínuo de monitoramento e controle, pautado na retroalimentação do planejamento, a partir de dados e informações” (CARVALHO, 2016, p.12).

A autora ainda traz questionamentos interessantes sobre a situação projetada no início do planejamento e desdobramento depois da implementação, além de apontar a necessidade de adaptação a novas realidades.

Assim, o processo de monitoramento contínuo representa um exercício de acompanhamento e comparação entre os resultados encontrados e os resultados que haviam sido projetados preliminarmente, na etapa de formulação do planejamento estratégico. Este exercício possibilita a identificação de falhas, bem como de novas oportunidades e novas realidades que possibilitam o melhoramento e adaptação constante do planejamento (CARVALHO, 2016, p. 23).

Em resumo, pode-se afirmar que o planejamento detém uma metodologia “[...] com começo, meio e fim, e a cada passo há necessidade de uma permanente análise, avaliação e monitoramento para que sigam o curso programado, dando oportunidade para que no atendimento das demandas surjam novas políticas para sua efetivação futura” (BATTISTUZ, 2014, p. 28).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O local escolhido para análise da viabilidade da implementação ecoturismo foi o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (REVIS Mata do Junco). O REVIS Mata do Junco está inserido no município de Capela no Estado de Sergipe, localizada a 67 quilômetros da Capital (Aracaju). As primeiras ocupações deste município datam de 1735 e contam que o primeiro povoado na região surgiu devido à ocupação das terras do entorno da capela de Nossa Senhora da Purificação, na qual era conhecida como “Tabuleiro da Cruz” (CINFORM, 2002, apud SERGIPE, 2011).

A Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre Mata do Junco localiza-se nos limites do município de Capela, Sergipe, Brasil. Abriga espécies ameaçadas de extinção como o macaco-guigó, fragmentos de mata atlântica e nascentes de vários rios, se destacando a nascente do Rio Lagartixo, responsável pelo abastecimento de água da cidade de Capela. (SANTOS, 2014, p. 1)

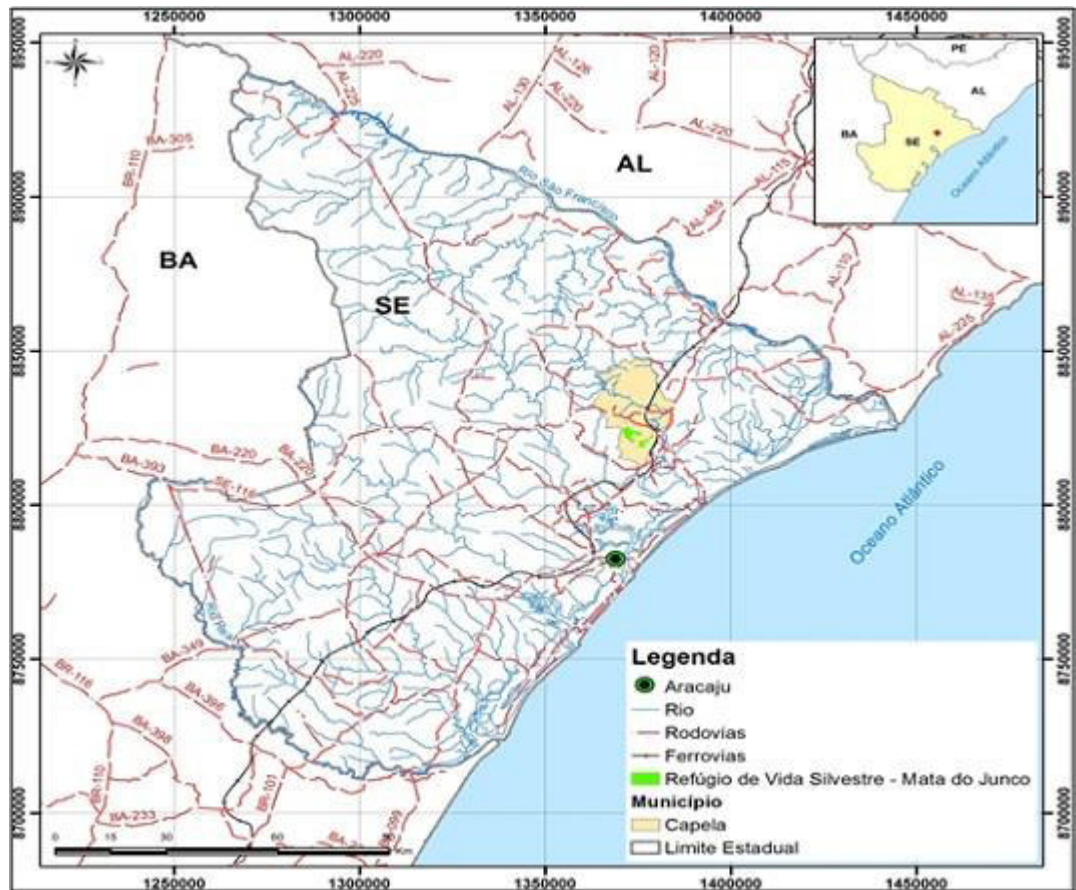
Ainda sobre o REVIS MJ, Silva (2016, p. 1) complementa:

[...] é uma Unidade de Conservação administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE), localizada no município de Capela, estado de Sergipe, com os objetivos de proteger as nascentes, a vegetação, e para abrigar espécies da fauna, entre elas o *Callicebus coimbrai* (macaco-guigó) espécie ameaçada de extinção. Além disso, a referida UC possui como principais instrumentos de gestão o plano de manejo e o conselho consultivo.

O REVIS MJ, segundo o Plano de Manejo, (SERGIPE, 2011), é uma área que busca atender as necessidades da comunidade em relação à preservação das riquezas naturais que ali existem, a exemplo de espécies de fauna e de flora que estão em extinção ou por serem raras ou serem exclusivas daquela área e em razão de conter o rio, que abastece a cidade de Capela. Tal zelo ambiental possibilita o exercício de algumas atividades de pesquisa científica, ecoturismo e visitação pública, sujeita a restrições previstas no Plano de Manejo.

Ainda no documento a área de estudo “[...] está localizada no centro oriental do Estado de Sergipe, pertencente à Mesorregião Leste Sergipana e Microrregião Sergipana do Cotinguiba, abrangendo parte do município de Capela” (SERGIPE, 2011, p. 2) (Figura 3).

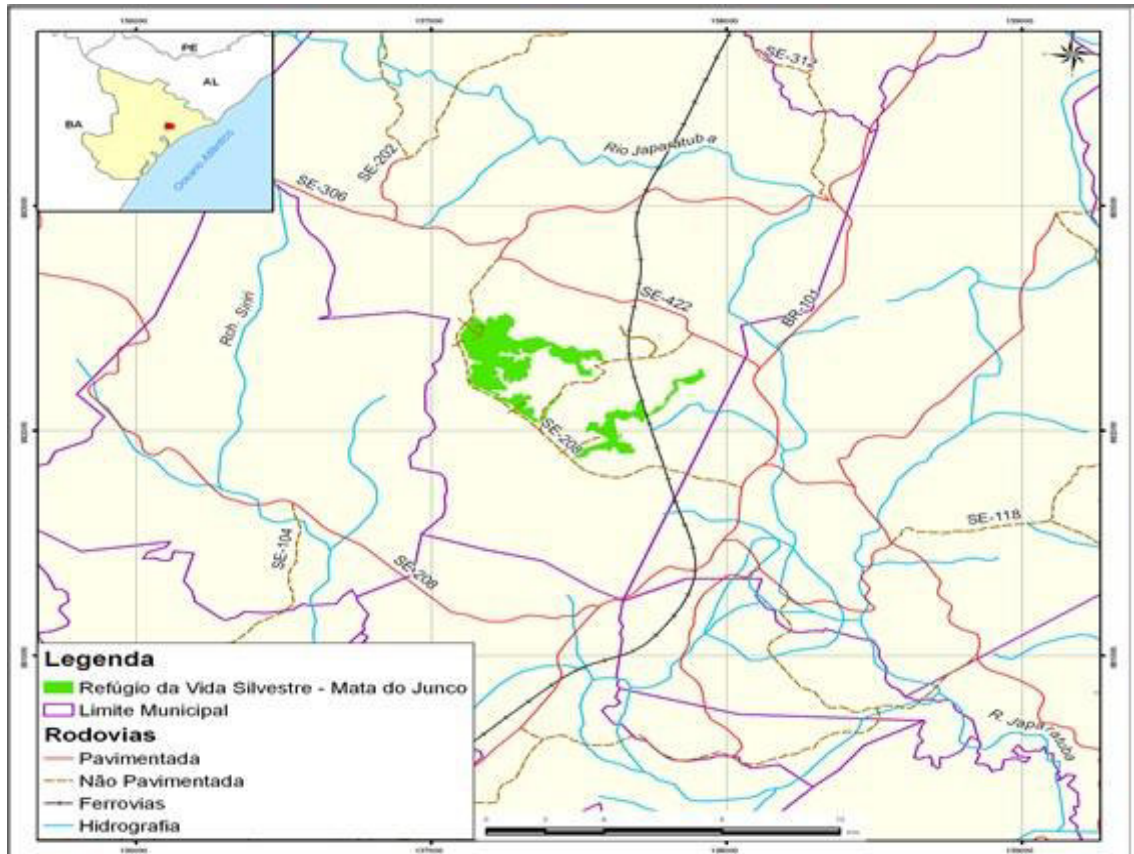
Figura 3 - Localização do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.



Fonte: STCP (2010) apud Sergipe (2011).

O acesso ao Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco se dá por rodovias (Figura 4).

Figura 4 - Mapa Rodoferroviário do Leste do Estado de Sergipe.



Fonte: STCP (2010) apud Sergipe (2011).

Para chegar até a Unidade há várias possibilidades de acesso: Partindo-se de Aracaju/SE, pela rodovia BR-101, até o município de Capela, acessando a rodovia BR SE-226, até o povoado de Lagoa Seca; pela região oeste do estado, através do município de Nossa Senhora das Dores, via BR SE-339 com uma distância de 16 Km até Capela e depois acessa-se BR SE-226, pelo leste do estado, através do município Japaratuba, segue-se pela rodovia BR SE-226 numa distância de 3 Km, depois acessa a BR SE-101 por 1 Km e novamente pela BR SE-226 por aproximadamente 16 Km.

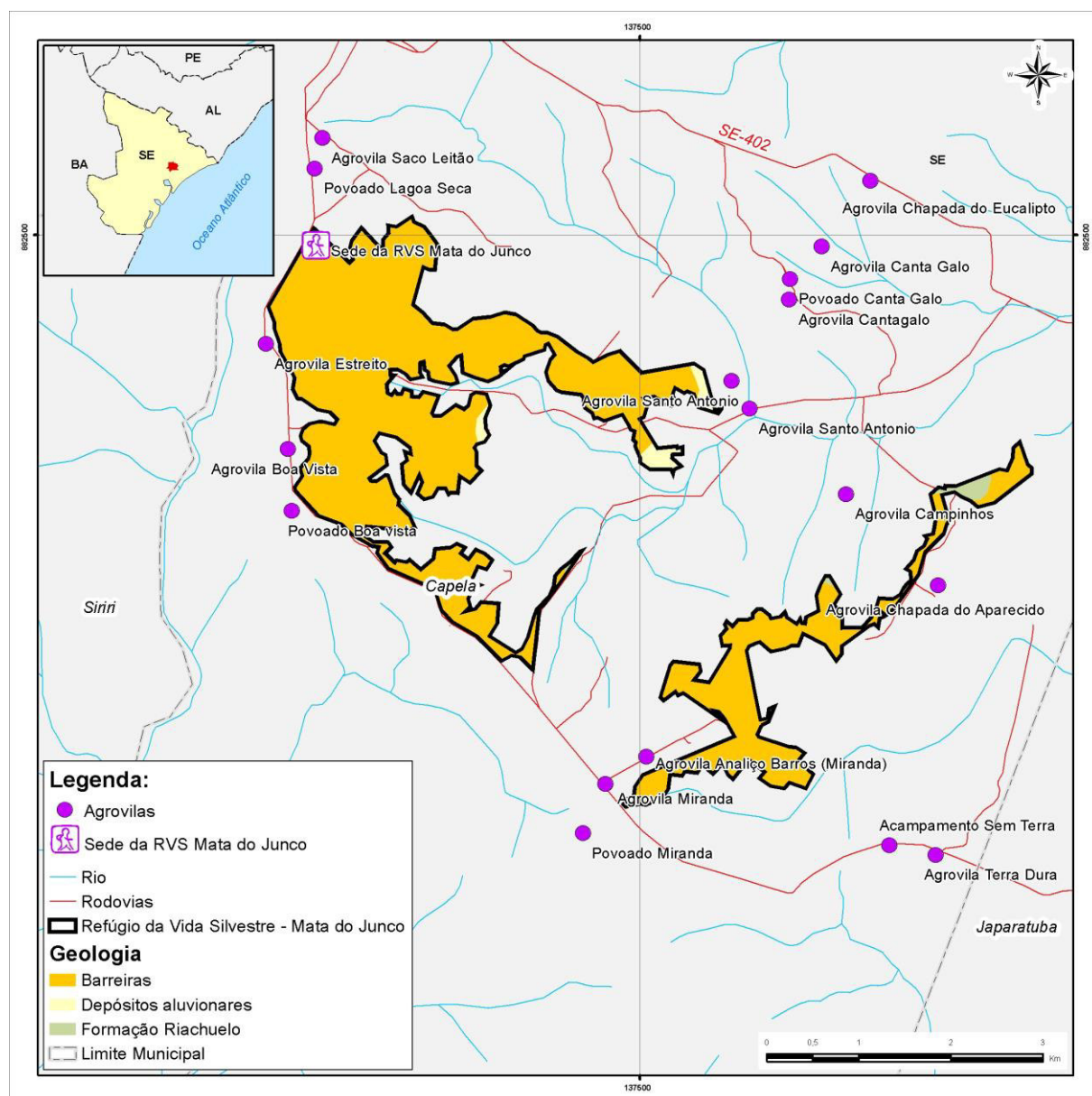
Essas são algumas das estradas que dão acesso ao Refúgio. Existem algumas estradas macadamizadas que levam para diversos pontos da UC como é o caso do centro de tratamento de água de Capela (SERGIPE, 2011).

Quanto às características geológicas do local destaca-se o seguinte aspecto: “A UC localiza-se na área de ocorrência de rochas que compõem a Formação Riachuelo que são o Grupo Barreiras e os Depósitos Aluvionares das Formações Superficiais” (SERGIPE, 2011, p.19).

As rochas associadas à Formação Riachuelo possuem idades relacionadas ao Cretáceo Inferior e caracterizam-se por serem as rochas mais antigas da UC. Os depósitos do Grupo Barreiras possuem uma faixa de idade que varia do Pleistoceno ao Terciário Médio, e os Depósitos Aluvionares caracterizam-se por serem as áreas mais recentes da UC, com idade associada ao Holoceno. (SERGIPE, 2011, p. 19).

De acordo com o Sergipe (2011), observa-se que as áreas deposicionais vinculadas às Formações Superficiais formam 98,8 % da Unidade de Conservação, com 96,5 % associadas ao Grupo Barreiras e 2,3 % aos Depósitos Aluvionares (Figura 5).

Figura 5 - Mapa Geológico da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre.



Fonte: CPRM (2001). Organizado por STCP (2009) citado por Sergipe (2011).

Sobre os recursos naturais, a hidrografia é composta pelo Rio Lagartixo, Japarutuba e Siriri:

A bacia hidrográfica do rio Japarutuba é constituída pelo rio que lhe empresta o nome e tem como principais afluentes: o rio Japarutuba Mirim, Lagartixo, Siriri, Cancelo e riacho do Prata. Tem sua nascente na Serra da Boa Vista na divisa entre os municípios de Feira Nova e Graccho Cardoso e deságua no Oceano Atlântico, no município de Pirambu (SERGIPE, 2011, p. 22).

Ainda segundo o Plano de Manejo (SERGIPE, 2011), foi considerada como área de influência todas as bacias hidrográficas cujos rios principais fluem para o interior da unidade ou dela saem em especial a bacia do Riacho Lagartixo, dada sua importância como manancial.

Os Afluentes do rio Japarutuba por não pertencerem apenas aos limites da UC sofrem com os mesmos problemas causados pela interação antrópica, o que se pode compreender é que dentro dos limites da UC, por seu caráter de proteção integral, as nascentes e afluentes, por via de regra, encontram-se protegidas das ações antrópicas.

O REVIS MJ está localizado em zona de tabuleiro, a qual vem sofrendo bastante desmatamento para transformá-lo em pastagens, além disso, o local sofre erosão constante. De acordo com o Sergipe (2011, p. 25) “Nas áreas mais degradadas da Mata do Junco observa-se a existência de vegetação aberta composta predominantemente por arbustos e gramíneas típicas de regiões de cerrado ou de borda de mata”.

O Plano de Manejo da Mata do Junco Sergipe (2011) acrescenta que a formação de tabuleiro localizado no território da UC tem como característica a presença de florestas de mata atlântica nordestina onde, essa, por sua vez, se encontra conservada de forma desequilibrada com evidências de mudanças ocorrida ao longo do tempo.

A constante presença de clareiras chama a atenção de visitantes. As clareiras naturais, formadas por quedas naturais de árvores, proporcionam um processo de regeneração e sucessão de rápido efeito resiliente. Além das clareiras naturais, ocorrem clareiras originadas pela retirada de árvores em processos extrativistas (SERGIPE, 2011, p. 25).

Segundo o Plano de Manejo (SERGIPE, 2011, p.25) “[...] a vegetação de floresta de tabuleiro, vegetação típica da Mata Atlântica nordestina, é única nos limites do REVIS Mata do Junco, possuindo diferentes níveis de conservação”.

Nota-se sobre a mata atlântica, que existe certo grau de degradação devido ao pisoteio de estradas através da unidade, retirada de lenha de forma clandestina pelos moradores e como é apresentado pelo plano de manejo algumas dessas áreas da vegetação encontram-se degradadas devido a criação de pastagens, mas que tem sua recuperação gradativa.

Quanto a mastofauna estudos apontam que é bastante diversificada, pois existem várias espécies de mamíferos vivendo no REVIS. É notável a diversidade de formas, adaptações morfológicas e hábitos alimentares dos mamíferos. No levantamento feito à época foram registradas 23 espécies de mamíferos, distribuídas em oito ordens, 16 famílias e 22 gêneros (Tabela 1). Ao todo foram duas espécies de marsupiais, dois tatus, um tamanduá, cinco morcegos, dois primatas, cinco carnívoros, dois veados e quatro roedores (SERGIPE, 2011).

Tabela 1 - Espécies de mamíferos presentes no REVIS Mata do Junco.

Táxon	Nome Popular
<i>Didelphis albiventris</i>	gambá-de-orelha-branca
<i>Marmosops incanus</i>	cuíca, marmosa
<i>Dasypus novemcinctus</i>	tatu-galinha
<i>Euphractus sexcinctus</i>	tatu-peba
<i>Tamandua tetradactyla</i>	tamanduá-mirim
<i>Callicebus coimbrai</i>	macaco guigó
<i>Callithrix jacchus</i>	sagui
<i>Saccolaryx billineata</i>	morcego
<i>Desmodus roundus</i>	morcego-vampiro
<i>Carollia perspicillata</i>	morcego
<i>Platyrrhinus lineatus</i>	morcego
<i>Micronycteris megalotis</i>	morcego
<i>Leopardus pardalis</i>	jaguaritica
<i>Puma yagouaroundi</i>	gato-mourisco
<i>Cerdocyon thous</i>	cachorro-do-mato
<i>Potos flavus</i>	jupará
<i>Procyon cancrivorus</i>	mão-pelada
<i>Mazama americana</i>	veado-mateiro
<i>Mazama gouazoubira</i>	veado-catingueiro
<i>Sciurus sp</i>	esquilo
<i>Hydrochoerus hydrochaeris</i>	capivara
<i>Cuniculus paca</i>	paca
<i>Dasyprocta prymnolopha</i>	cutia

Fonte: Extraída de Sergipe (2011, p. 28), adaptado pelo autor, 2022.

Segundo os gestores a fauna do REVIS sofre impacto originado da interação das comunidades do entorno com a UC como é apontado pelo plano de manejo. No momento, os

responsáveis apontam que há interação antrópica com os animais para fins acadêmicos e de pesquisa.

Ademais, nota-se que o REVIS MJ é um local que demanda muito cuidado, tendo em vista que abrange ecossistemas com relevante biodiversidade e por abrigar espécies endêmicas. Nota-se que similarmente, o REVIS MJ detém abundância de elementos naturais como é o caso do rio e o relevo, que torna a UC um local importante para o equilíbrio das espécies que ali vivem e para qualidade de vida na cidade.

Cabe mencionar, que no entorno do REVIS existem comunidades, assentamentos e agrovilas que tiveram interação constante com a UC antes de a barreira legal ser levantada, porém indivíduos dessas localidades ainda mantêm seus hábitos que ferem com o que é previsto em lei, boa parte dessas ações advém da falta de atividades que possam suprir com a proibição do uso direto do local.

3.2 OS CAMINHOS A SEREM TRILHADOS

As reflexões sobre o Ecoturismo ganham força na medida em que pesquisadores voltados para o estudo de atividades em meios naturais buscam entender como essa atividade pode gerar benefícios, considerando os princípios que apresenta. Trata-se de uma atividade que tem caráter conservacionista em sua essência e que possibilitou a inclusão de sujeitos e atores. A conservação pressupõe utilização racional do meio ambiente, assim como busca o bem-estar humano.

A pesquisa tem caráter descritivo e exploratório, não na busca de explicação de fenômenos, mas na busca de uma lógica que oriente filosoficamente a pesquisa, o método dedutivo foi escolhido. No método dedutivo parte-se de uma premissa geral para uma específica que de certa forma a reforça. Nessa pesquisa, considerou-se que foi positiva a construção de um plano de ação para o ecoturismo na UC, de forma participativa.

Segundo Cervo (2002) a dedução evidencia características particulares que já foram percebidas de forma universal. O ponto de partida é o antecedente que de certa forma já é aceito, e o ponto de chegada é o consequente, que ratifica o que já foi exposto no primeiro.

O método dedutivo sofre críticas a respeito de sua proximidade com o conhecimento teológico, pois a premissa maior que serve como ponto de partida no método dedutivo deve ser considerada verdadeira, assim como faz a teologia que aceita uma verdade indiscutível.

Para Gil (2008) o método dedutivo parte de uma premissa geral para uma particular.

Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica. E o método proposto pelos racionalistas (Descartes, Spinoza, Leibniz), segundo os quais só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro, que decorre de princípios *a priori* evidentes e irrecusáveis (GIL, 2008, p. 9).

Por outro lado, Prodanov (2008, p. 27) afirma que:

[...] O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas. Por intermédio de uma cadeia de raciocínio em ordem descendente, de análise do geral para o particular, chega a uma conclusão. Usa o silogismo, a construção lógica para, a partir de duas premissas, retirar uma terceira logicamente decorrente das duas primeiras, denominada de conclusão.

É nesse sentido que a presente pesquisa se utilizou de exemplos de planejamento que, de certa maneira, conseguiram atingir seus objetivos, a partir da formulação de um plano, com preocupação em ser participativo, como caminho para viabilidade do produto a ser gerado. Nesse caminho, a obtenção dos dados e a organização deles seguem o caráter científico.

Como Método de Abordagem, para os procedimentos da pesquisa ou método de procedimentos buscou-se utilizar uma mescla de caminhos ou métodos procedimentais que ajudaram a trazer informações importantes para elaboração de diretrizes com vistas a um plano de ação para o ecoturismo de base comunitária no REVIS Mata do Junco.

Tradicionalmente, as pesquisas se dividem em ramificações com a finalidade, dependendo da escolha, de utilizar-se das técnicas e ferramentas correspondentes, reiterando que podem ser trabalhadas juntas. De acordo com Prodanov (2013, p. 60), “Numa pesquisa em que a abordagem é basicamente quantitativa, o pesquisador se limita à descrição factual deste ou daquele evento, ignorando a complexidade da realidade social”. Já em uma pesquisa qualitativa, o mesmo autor apresenta que: “[...] a pesquisa tem o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo” (PRODANOV, 2013, p. 70).

Portanto, tendo em vista o caráter da pesquisa, considerando método de procedimentos, a escolha adequada foi à abordagem qualitativa.

A pesquisa científica é uma atividade humana, cujo objetivo é conhecer e explicar os fenômenos, fornecendo respostas às questões significativas para a compreensão da natureza. Para essa tarefa, o pesquisador utiliza o conhecimento anterior acumulado e manipula cuidadosamente os diferentes

métodos e técnicas para obter resultado pertinente às suas indagações (PRODANOV, 2013, P. 48).

A pesquisa qualitativa tem características próprias, como por exemplo, a relação desse tipo de abordagem com fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais, ambientais etc. Pode-se dizer então que a pesquisa qualitativa aborda tudo aquilo que está imbricado, unido, interligado, isto é, envolvido com o ser humano, por conseguinte com a sociedade.

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa (PRODANOV, 2013, p. 70).

Segundo Gil (2002, 2008), Prodanov (2013), a pesquisa qualitativa permeia a interpretação de indivíduos ou de um grupo social sobre as situações em que vivem. Para a pesquisa qualitativa a representação do mundo e seus fenômenos por meio de números é incompleta, pois ignora-se o ponto de vista dos envolvidos em uma pesquisa. Em suma, os autores apresentam as características de estudos qualitativos, esses, que dependem do comportamento positivo e amigável do pesquisador em registrar as percepções e interpretações dos indivíduos/grupos sociais.

A pesquisa qualitativa, como fora discutida, considera as percepções e reflexões dos indivíduos estudados. Este comportamento possibilita ao pesquisador identificar problemas, ou falhas, entre outras coisas, no planejamento da atividade. Na tentativa de resolver essas carências pesquisas recorrem a aplicabilidade de suas estratégias.

Ao analisar o objeto de estudo, ou seja, o Ecoturismo no REVIS, a prática dessa atividade, suas fragilidades, potencialidades e como essas características foram trabalhadas na presente pesquisa surgiu a intenção inicial de se aplicar tal conhecimento na realidade investigada, possibilitando a sua alteração de acordo com o princípio participativo.

Outra característica apontada em relação à aplicabilidade da pesquisa condiz com a capacidade de alterar economicamente e socialmente determinado local, além da aplicabilidade imediata das ações mediante constatação dos problemas. Prodanov (2013, p. 51), explica que “a pesquisa aplicada: objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais”.

Os aspectos supracitados propiciaram uma reflexão sobre os meios capazes de transformar uma localidade com potencialidade turística em atrativo turístico que, além disso,

pode auxiliar na melhoria da qualidade de vida dos sujeitos que, por algum motivo, não se utilizam do potencial do local onde habitam.

O REVIS Mata do Junco reconhece possibilidades para desenvolver atividades de Ecoturismo em seu interior, conforme o plano de manejo. O planejamento do Ecoturismo na UC necessita considerar perspectivas, anseios, inspirações, valores, bem como o contexto socioeconômico em que os autóctones que habitam o local e seu entorno.

Para este fim considerou-se planos de uso público, assim como planos de ação em Unidades de Conservação, visando obter referencial de planejamentos que possibilitariam almejar a harmonia entre setor público, privado e comunidades, na gestão de reservas e no oferecimento de atividades ecoturísticas.

A presente pesquisa em termos de objetivos é de caráter exploratório e descritivo, na medida em que busca explorar e descrever características relativas a fatos e fenômenos relacionados com o desenvolvimento do ecoturismo no REVIS Mata do Junco, as possibilidades e limitações para a participação das comunidades. Como pesquisa aplicada buscou também, as resoluções de problemas por meio do que foi constatado.

Para Gil (2008), pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, isto é, as pesquisas exploratórias fazem um apanhado do que é identificado por meio de contato direto. Dessa maneira, dá suporte para a utilização de outros tipos de pesquisa posteriormente. *A priori* esse tipo de pesquisa acontece quando as informações que se tem são incipientes e necessita de imersão por parte do pesquisador para se alcançar informações suficientes para a elaboração de hipóteses.

Essas ações para Trivinos (1987, p. 94), acontecem [...] “no seio da comunidade que interessa e são de natureza exploratória, tendentes à conscientização, tanto do pesquisador, como dos integrantes do grupo social, dos problemas que existem, das dificuldades que se apresentam, e de interesse coletivo, na vida das pessoas”. Em contrapartida, a utilização da descrição em uma pesquisa viabiliza a coleta de informações a respeito do objeto de estudo.

A abordagem que Gil (2002) traz sobre as pesquisas descritivas, de características de populações ou fenômenos, fazem o emprego de técnicas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Conforme a natureza da pesquisa se estabeleceu as técnicas que foram empregadas nesse estudo foram: estudo de caso, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevista semiestruturada, entrevista não estruturada, observação direta, pesquisa de campo e reunião participativa.

O estudo de caso abre margem para um amplo e aprofundado estudo relacionado ao objeto, haja vista que esse procedimento permite ao pesquisador identificar características minuciosas do local estudado, contudo, este procedimento também recebe críticas a respeito de seu perfil influenciador. Para alguns estudiosos, o estudo de caso gera o enviesamento da pesquisa, além de comumente ser tratado de forma superficial. Ademais, Gil (2002, p. 54) mostra que: “[...] os vieses não são prerrogativa dos estudos de caso; podem ser constatados em qualquer modalidade de pesquisa”, porém cabe ao pesquisador ter consciência da necessidade de mitigar sua intervenção. Tratando-se da superficialidade, Yin et al. (2001) aborda que muitos autores, inclusive nas ciências sociais, falharam em tratar de estudo de caso, pois muitas vezes esse procedimento era negligenciado quanto o seu aprofundamento conceitual, ou era confundido com observação participante, o que não exclui a viabilidade de serem trabalhados juntos.

Ainda segundo Yin (2001, p. 32), o estudo de caso é uma investigação empírica que: “Investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando;” “Os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, entre os diferentes propósitos que Gil (2002, p. 54) aponta para o estudo de caso pode-se conceber como relevante para esta pesquisa: “explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos” e “descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação”.

Desse modo, o estudo de caso pôde contribuir no entendimento da realidade do REVIS Mata do Junco, a partir da exploração e descrição que refletiu a situação que a realidade do local se encontrava. Convém alertar, entretanto, que o papel do estudo de caso não é generalizar, e sim de identificar os problemas do objeto.

Do ponto de vista procedimental, fez-se uma síntese (Quadro 2), considerando-se as estratégias e ferramentas aplicadas, alinhando-se aos objetivos específicos, bem como aos recursos a serem utilizados.

Quadro 2 - Estratégias e técnicas e recursos da pesquisa.

OBJETIVOS	ESTRATÉGIAS	RECURSOS
Caracterizar o Ecoturismo no REVIS de acordo com a gestão.	Análise do plano de manejo Visita de reconhecimento Entrevista semiestruturada aos gestores do REVIS Pesquisa documental	Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 Decreto 4.340/2002, (regulamenta o SNUC) Lei Estadual 4.896 de 07 de julho de 2003 Plano de Trabalho (STCP Engenharia de Projetos) Roteiro de entrevista Câmera fotográfica Caderno de registro Plano de Manejo
Analisar as possibilidades e desafios para o ecoturismo de base comunitária integrada à UC	Entrevista não estruturada com roteiro aos gestores Pesquisa documental Análise do plano de manejo	Roteiro de entrevista Gravador para registro de áudio Máquina fotográfica para registro de imagens Plano de Manejo
Elaborar diretrizes e orientações para o desenvolvimento do Ecoturismo para o REVIS Mata do Junco.	Entrevistas semiestruturadas aos gestores Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental Registro de áudio Registro de imagens	Roteiro de entrevista Gravador para registro de áudio Máquina fotográfica para registro de imagens Plano de Manejo

Fonte: Autor (2021).

Relacionado à pesquisa bibliográfica pode-se afirmar que a obtenção de materiais derivados de fontes primárias é imprescindível, outrossim, as informações obtidas através dessa técnica colaboraram com o entendimento da situação que se encontrava o local estudado por intermédio do estado da arte, além do mais, a pesquisa bibliográfica deu embasamento ao pesquisador no que diz respeito à temática abordada.

As fases da pesquisa de campo requerem, em primeiro lugar, a realização de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema em questão. Ela servirá, como primeiro passo, para se saber em que estado se encontra atualmente o problema, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões reinantes sobre o assunto (LAKATOS e MARCONI, 2003, p. 186).

Com o intuito de estruturar os conceitos apresentados foi feita a revisão da literatura, possibilitando assim, abordar segundo diversos autores uma série de temáticas. As temáticas envolveram turismo sustentável, sustentabilidade, ecoturismo, desenvolvimento endógeno, Turismo de Base Comunitária, além das informações sobre o refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, propriamente ditas.

O presente estudo apoiou-se nas reflexões dos autores Scótolto e Netto (2015), Barbosa (2002), Beni (2003), Pinheiro e Rossi (2015), Dias (2003), Kinker (2002), Neiman e Barros-Freire (2020), dentre tantos outros que se dedicaram ao desvendamento deste fenômeno.

Igualmente, a pesquisa documental utilizou-se inicialmente, o Plano de Manejo e o plano de trabalho STCP Engenharia de Projetos Ltda. Uma vez que o primeiro apontou quais atividades foram passíveis de desenvolvimento, as zonas de visitação e proteção, os regulamentos e normas, características das comunidades do entorno e o segundo, apresenta estudos sobre as características do local em termos físicos, sociais e econômicos.

A análise do Plano de Manejo do REVIS, as visitas de reconhecimento, diálogos e entrevista semiestruturada com o gestor da UC atual e anterior permitiu identificar as áreas passíveis de visitação, as normas estabelecidas, bem como ações já existentes para a integração das comunidades no REVIS, o que permitiu caracterizar o Ecoturismo, de acordo com a gestão.

Em reunião no dia dezenove de novembro de dois mil e vinte e um, foi relatado que estava se desenvolvendo o projeto, ao Conselho Consultivo do REVIS Mata do Junco, no sentido de legitimar a pesquisa e o pesquisador nas comunidades e na UC (Figura. 6)

Figura 6 - Reunião do Conselho Consultivo da Mata do Junco.



Fonte: Autor, (2022).

Havia expectativa de se aproximar das comunidades, entretanto, o período de Pandemia de Covid-19 não favoreceu tal contato. A ideia era caracterizar as comunidades do entorno do REVIS, a partir dos aspectos culturais que possam ser utilizados na UC, além da observação direta e reunião participativa, foram aplicadas entrevistas com roteiro, não estruturadas, com no mínimo um representante/líder comunitário para cada uma das seis comunidades e agrovilas citadas na caracterização da área de estudo (Apêndice 1).

A entrevista é uma ferramenta que possibilita uma interação maior com os pesquisados, tendo em vista que a entrevista, dependendo da situação, pode ser respondida com o apoio do pesquisador, pois conta com a sua presença. Por outro lado, com a entrevista perde-se praticidade, tendo em vista que demanda mais tempo.

As visitas de campo, as entrevistas citadas, também permitiram pensar nas possíveis articulações necessárias entre gestão da UC, comunidade, organizações civis e iniciativa privada em torno do ecoturismo e para o Turismo de Base Comunitária no entorno da UC.

As informações levantadas permitiram analisar as possibilidades e desafios para o desenvolvimento do ecoturismo, na premissa de incluir as comunidades, ou seja, como início

de um processo para o ecoturismo de base comunitária na região. Entendeu-se organizar a reflexão em observar as possibilidades e limitações, inclusive de ordem legal, que são condições para o desenvolvimento desejado:

- Orçamento, recursos financeiros para as atividades de ecoturismo, infraestrutura, fiscalização, monitoramento e manejo, que depende da equipe, capacitação, interesses da gestão da UC e das instâncias hierarquicamente superiores;

- Entraves e possibilidades legais para integração da comunidade na prestação de serviços de condução de grupos, capacitação, comercialização de produtos derivados das comunidades no REVIS.

- Outras atividades que podem ser desenvolvidas no REVIS Mata do Junco;

- Parcerias e interessados em oferecer bens e/ou serviços para o ecoturismo no local, na perspectiva de se pensar integração de iniciativas do entorno com os serviços prestados pelo REVIS.

Como auxílio na coleta de dados externos e internos, utilizou-se de Boo (1999) que propõe perguntas norteadoras (Apêndice 4), no sentido de compreender melhor a estrutura e dinâmica do REVIS.

A reflexão desenvolvida serviu de referencial para a elaboração de diretrizes em temáticas/eixos, pensando em um Plano de Ação. Para a elaboração do Plano de Ação foi estabelecida a seguinte lógica: Diretriz, que abrange objetivos mais amplos, que direciona para um conjunto de ações que deverão ser desenvolvidos, podendo comportar programas e projetos mais específicos. Tais diretrizes derivaram do que foi identificado no diagnóstico. Para cada diretriz há considerações, com ponderações a respeito dos objetivos, abrindo caminho para um leque de ações a serem desenvolvidas. Citam-se possíveis parcerias que podem contribuir com o desenvolvimento da diretriz proposta, em sequência é delimitado o prazo aproximado para a implementação da diretriz, considerando pequeno, médio e longo prazo.

4. ECOTURISMO SOB O PRISMA DA GESTÃO DO REVIS MATA DO JUNCO

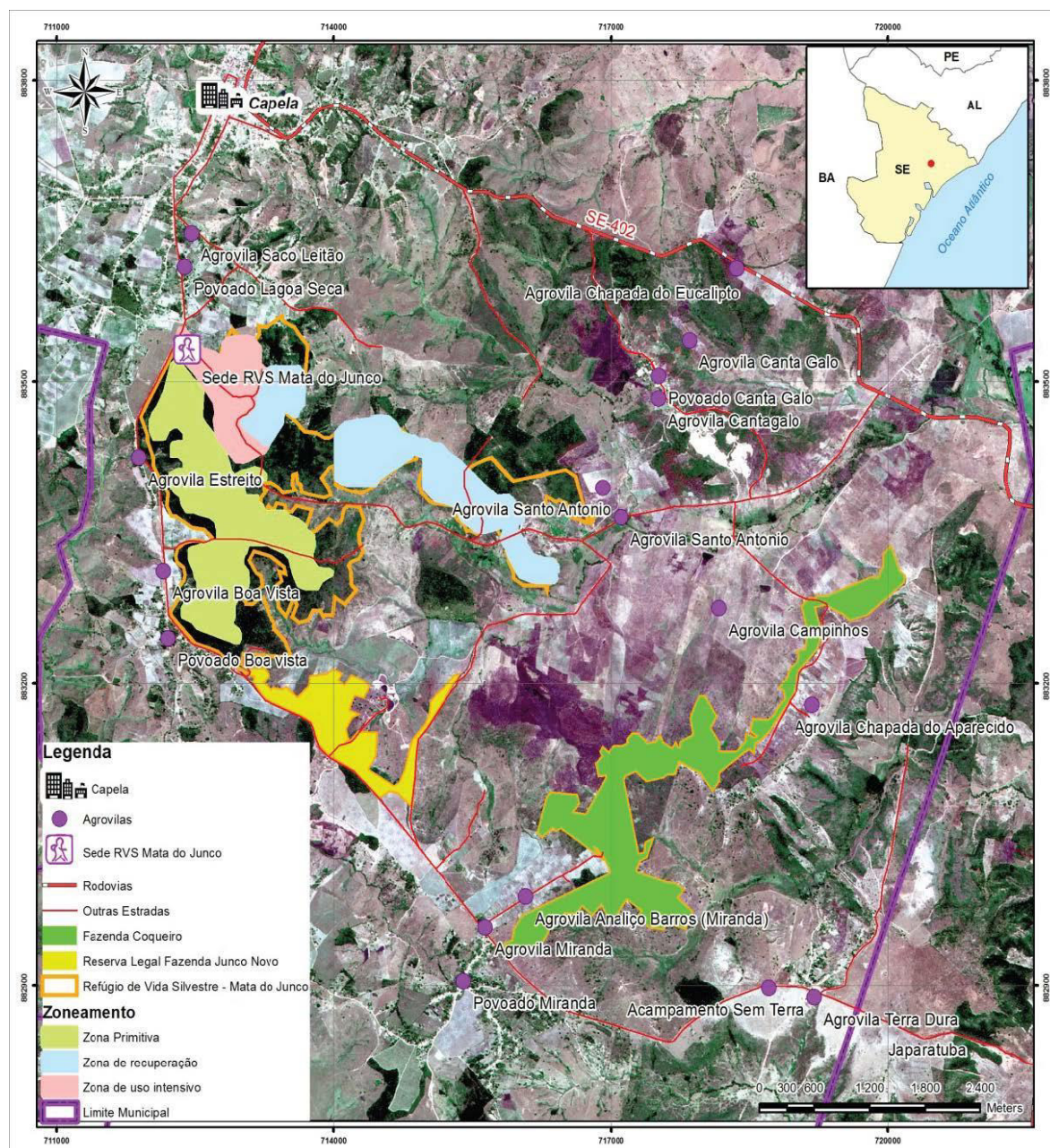
Este tópico volta-se sobre as informações coletadas no REVIS Mata do Junco conforme a gestão. Neste sentido, considerou-se o Plano de Manejo em vigência, bem como as informações dos gestores derivadas das entrevistas, além de outros documentos relativos à UC. Trata-se, portanto, de uma parte do diagnóstico.

O plano de manejo (SERGIPE, 2011, p. 55, grifo nosso), entre outras coisas, busca “[...] viabilizar o uso público no Refúgio através da implantação de infraestrutura de lazer e do **ecoturismo**, em todas as modalidades compatíveis com a categoria de manejo da Unidade”. Além disso, o plano de manejo utiliza-se do conceito estabelecido pela EMBRATUR como forma de reconhecer o ecoturismo, a saber:

Ecoturismo é o conjunto de atividades turísticas que utilizam, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentivam sua conservação e buscam a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR, 2004 apud SERGIPE, 2011, p. 76).

Dado o interesse claro em desenvolver o ecoturismo no local o plano de manejo estabeleceu um zoneamento indicativo de características da UC e de quais atividades podem ser desenvolvidas em cada zona (Figura 7).

Figura 7 - Zoneamento do REVIS Mata do Junco.



Fonte: Extraído de Sergipe, (2011).

Cada zona apresenta especificidades em termos de características, restrições e possibilidades de uso (Tabela 2).

Tabela 2 - Características do zoneamento do REVIS Mata do Junco.

ZONA	GRAU DE INTERVENÇÃO	CARACTERIZAÇÃO AMBIENTAL	PRINCIPAIS CONFLITOS	USOS PERMITIDOS
Zona Primitiva	baixa	<ul style="list-style-type: none"> – Ocorrência de remanescentes de Floresta; – Áreas com ocorrência de taquaras; – Existência de população de macaco-guigó (<i>Callicebus coimbrai</i>) 	<ul style="list-style-type: none"> – Degradação do fragmento florestal – Espécies invasoras e exóticas; – Pressão antrópica. 	<ul style="list-style-type: none"> – Fiscalização; – Proteção; – Pesquisa científica.
Zona de Uso Extensivo	média	<ul style="list-style-type: none"> – Ocorrência de Floresta secundária alterada; 	<ul style="list-style-type: none"> – Assoreamento dos recursos hídricos; – Pouca manutenção da trilha; – Falta de sinalização; – Espécies invasoras e exóticas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Fiscalização; – Proteção; – Pesquisa científica; – Visitação.
Zona de Uso Intensivo	alta	<ul style="list-style-type: none"> – A vegetação descaracterizada, com ocorrência de espécies exóticas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Espécies exóticas da fauna e flora; – Falta de sinalização. 	<ul style="list-style-type: none"> – Fiscalização; – Proteção; – Pesquisa científica; – Lazer e recreação; – Educação e interpretação ambiental.
Zona de Recuperação	alta	<ul style="list-style-type: none"> – Ocorrência de Floresta alterada e em estágio intermediário de sucessão vegetal; – Áreas de preservação permanente degradadas; 	<ul style="list-style-type: none"> – Efeito de borda; – Vegetação alterada; – Degradação dos ambientes situados a margem das estradas pela manutenção e trânsito; – Espécies invasoras e exóticas 	<ul style="list-style-type: none"> – Fiscalização; – Proteção e monitoramento ambiental; – Pesquisa científica; – Educação ambiental direcionada.
Zona de Uso Especial	média	<ul style="list-style-type: none"> – Borda dos fragmentos que compõe o Refúgio; – Entrada das estradas de acesso que cruzam a Unidade. 	<ul style="list-style-type: none"> – Efeito de borda; – Pressão antrópica; – Degradação dos ambientes situados a margem das estradas pela manutenção e trânsito; – Proximidade da SE 226 rodovia Miranda; – Falta de sinalização; – Espécies invasoras e exóticas. 	<ul style="list-style-type: none"> – Fiscalização; – Manutenção; – Proteção; – Pesquisa.
Zona de Uso Conflitante	alta	<ul style="list-style-type: none"> – Área com vegetação bem conservada; – Instalações para captação de água; – Linha de rede elétrica; – Aqueduto; – Pequena represa. 	<ul style="list-style-type: none"> – Infraestrutura em área de preservação permanente; 	<ul style="list-style-type: none"> – Fiscalização; – Manutenção; – Proteção.

Fonte: Extraído de Sergipe, (2011, p. 65).

O ecoturismo, por exemplo, apenas pode ocorrer nas zonas chamadas de zona de uso intensivo e zona de uso extensivo. Para o desenvolvimento do ecoturismo foram estabelecidas algumas diretrizes, o plano de manejo (SERGIPE, 2011) propõe como atividade:

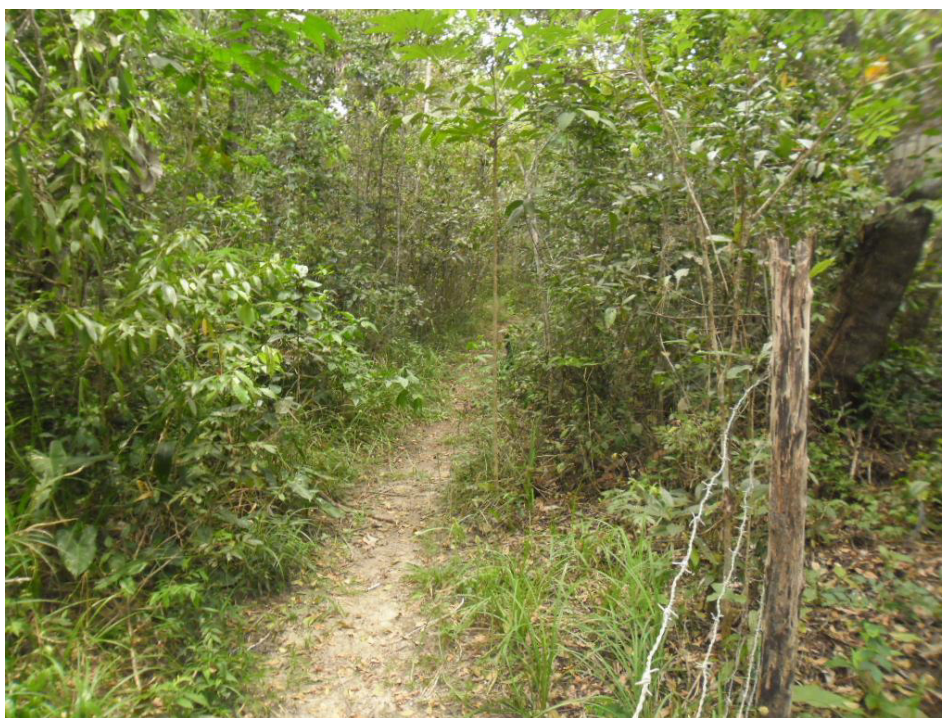
Trilha do Visgueiro: segundo o plano de manejo essa trilha é composta por trilhas menores que se encontram na trilha principal. A (figura 8) mostra a sinalização da trilha e a (figura 9) sua entrada.

Figura 8 - Placa na entrada da Trilha do Visgueiro.



Fonte: Auto, (2017).

Figura 9 - Entrada da trilha do Visgueiro.



Fonte: Autor, (2017).

O PM (SERGIPE, 2011, p. 4.139) levanta dados de atividades de ecoturismo que são desenvolvidas no local, bem como atividades com potencial, a saber:

- Complexo da Sede - tem como atrativo a possibilidade de funcionar como centro de pesquisa e educação ambiental, além de ser área para monitoramento e controle de visitação de diversas áreas da unidade de conservação.
- Área de captação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – (SAAE), (figura 10) - tem como atrativo as nascentes do Rio Lagartixo, área de captação de água para abastecimento do município. Possui potencial para desenvolvimento de atividades de recreação e Educação Ambiental.

Figura 10 - Área de captação da SAAE.



Fonte: Autor, (2017).

- Mirante - tem como atrativo a visualização do posicionamento na Unidade de Conservação, sendo uma área com boa visibilidade do ecossistema (Figura 11). Possui potencial como mirante para pesquisas, atividades de ecoturismo e Educação Ambiental.

Figura 11 - Exemplo de Área para Visitação com Potencial para Mirante.



Fonte: Sergipe, (2011).

- Trilha da Bica / Visgueiro - tem como atrativo toda sua extensão onde se podem observar diversas espécies da região. Possui potencial para visitas técnico-científicas, educação ambiental e ecoturismo.
- Usina do Engenho - embora não seja dentro da Unidade, está em seu entorno e muito de sua história se relaciona com o remanescente da Unidade. Tem como atrativo a produção e processamento da cana de açúcar. Possui potencial para visitação técnico-científica e educação ambiental.
- Arquitetura municipal - embora não seja dentro da Unidade, o município possui um interessante conjunto arquitetônico devido a sua colonização e rica história. Possui potencial para o turismo cultural.
- Observação do macaco Guigó (*Callicebus coimbrai*)- atividade com potencial para Educação Ambiental, pesquisas e visitação técnico-científica.

O Ministério do Turismo (BRASIL, 2010) apresenta atividades de ecoturismo que estão de acordo com o segmento, foram destacadas algumas que parecem se adequar ao REVIS Mata do Junco: Observação da flora, observação da fauna, observação de formas geológicas, observação astronômica, caminhadas e trilhas interpretativas.

Ainda que, o plano de manejo apresente em seu programa de ecoturismo as atividades de ecoturismo supracitadas, segundo os gestores do REVIS elas são limitadas devido ao caráter restritivo desse tipo de UC. Diante disso, as atividades oferecidas no local são majoritariamente trilhas interpretativas como a Trilha do Visgueiro, Trilha D'Água e Trilha do Guigó, bem como atividades ligadas aos princípios do ecoturismo como palestras, oficinas de educação ambiental e pesquisas promovidas pelas universidades.

A respeito de quem frequenta o local e participa das atividades mencionadas anteriormente, Maria Augusta Barbosa, antiga Gestora da UC e Marcos Domingos de Santana gestor à época, a partir daqui chamados apenas de Augusta e Marcos, respectivamente, apontam que os visitantes em sua maioria são universitários de todo o Brasil, esses acadêmicos contribuíam de forma acentuada com palestras, oficinas e até mesmo nas trilhas com ações de Educação Ambiental. De acordo com Marcos, os visitantes pertencentes às comunidades do entorno também ajudavam na organização das atividades, gerando sentimento de pertencimento.

Quando questionada sobre quais as ações de EA no REVIS a entrevistada afirma que são realizadas visitas monitoradas e orientadas no REVIS com o objetivo de incentivar a participação dos visitantes no processo de preservação do meio em que vivemos, promovendo uma reflexão sobre a responsabilidade dos visitantes para com as nascentes da Mata do Junco e outros ecossistemas, através de atividades como trilha ecológica interpretativa, oficinas, palestras, exposições e apoio nas aulas de campo de cursos de pós-graduação (SANTOS, 2014, p. 64).

A autora ainda continua, “outra atividade é a divulgação do plano de manejo do REVIS Mata do junco, documento este que estabelece o zoneamento de UC determinando as normas para uso da área e manejo dos recursos naturais” (SANTOS, 2014, p. 64).

Os gestores afirmam que o espaço é frequentado também pelos autóctones, esses que na maioria das vezes desconheciam as regras de uso da UC, causando atrito, pois o guarda parques repreendia a respeito de qual roteiro poderia fazer, qual era perigoso, ou não, qual o horário propício para visita etc. Ademais, o local também era utilizado por escolas que

levavam seus alunos para aulas de EA, por pesquisadores das mais diversas áreas de estudo e por visitantes de outras cidades que frequentavam de forma esporádica.

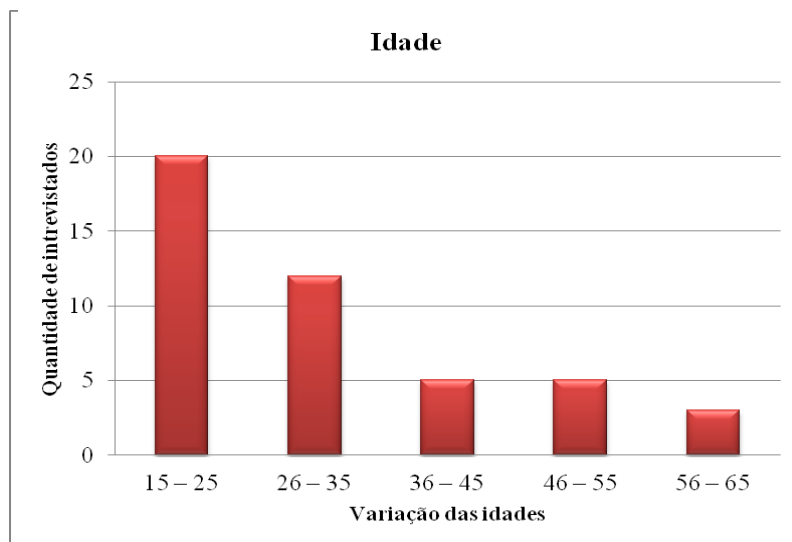
Segundo Augusta, as comunidades participavam de atividades voltadas para a EA, muitas das vezes docentes e discentes das comunidades do entorno do REVIS integravam-se com a gestão em busca de despertar o sentimento de pertencimento dos moradores locais atrelado a conscientização determinada por medidas de sensibilização ofertadas na UC.

Os visitantes seguem o mesmo roteiro aplicado para as comunidades locais e escolas, segundo Santos (2014, p. 72), o pedido é feito através de ofício como mostra o (Anexo x), e-mail, ou pedido pessoal na sede do REVIS (sendo essa a forma mais procurada por moradores locais, segundo Marcos gestor durante o período da entrevista).

Os visitantes geralmente são recepcionados pela coordenadora técnica ou um dos seus colaboradores e encaminhados ao Centro de Vivência onde recebem informações gerais sobre o REVIS, como as nascentes, flora e fauna, a importância de conservação e manutenção, o macaco Guigó etc. Ainda no Centro de Vivência são realizadas palestras, oficinas, cursos, exposições e reuniões (SANTOS, 2014, P.72).

Para ilustrar os tipos de visitantes e suas características cabe destacar alguns dados apresentados por Santos (2014). A figura (Figura 12) mostra a faixa etária dos frequentadores do local.

Figura 12 - Faixa etária dos visitantes do REVIS.

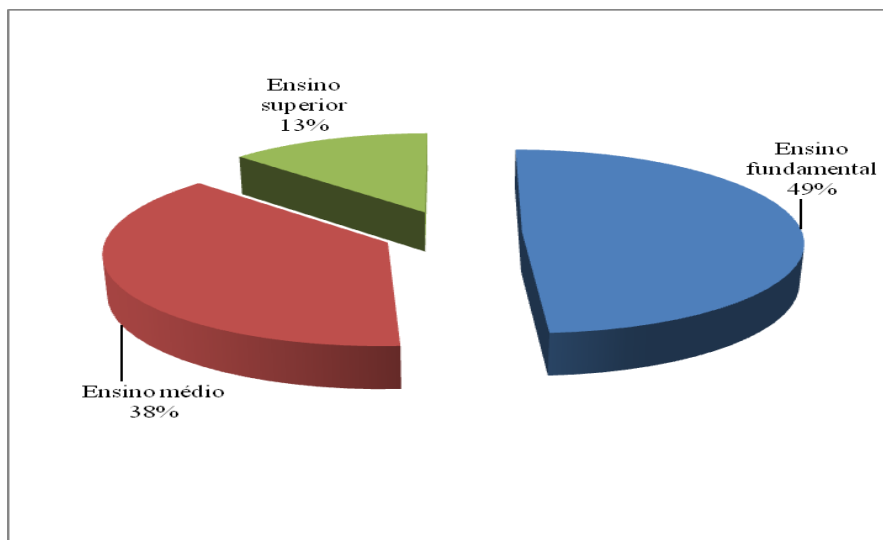


Fonte: Santos, (2014).

Posteriormente, a autora faz uma relação entre nível de escolaridade e conscientização, e nesse sentido, quanto maior o nível de escolaridade, maior é a percepção que o indivíduo

tem da existência da EA, do meio ambiente e da sua importância. Na figura (Figura 13), Santos (2014) exibe a escolaridade dos entrevistados em sua pesquisa.

Figura 13 - Escolaridade dos entrevistados.



Fonte: Santos, (2014).

Por fim, ela ainda complementa afirmando que a maioria dos frequentadores do local são estudantes, reflexo de os professores levarem suas turmas para aulas de EA. Na figura (Figura 14) a autora ainda apresenta as profissões dos visitantes que mais frequentam o local, a saber.

Figura 14 Profissão dos visitantes



Fonte: Santos, (2014).

Há que considerar que o estudo foi restrito, uma amostra pequena, considerando-se a visitação anual, mas parece ser o entendimento geral quanto ao perfil dos visitantes que frequentam o REVIS Mata do Junco e como eles utilizam o local. De outra maneira, ainda pode contribuir para o direcionamento de novos estudos e ações.

O mesmo documento estima que o número ideal de visitantes seja por volta de 30, sendo que para um melhor aproveitamento aconselha-se que sejam divididos em 2-3 grupos, conforme Santos (2014). O documento ainda acrescenta uma série de exigências que devem ser seguidas visando o correto funcionamento do local como, aviso prévio, orientações para o grupo, educação ambiental etc.

Sob o mesmo ponto de vista, interessa saber qual é a equipe responsável por atender os visitantes, de acordo com Augusta, a maioria eram terceirizados, composto por: um coordenador técnico, porteiros para a guarita, dois servidores para o serviço de limpeza e manutenção, guarda-parques, dois agentes de educação ambiental, responsável por fazer as palestras de recepção e três monitores de visitação, além de também um adjunto. Essa equipe desenvolvia atividades regulares de Educação Ambiental e de monitoramento de estudo e pesquisa, sendo que, essa última pesquisa em cooperação com a Universidade Federal de Sergipe ligada a estrutura do REVIS, a UC também contava com a participação na gestão do conselho gestor, que é um conselho consultivo criado em 2008 e tem 21 membros representados pelo poder público, sociedade civil, instituições de ensino e pesquisa e proprietários de áreas inseridas no REVIS.

Os membros mencionados por Augusta são previstos no plano de manejo, esse quadro de funcionários é essencial para sustentar a possível demanda em caso de implementação da atividade no local. Atualmente, os agentes de Educação Ambiental incumbidos de orientar os visitantes são Mário, gestor do local e Marcelo Guigó, esse que também é responsável por fazer a condução junto com sua equipe.

Vale ressaltar, que para efeito de planejamento e organização financeira é importante ter uma clareza quanto às despesas de custeio e para melhorias. Dessa maneira, o quantitativo da equipe atual, a adequação às demandas atuais e futuras, considerando ampliação do fluxo de visitação.

No decorrer da pesquisa, identificaram-se alguns cursos desenvolvidos no local, mas que pela ótica de profissionais da área de turismo, boa parte desses, em certo sentido, eram

propostos de forma errônea. Como exemplo, o curso sobre guia de turismo que em seu título trazia guia turístico, não apropriado, talvez condutor ambiental. De acordo com alguns relatos dos envolvidos na atividade da UC, essas atividades eram implementadas como uma forma de evitar que os recursos públicos direcionados para esse propósito fossem devolvidos, nesse sentido, buscava-se atender uma demanda necessária, mas não necessariamente planejada. De qualquer forma, a discussão pode ter gerado pessoas com mais conhecimento sobre atividade turística.

Segundo os gestores, os cursos de capacitação com o tema de Educação Ambiental eram mais comuns, pois eram mais amplos e conseguiam conversar com a maioria das áreas, incluindo o ecoturismo com o seu caráter indissociável, o plano de manejo traz um subprograma específico com esse tema e apresenta um projeto de capacitação dos funcionários, mas que de acordo com Santos (2014) ainda carece de uma maior atenção ao recebimento dos visitantes.

O plano de manejo mostra como deverão feitas essas capacitações, a saber:

A capacitação e o treinamento dos funcionários ocorrerão através de reuniões e palestras ministradas por profissionais tecnicamente qualificados. Estes terão por função orientar e treinar os funcionários sobre diversos assuntos voltados ao meio ambiente e sua preservação, além das atividades ambientais ofertadas pela UC, para que estes possam bem informar os visitantes (SERGIPE, 2011, p. 83).

Nota-se que, apesar da existência de subprogramas prevendo capacitações apresentados no plano de manejo, os cursos de capacitação com a temática vinculada ao ecoturismo ainda são primários e carecem de profissionais capazes de qualificar membros do *staff* para receber os visitantes, mas também capazes de qualificar agentes das comunidades visando inseri-los nas atividades como forma de inclusão e geração de renda.

Afirma-se, portanto, que sem a capacitação dos funcionários do REVIS e entorno perdem-se ferramentas capazes de sustentar a visitação no local ao longo prazo, pois tecnologias elaboradas e discutidas focadas em atender bem e oferecer serviços cômodos aos visitantes não serão assimiladas e praticadas, diminuindo a vida útil no local.

Ainda que a equipe seja qualificada, a infraestrutura do local é parte crucial na oferta de serviços, tendo em vista que ela é responsável por melhorar o ambiente em que os atores e agentes estarão inseridos, possibilitando sustentar a logística e demanda, além de atraí-la. Para Mário gestor do REVIS, a infraestrutura do local é adequada para o desenvolvimento de atividades ligadas ao ecoturismo, que eventualmente, possam ser ofertadas pelas

comunidades. De acordo, Maria Augusta afirma que a infraestrutura é suficiente, contando com a sede administrativa (Figura 15), alojamento (Figura 16). Esse alojamento tem sala, cozinha, banheiros, dois quartos com cinco beliches, utensílios, fogão, armário, geladeira, ou seja, todo o equipamento básico. Para os pesquisadores, tem também um espaço laboratório com bancadas, balcões, bancos. Há também o centro de vivência local que recebe os visitantes e tem exposição de *banners* (Figuras 17 e 18), assim como alguns outros itens para ajudar nas ações de Educação Ambiental. Foram citadas faltas de alguns equipamentos como computador e impressora no laboratório, além de lupa, microscópio. Continuando, outro equipamento desejado e muito requisitado em ações de educação ambiental e em reuniões do próprio conselho consultivo é um *data show*. Quando possível alguns equipamentos eram solicitados e levados da gestão da Coordenadoria de Áreas Protegidas, na SERHMA.

Figura 15 - Sede administrativa do REVIS.



Fonte: Autor (2017).

Figura 16 - Alojamento do REVIS.



Fonte: Autor, (2017).

Figura 17 exposição de banners na sede do REVIS.



Fonte: Autor, (2017).

Figura 18 - Exposição de banners, armadilhas na sede do REVIS.



Fonte: Autor, (2017).

O plano de manejo apresenta algumas possibilidades para a utilização da infraestrutura, como “viabilizar o uso público no Refúgio através da implantação de infraestrutura de lazer e do ecoturismo, em todas as modalidades compatíveis com a categoria de manejo da Unidade” (SERGIPE, 2011, p. 55).

Acresce que, apesar de existir a intenção de desenvolvimento da atividade ecoturística no local, segundo o gestor Mário Sergio, não existe recurso voltado para essa finalidade, corroborando com Marcos e Augusta ele acrescenta que o recurso direcionado para a UC é originário de medidas compensatórias e que para ter acesso só consultando os superintendentes.

Em contrapartida, os recursos injetados na UC eram voltados em grande parte para ações de Educação Ambiental e não para atividades de ecoturismo propriamente ditas. Sabe-se, no entanto, que o Ecoturismo pode servir como ferramenta de apoio a Educação Ambiental (NEIMAN; RABINOVICI, 2008).

O exemplo mais comum de atividade organizada de EA, que foi desenvolvido no local, com articulação e envolvimento do Conselho Consultivo, foi o projeto Guigoturarte (Figura 19) o evento teve como objetivo disseminar a importância do Refúgio da Vida

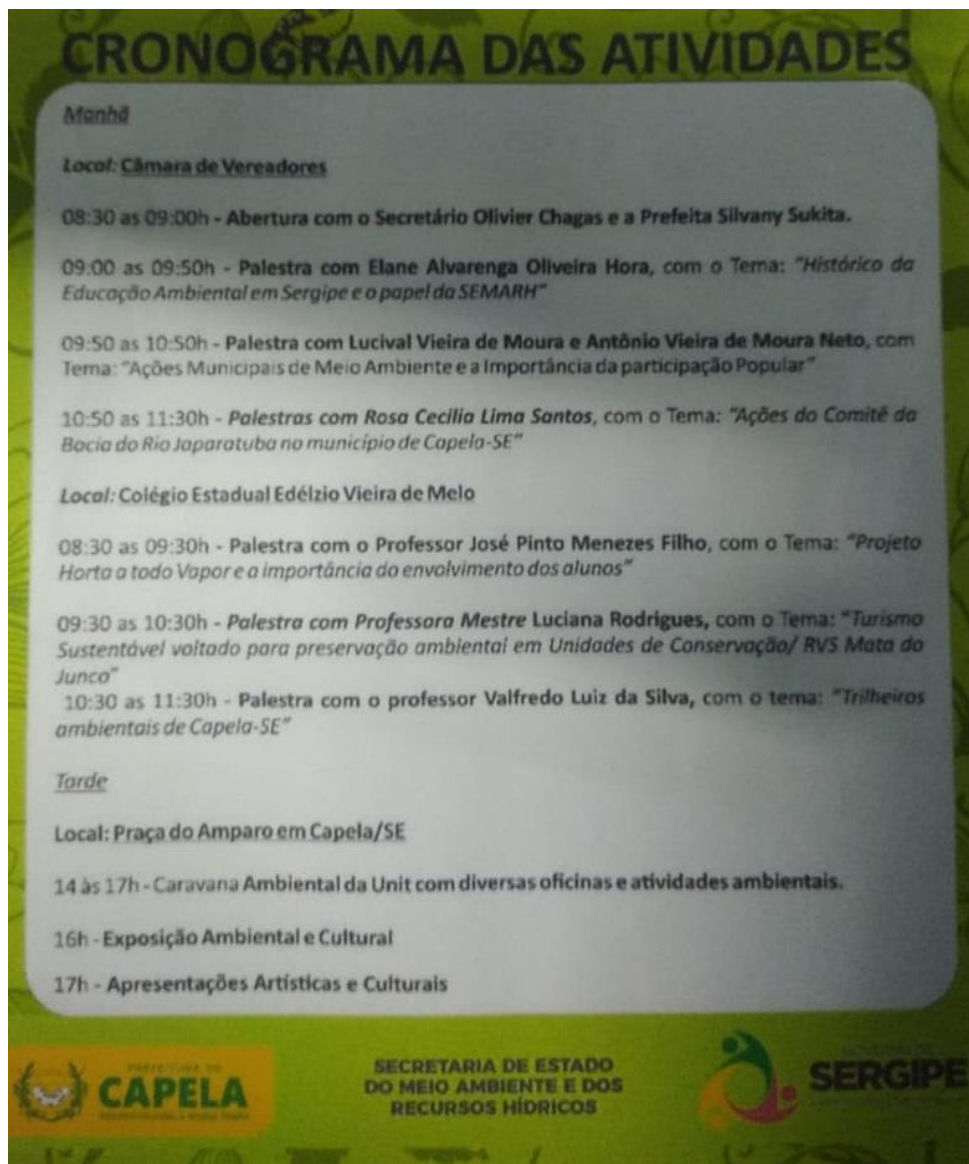
Silvestre (REVIS) Mata do Junco, no município de Capela, distante 67 km de Aracaju e contou com atividades recreativas e lúdicas (Figura 20), a exemplo de exposições, palestras, oficinas, trilhas e apresentações culturais (SERGIPE, 2017).

Figura 19 - Logo marca do I Guigoturarte.



Fonte: Autor, (2022).

Figura 20 - Cronogramas de atividades Guigoturarte.



Fonte: Autor, (2022).

Para discutir sobre as atividades que serão desenvolvidas no local e para planejá-las, a equipe de gestão do REVIS tem o Conselho Consultivo como apoio em tomada de decisão, que junto com o plano de manejo são encarados como os principais instrumentos de gestão (SILVA, 2016). "Neste sentido, o conselho gestor representa um dos principais instrumentos de gestão previsto pelo SNUC para as UCs enquanto mecanismo potencial para inclusão e controle social e, portanto, de participação da sociedade nos processos de tomada de decisão" (SILVA, 2016, p. 25).

Cabe mencionar que o conselho consultivo do REVIS MJ é atualmente o mesmo para a Unidade de Conservação, Área de Relevante Interesse Ecológico Mata do Cipó (ARIE),

criada recentemente. A última posse do conselho ocorreu no dia 12 de julho de 2021, o (Quadro 4) a seguir apresenta as instituições integrantes do conselho junto com seus titulares e suplentes.

Quadro 3 - Instituições e membros integrantes do Conselho Consultivo do REVIS Mata do Junco.

Instituições	Membros
SERHMA/SEDURBS	Titular: Marcos Domingos de Santana Suplente: Anne Aline Feitosa
Administração Estadual do Meio Ambiente - ADEMA	Titular: Aline Borba dos Santos Suplente: Aijalon de Sousa Santos
Câmara Municipal de Vereadores de Capela-SE	Titular: Antônio Vieira de Moura Neto Suplente: Joyce Campos Rocha
Diretoria Regional de Educação - DRE	Titular: Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque Omena Suplente: José Pinto Menezes Filho
Empresa de desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO/SE	Titular: Gilberto Luiz Araújo Santana Suplente: Adalmir Alves de Jesus
Secretaria Municipal de Educação de Capela/SE	Titular: Carlos Eduardo de Oliveira Santos Suplente: Gemária da Silva
Secretaria Municipal de Educação de Siriri/SE	Titular: Flávia Maria Santos Suplente: Wilma Menezes Melo
Secretaria Municipal de Agricultura Siriri/SE	Titular: Ricardo Silva Souza Suplente: Flávia Maria Santos
Secretaria Municipal de Agricultura Capela/SE	Titular: Luany de Souza Suplente: Clivanete Nascimento Oliveira
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Capela/SE	Titular: Leonardo Silva Moura Suplente: Diego Eleonaldo Silva Santos
Universidade Federal de Sergipe - UFS	Titular: Adriana Bocchiglieri Suplente: Adauto de Souza Ribeiro
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capela/SE	Titular Alex Santos Souza Suplente: Mário Cristiano Santos Correia
Associação Sócio Cultural Amigo do Turismo e do Meio Ambiente - OSCATHA	Titular: Rosa Cecília Lima Santos Suplente: Ângela Maria do Nascimento Lima
Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais União das Mulheres da Agrovila do Santo Antônio Padre José Emídio dos Santos	Titular: Maria Antônia dos Santos Cardoso Suplente: Aglécia Chavier dos Santos
Associação Comunitária do Povoado Fazendinha Siriri/SE	Titular: Erivaldo Joaquim dos Reis Suplente: Lilian Nascimento Cunha Reis
Comunidade Quilombola Pirangi/SE	Titular: Maria Denize Félix de Jesus Bispo Suplente: Maria Zilda Silva do Nascimento
Cooperativa Regional de Produção e prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Leste de Sergipe - COOPERLESTE	Titular: Ricardo Torres de Farias Suplente: Edenilson Antônio dos Santos
Fazenda Junco Novo – Capela/SE	Titular: Joelma Matos Santos Andrade Suplente: Valmir Passos da Cruz

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela/SE	Titular: Rivaneide Farias da Silva Suplente: Maria Prazeres de Santana Santos
Usina Campo Lindo	Titular: Durval César neto Suplente: Cláudio Francisco dos Santos

Fonte: Autor, (2022), elaborado a partir do termo de posse apresentado a coordenação do REVIS (2021).

O Conselho Gestor, apesar de não ter caráter deliberativo, sempre é consultado a respeito de mudanças que podem ocorrer no REVIS, segundo os gestores, a decisão final é da equipe de gestão, porém sempre são considerados os anseios dos membros, além de empenhar-se para tomar as decisões em comum acordo.

Ao presumir que o REVIS possui parceria com instituições, é importante entender suas relações, isto é, como atuam dentro da área e fora dela para que seja possível identificar a forma que as comunidades podem ser inseridas em atividades ligadas ao Ecoturismo.

Diante do diagnóstico, identificou-se que as atividades econômicas presentes são voltadas para o campo, a exemplo da pecuária, agricultura e avicultura. Segundo Mário Sérgio, de forma menos expressiva, alguns moradores locais mantem viva a tradição do artesanato com o bambu como matéria prima e esculturas com a identidade do macaco Guigó. A população local não é de fato protagonista no que é ofertado, pois o ecoturismo ainda é incipiente no REVIS, por outro lado, existem empreendimentos que suprem a demanda por serviços básicos como alimentação e acomodação, porém vale ressaltar que esses empreendimentos não se encontram no interior do REVIS, (exceto o próprio alojamento), nem tem como objetivo principal a distribuição de renda.

O mesmo gestor, afirmou que, devido à pandemia de Covid-19 as atividades foram interrompidas no REVIS, mas que o local não tem costume em receber atividades ligadas ao setor privado. Em visitas de campo e por informações coletadas, constatou-se que isso se deve, em partes pelo caráter restritivo da UC, outro motivo é o mercado “alternativo” que as atividades permitidas se inserem, afinal, exige cuidado com regras e recomendações por parte dos envolvidos, incluindo o setor privado, diminuindo a dinamização da atuação no local.

Além do mais, foi constatado em visitas de campo, que a principal organização privada que pratica atividades no local direcionadas para o ecoturismo e Educação Ambiental é a Guigó Aventura (Figuras 21, 22 e 23), responsável por conduzir pesquisadores através das trilhas de interpretação que já existem, a saber, Trilha do Visgueiro, Trilha do Guigó e Trilha D'Água.

Figura 21 - Perfil em rede social da Guigó Aventura.



Fonte: Página da Guigó Aventura no instagram¹

Figura 22 - Soltura de jiboia pela equipe Guigó Aventura e delegado de Capela.



Fonte: Fonte: Página da Guigó Aventura no instagram²

¹ Disponível em: <https://www.instagram.com/guigo_aventura/>. Acesso em: 13 abr. 2022

² Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cb8ljYp4GL/>>. Acesso em: 13 abr. 2022

Figura 23 - Condução de visitantes em trilha no REVIS.



Fonte: Página da Guigó Aventura no instagram³

Há registro de ocorrência de outras atividades associados a ecoturismo e Educação Ambiental, promovido por pessoas ou instituições, mas de forma pontual.

A visitação deve ser solicitada antecipadamente, ou seja, ser agendada e há espaço para tal pedido no site da SEDURBS, no Portal da SERMAH. No caso de instituições solicita-se enviar um ofício para SEDURBS que analisará o pedido, cabendo ao órgão aprovar ou não.

³ Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/CcPCRE4u-Fi/>>. Acesso em: 13 abr. 2022

5. DESAFIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO REVIS

Para que o ecoturismo aconteça de forma adequada não se deve negligenciar os entraves que dificultam e que, por vezes inviabilizam o desenvolvimento da atividade. Durante as visitas de campo e pesquisas relacionadas ao ecoturismo no REVIS, considerando a proposta do plano de manejo, identificou-se através de visitas de campo contradições a respeito do que era estabelecido no documento e a realidade do local, entretanto é interessante mencionar que os gestores não veem as diretrizes como amarras, mas como orientações que podem ser adaptadas a realidade do local, respeitando o caráter técnico do documento. Como exemplo, pode-se mencionar o desenvolvimento das atividades de ecoturismo em zonas que, de forma inicial, não eram para ter nenhum contato com visitantes. Nesse sentido, o entrave relacionado diz respeito ao uso de parte da zona primitiva em trilhas, apesar de ser uma parte reduzida, essa atividade se choca com o que é apresentado no documento técnico.

Atualmente, fala-se em revisão do plano de manejo, através de conversas com a gestão do REVIS foi constatado que esse processo está em fase inicial, pois não foi mencionado nenhum nome de empresa responsável ou prazo de entrega do documento. Ressalta-se, que a validade de um Plano de Manejo dessa categoria dura em média 10 anos, considerando a data de criação e dinâmica do REVIS o PM correspondente necessita de revisão.

Após iniciado o processo de revisão do Plano de Manejo será necessário pensar na utilização das zonas. Sabe-se, que atualmente há zonas que recebem visitantes mesmo sem previsão no documento técnico, entretanto, a gestão não vê isso como um entrave, mas como uma necessidade de adaptação. Nesse sentido, recomenda-se mapear novamente atividades que podem ser implantadas em cada zona, considerando o caráter da área de proteção integral e seu objetivo principal. Trata-se de um exercício de compatibilização entre necessidades e desejos.

No REVIS, identificou-se através de entrevistas que não há distinção entre atividades de Ecoturismo e EA, pois sempre que os gestores eram questionados sobre atividades de ecoturismo desenvolvidas no local, os exemplos reverberavam sobre EA, como foi mostrado anteriormente. Outro ponto a ser levado em conta, são as zonas que admitem EA, apesar do Ecoturismo e EA serem tratados como iguais pela gestão, as zonas de atuação de ambos são distintas em alguns casos. Cabe frisar, porém, que é válido manter uma ordem cronológica de

ações tanto de Educação Ambiental, como de Ecoturismo, por exemplo, ações de EA para instruir e sensibilizar e ações de Ecoturismo para incentivar visitas através de trilhas e atividades apontadas pelo Ministério do Turismo (Quadro 3).

É notório que ações de EA se sobressaem em relação às de Ecoturismo, pois não há variedade de atividades de Ecoturismo sendo desenvolvidas no local, da mesma forma, a interação dos moradores com qualquer que seja a atividade sofre restrições legais, dificultando ainda mais sua inserção. As barreiras legais, as necessidades e desejos individuais somados as constantes mudanças na gestão do REVIS traz à tona conflitos de planejamento, ao passo que se demonstra o desejo de se inserir as comunidades, o que implica fazer isso de forma organizada e planejada em potenciais atividades de ecoturismo, assim, é importante considerar o risco de se fugir do objetivo principal que é o de conservação e preservação.

Por meio de relatos, a gestão sinalizou interesse em desenvolver atividades de Ecoturismo junto com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade (SEDURBS), assim como ampliar ações de EA que são promovidas em grande parte para escolas através de oficinas, seminários, dinâmicas etc.

Para buscar entender como poderá ser ofertado o Ecoturismo no local recomenda-se entender o perfil dos visitantes ao mesmo tempo em que se deve estimar o fluxo de visitantes e como atendê-los. Contudo, a gestão ainda não tem claro o fluxo de visitantes, assim como não há dimensão em nenhum projeto identificado ou no plano de manejo sobre a quantidade de visitantes por mês ou ano, tal característica revela como ainda é inicial o ecoturismo, pois, no mínimo, deveria constar controle de entrada e saída de visitantes, quais os dias da semana seriam atendidos, seu horário de funcionamento e como lidaria com as chuvas sazonais. A falta desses levantamentos estatísticos foi levantada pelo gestor Marcos Domingos junto com a informação das dificuldades de estabelecer parcerias público/privada devido a inexistência de dados palpáveis e projetáveis.

De outra maneira, para efeito de dimensionamento, podem-se buscar referências em outras Unidades de Conservação de proteção integral, para de forma dedutiva tentar entender os possíveis desdobramentos. O plano de manejo assegura que a visitação deve ser restritiva e de baixo impacto, dando a entender que o número deve ser reduzido.

Para efeito de ampliação do Ecoturismo no REVIS e considerando o que foi debatido com Augusta e Mário Sergio a infraestrutura é suficiente, embora os números e a dimensão desse aumento não estejam registrados ou escritos. Além da infraestrutura presente na entrada, responsável por receber os visitantes, há também a infraestrutura nas trilhas interpretativas, essa infraestrutura mesmo que mínima foi estabelecida para auxiliar o condutor e os visitantes que as utilizam. Em contrapartida, nas visitas técnicas foram identificadas falhas na infraestrutura, tanto na entrada com a falta de lixeiras, quanto nas trilhas com a falta de sinalização adequada.

Importa também, levar em conta a equipe disponível, a atuação de cada indivíduo pertencente ao grupo e distribuição de profissionais para cada atividade. Como foi mostrada no capítulo anterior, Augusta apontou a equipe responsável por manter o REVIS em funcionamento e paralelamente, o ecoturismo, mas que demandaria profissionais direcionados para cada uma de suas atividades. Neste sentido, os gestores concordam que o responsável por suprir essa demanda atual através da condução dos visitantes pelas trilhas é Marcelo Guigó, condutor local. Nesse ponto, cabe uma reflexão, sobre a suficiência de apenas um condutor para atender os visitantes, pois caso seja impossibilitado por qualquer motivo fortuito, desfalcará a equipe interrompendo as atividades. Nesse sentido, sugere-se que mais pessoas, principalmente das comunidades circunvizinhas, sejam treinadas a fim de dividir o protagonismo com Marcelo Guigó, visando à continuidade das atividades no REVIS e certamente, possibilidade de incluir moradores do entorno, desde que, capacitados e credenciados pelo REVIS.

De acordo com a coordenação do REVIS MJ a equipe recebe capacitação para lidar com visitantes, além de participar de oficinas e palestras relacionadas ao meio ambiente. Ainda que, tais ações sejam voltadas para a EA de acordo com constatações oriundas de visitas de campo e entrevistas com os gestores, mais uma vez é apontado déficit em capacitações em Ecoturismo, isso se deve, ao entrelaçamento e ambiguidade em que ambos são encarados. Nessa hora, o primeiro passo para um bom direcionamento e distribuição de ações de capacitação transita pelo entendimento das singularidades do Ecoturismo e EA, entender que um incorpora o outro, mas que cada um exige um tipo diferente de abordagem.

Acrescenta-se também, que a incipiência de atividades ecoturísticas no local ligadas a pouca demanda provoca a sensação de suficiência relacionada à qualificação dos envolvidos

na prestação de serviços. Nesse sentido, ainda acontece de forma esporádica, sem planejamento ou integração, cursos de capacitação voltados para tal atividade.

Diante do que foi dito, contando que as atividades de ecoturismo sejam desenvolvidas e ampliadas, questiona-se sobre os possíveis desdobramentos no local, inclusive, no âmbito legal. A partir dessa percepção, incluem-se ações de fiscalização para ajustar à demanda e pensando num planejamento contínuo, bem como o monitoramento, que permitirá indicar a necessidade de manejo das áreas, como as trilhas, pois objetiva a adaptação, adição, ou exclusão das ações. Atualmente, a própria coordenadoria faz a fiscalização com o intuito de garantir o funcionamento adequado do local. Ressalta-se, entretanto, que a intensidade da fiscalização variou durante o percurso devido as constantes mudanças de gestores.

Quanto aos recursos financeiros, há conhecimento sobre o custeio da UC, mas para investimentos, manutenção, melhorias, de acordo com todos os gestores consultados, sua origem advém das medidas compensatórias. Relacionado a isso parece não haver complexidade, contudo, levanta-se a questão de incentivar outras maneiras de se obter tais recursos, em especial, quando se pensa em ampliação do fluxo de visitantes pelo ecoturismo. Para isso, receber taxa de visitação foi questionado como alternativa, que parecer estar sintonizado com os anseios dos gestores. Acredita-se que, com o manejo adequado dos recursos e a constante manutenção da atividade, evita-se a degradação da UC e como consequência, a ruína da atividade, afinal, o poder de atratividade dos recursos está intimamente ligado a sua conservação e preservação.

Diante da possibilidade de ampliar a visitação no REVIS, interessa saber as viabilidades de comercializar bebidas e artesanatos produzidos localmente e se essa prática é respaldada pelo Plano de Manejo. Os gestores apoiam de forma contundente a inserção da comunidade na oferta de serviços, porém Marcos Domingos ressaltou que deve ser uma atividade em consonância com o PM e que, principalmente, não leve nenhum ônus para a fauna e flora do local. Estas atividades previstas no PM deverão ocorrer na zona de uso intensivo, mais precisamente na sede. Entretanto, cabe destacar que, tais atividades como qualquer participação da comunidade e parcerias com instituições do ramo turístico, dependerá de se ter apoio em instrumentos legais.

De acordo com o que foi constatado, não é exagero afirmar que o setor privado atua de forma incipiente, considerando a variedade de organizações privadas no local. Por outro lado, a cautela é primordial na hora de se pensar na inserção de empresas oriundas do entorno ou do

polo emissor Aracaju, pois a utilização sem supervisão adequada pode gerar degradação, mesmo promovendo atividades apontadas no plano de manejo, sobretudo pela característica preservacionista deste tipo de UC. Assim sendo, a importância do planejamento como ferramenta de organização se faz fundamental.

Para respaldar a viabilidade da parceria entre REVIS e setor privado pode-se citar a lei Federal 13.668 que impacta diretamente os recursos de compensação ambiental e como empresas de cunho privado podem atuar em UC. Todavia, cabe ter cautela na concessão de serviços, o setor público deverá assumir o papel de fiscalizador visando manter a UC dentro de seu objetivo principal ao qual ela foi criada que é o de preservação dos recursos.

De acordo com a Lei Federal 13.668 Poderão ser concedidos serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 (BRASIL, 2018).

Segundo Reis e Queiroz (2017, p. 384), “a concessão de serviços como alimentação, hospedagem, aluguel de equipamentos e implantação de estruturas para atividades de ecoturismo podem sim ser uma alternativa para dinamizar o uso desses espaços e gerar recursos [...]”. O REVIS se mostra um local propício para receber esse tipo de parceria, considerando que tais serviços não diz respeito a interferência direta no planejamento e gestão da Unidade, mas serviria como apoio, complemento.

Conforme as autoras, para que isso possa acontecer de forma apropriada “[...] é necessário fundamentalmente que o Estado assuma a responsabilidade legal de salvaguardar as UCs, valorizando a carreira dos servidores públicos investindo em concursos e capacitações” (REIS E QUEIROZ, 2017, p. 384).

Outro fator que influenciará as decisões sobre o desenvolvimento do ecoturismo no REVIS é a relação entre gestão da UC e instâncias hierárquicas superiores, as prioridades e intenções, assim como, investimentos e estrutura dada para o setor que cuida das UCs estaduais, atualmente na SEDURBS. Não há até então uma carreira que dê garantia dessa continuidade, fragilidade apontada em estudo de Braghini (2016), quando analisou a gestão da APA Morro do Urubu, sendo suscetíveis a mudanças de governo. Os investimentos derivados de compensação ambiental estão dependentes também da articulação com a ADEMA

(Agência de Desenvolvimento e Meio Ambiente), que é essencial na realização das Câmaras Técnicas que definem o destino desses recursos.

6. PLANO DE AÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO

As diretrizes apresentadas a seguir, consideram em especial ações em ecoturismo, pensando também, no Turismo de Base Comunitária, entretanto reconhece-se que essas não são dissociadas da necessidade de se pensar a Unidade de Conservação como um todo, obviamente, em especial quando se trata de recursos para custeio e investimentos, equipe e infraestrutura.

1. Diretriz: Revisão do Ecoturismo no planejamento do REVIS

Ações estratégicas:

- A. Redefinir as zonas de uso para o ecoturismo e EA;
- B. Definir as normas de uso para as zonas que permitem o ecoturismo;
- C. Mapear as trilhas passíveis para uso pelo Ecoturismo;
- D. Definir as atividades possíveis para o Ecoturismo;
- E. Desenvolver estudo sobre os impactos do Ecoturismo;
- F. Definir a capacidade de recepção para o ecoturismo, considerando período de funcionamento do REVIS e quantitativo da equipe atual e desejado;
- G. Definir cronograma de capacitação dos condutores e equipe de manejo, monitoramento e fiscalização das trilhas de uso pelo ecoturismo;
- H. Desenvolver estudo sobre possibilidades de concessões de uso no REVIS.

Curto prazo: A até D, F e G

Médio prazo e Longo prazo: E

Parcerias: Empresa responsável pela retificação do Plano de Manejo, UFS, IFS, cursos de turismo e de geografia, gestão do CAF

2. Diretriz: Organização do manejo e monitoramento da visitação no REVIS

Ações estratégicas:

- A. Selecionar metodologia de monitoramento dos impactos da visitação;
- B. Selecionar metodologia de monitoramento da qualidade da experiência do visitante;

- C. Definir equipe e cronograma para monitoramento do impacto da visitação;
- D. Capacitar equipe para monitoramento do impacto da visitação;
- E. Incentivar medidas autorregulatórias para o setor privado.

Curto prazo: A até D

Médio prazo e Longo prazo: E

Parcerias: Gestão do REVIS, comunidades do entorno, conselho consultivo do REVIS, agências de receptivo de Aracaju, IFS e UFS, cursos de Turismo e Administração.

3. Diretriz: Capacitação de equipe para desenvolvimento do Ecoturismo no REVIS

Ações estratégicas:

- A. Capacitação sobre ecoturismo e atividades possíveis no REVIS
- B. Credenciamento e organização administrativa da atuação no REVIS
- C. Capacitação de condutores para trilhas interpretativas
- D. Capacitação de condutores para observação de aves
- E. Capacitação de condutores para observação da flora
- F. Promover o intercâmbio e articulação entre o setor público e privado.

Curto prazo: A e B

Médio prazo e Longo prazo: C até F

Parcerias: Comunidades do entorno, SEBRAE, IFS e UFS, cursos de Turismo e Administração.

4. Diretriz: Implementação de trilhas interpretativas

Ações estratégicas:

- A. Definir os circuitos e pontos interpretativos nas trilhas;
- B. Elaborar projeto de comunicação para trilhas interpretativas;
- C. Confeção e instalação do material e ou equipamento para as trilhas interpretativas;

Curto prazo: A e B

Médio prazo e Longo prazo: C

Parcerias: Comunidades do entorno, IFS e UFS, cursos de Turismo, geografia.

5. Diretriz: Organização de Centro de Informações sobre Conservação Biológica do REVIS:

Ações estratégicas:

- A. Coletar e organizar informações sobre fauna, flora, aspectos culturais e históricos;
- B. Selecionar e sistematizar informações relevantes a serem trabalhadas pelos condutores ambientais locais;
- C. Confeção de materiais gráficos e demonstrativos sobre as pesquisas desenvolvidas e selecionadas;
- D. Organização de espaço para visitação guiada, sobre as informações disponíveis – como um museu.

Curto prazo: A até C

Médio prazo e Longo prazo: CD

Parcerias: Comunidades do entorno, IFS e UFS, cursos de Turismo, geografia, gráficas locais.

6. Diretriz: planejamento da inclusão das comunidades a partir do ecoturismo no REVIS

Ações estratégicas:

- A. Sensibilização e informação sobre turismo de base comunitária e ecoturismo;
- B. Levantamento de potenciais atrativos culturais, naturais e atividades desenvolvidas no entorno do REVIS pelas comunidades;

- C. Levantamento rápido de infraestrutura, equipamentos e serviços de alimentos e bebidas, meios de hospedagem e interesses na prestação de serviços a visitantes locais;
- D. Levantamento de formas de organização comunitária;
- E. Diálogos coletivos sobre possibilidades de roteiros integrados ao REVIS;
- F. Direcionamento de equipe para capacitar os comunitários.

Curto prazo: A até C

Médio prazo e Longo prazo: D, E, F.

Parcerias: Comunidades do entorno, IFS e UFS, cursos de Turismo, geografia, setor privado do entorno, por exemplo, cachaçaria, restaurantes e pousadas.

7. Diretriz: Comunicação digital do RVS

Ações estratégicas:

- A. Projeto de comunicação considerando oferta e perfil de visitante desejado;
- B. Definição de canais virtuais para apresentação do REVIS e as atividades de ecoturismo;
- C. Definição da equipe que ficará responsável pela manutenção dos canais virtuais;
- D. Estabelecer parcerias virtuais para disseminar o REVIS em cadeia através de uma rede de público com o perfil desejado;
- E. Estabelecer quantidade de publicações necessárias por dia;
- F. Direcionar recursos para Google AdSense.

Curto prazo: A até E

Médio prazo e Longo prazo: F

Parcerias: Comunidades do entorno, IFS e UFS, cursos de Turismo, Marketing,

8. Diretriz: Parceria com a prefeitura de Capela:

- A. Mobilizar a prefeitura para melhoria nas vias de acesso ao REVIS;
- B. Mobilizar a prefeitura para implantação de placas de sinalização guiando até o REVIS;

Médio prazo e Longo prazo: A e B

Parcerias: Prefeitura de Capela.

9. Diretriz: Parceria com o trade turístico:

A. Estabelecer parceria com a rede hoteleira buscando incluir o REVIS nas informações sobre passeios;

B. Estabelecer Parcerias com as agências de receptivo buscando incluir o REVIS nos roteiros turísticos;

C. Estabelecer parceria e integrar no roteiro os atrativos ao redor como uma alternativa de produto.

Curto prazo: A

Médio prazo e Longo prazo: B e C

Parcerias: Rede hoteleira de Aracaju, agências de receptivo de Aracaju, cachaçaria.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num momento em que a produção de consumo se molda em busca de alcançar os desejos dos consumidores baseado em seus comportamentos, surge a partir da necessidade, um turismo voltado a suprir as demandas de qualidade, bem-estar e desenvolvimento social econômico e ambiental. Este Turismo “alternativo” tem como característica a fuga de grandes áreas urbanas, possibilitando seu desenvolvimento, em grande parte, em Unidades de Conservação, a exemplo do REVIS MJ objeto de estudo do presente trabalho.

Em virtude disso, o Ecoturismo no REVIS ganha projeção, pois encontra campo fértil para seu desenvolvimento, com recursos disponíveis e uma demanda que anseia por mudança. Do outro lado, encontram-se indivíduos que tem seus próprios interesses e viram uma barreira legal ser levantada, por uma causa legítima, mas que incontestavelmente levou impactos no cotidiano dessas pessoas. Como contraponto a esse antagonismo, o Ecoturismo apoiado no modelo de gestão de base comunitária comunga para a inserção e transformação dos autóctones em protagonistas respeitando e entendendo a dinâmica estabelecida naquele território.

Consciente de tais características, dos recursos disponíveis e do respaldo vindo do Plano de Manejo, a presente pesquisa buscou pensar no Ecoturismo de base comunitária como ferramenta capaz, através dos seus princípios, de alteração da realidade, considerando entendê-la e a *posteriori* estabelecer diretrizes e ações que pudessem nortear a gestão na tomada de decisão a respeito do planejamento da atividade no local.

Para desenvolver o Ecoturismo no REVIS MJ, sobretudo, deve-se considerar as atividades permitidas no REVIS e em quais zonas elas podem ser desenvolvidas. Isto porque, a UC possui restrições em suas áreas visando salvaguardar espécies que são a força motriz da preservação do local. Entretanto, foi percebido ao longo do trabalho que o Plano de Manejo não é encarado pela gestão como uma camisa de força e que determinadas atividades podem ser adaptadas para uso. Tais características demonstram a carência de revisão do documento, até porque, o que foi analisado está perdendo validade.

Em busca de subsidiar um Plano de Ação, o estudo inclinou-se também para o referencial de planejamento, haja vista que para identificar e analisar a realidade do local era necessário realizar um diagnóstico e em sequência, após os dados internos e externos

coletados fazer um exercício de dimensionamento para estabelecer diretrizes capazes de auxiliar a gestão no alcance dos objetivos.

Para além do planejamento, foi imaginado em um primeiro momento um planejamento participativo, porém com incidentes fortuitos que acometeu a humanidade, Covid 19 e suas variantes, não houve tempo hábil pra pôr em prática o que havia sido estabelecido no projeto desta pesquisa. Dito isto, cabe aludir que a pesquisa foi adaptada para a realidade estabelecida, ao invés de contatar todas as comunidades circunvizinhas da área de proteção integral derivadas do assentamento José Emídio, a pesquisa foi apresentada para a gestão e com ela de forma mais efetiva trabalhada e posteriormente apresentada ao Conselho Consultivo.

Todavia, a dependência contínua de superintendentes, a ausência de medidas de estímulo que visem o desenvolvimento da atividade de Ecoturismo no local junto com as constantes mudanças de gestão tem afetado o planejamento, principalmente, a respeito de maneiras de tornar pessoas das comunidades atores e agentes do ecoturismo dentro da zona permitida. Contudo, esses entraves não devem ser fatores que inviabilizem pensar na inserção da comunidade em atividades como vendas de artesanato, alimentos e bebidas e em atividades de condução e gerar autonomia para a atividade.

Em constatações recentes, notou-se que o discurso da gestão sobre Ecoturismo por vezes permeava a EA. Por esse motivo, a necessidade de dissociação dos princípios de cada ação se tornou iminente, já que, apesar de um servir como ferramenta para o desenvolvimento do outro, a fim de direcionamento de ações os conceitos e abordagens devem estar claros.

Por essa ótica, as ações pensadas para o REVIS necessitam de apoio financeiro e através de entrevistas e visitas de campo foi identificado que a origem dos recursos direcionados para a UC derivam de medidas compensatórias, assim como a maioria das UCs. Trata-se de ações que estão sujeitas a imprevisibilidade, sabe-se que sem o recurso destinado de forma preliminar, impossibilita o planejamento de forma antecipada o suficiente para relacionar-se com as parcerias de forma organizada e eficiente.

Ainda que a gestão busque recursos financeiros diretamente destinados para tais finalidades, a equipe tem que estar em consonância e preparada para receber os visitantes. Isto porque, atualmente o REVIS tem poucas atividades desenvolvidas pelas comunidades, a diluição das atividades entre os membros das comunidades contribuiria para autonomia da UC

em caso de eventual impossibilidade, dessa maneira existiria outro membro da equipe tão preparado quanto para substituí-lo, permitindo a oferta contínua dos serviços e como consequência manutenção do fluxo de visitantes. O levantamento de dilemas relativos ao Ecoturismo de base comunitária no REVIS MJ favoreceu pensar em diretrizes que dessem subsídios para um Plano de Ação. Assim, é reconhecida a necessidade de seguir com estudos que busquem captar cada vez mais recursos possíveis de serem ofertados à medida que se ganha robustez na parte teórica para sustentar o desenvolvimento de ações.

REFERÊNCIAS

- ALDAY, H. E. C. O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica. **Revista FAE**, Curitiba, v. 3, n. 2, 2000.
- ALEGRIA; M. F; SILVA, H. P. **Refletindo sobre a Dimensão Coletivista do Conselho Gestor**. II SAPIS, Anais... Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ARGUETA, G. S. M.; VARELA, Á. A. R. La planificación turística sustentable desde un enfoque sistémico. **Gestión Turística**, n. 21, p. 9-32, 2014.
- BARBOSA, D. N. **Motivações para o turismo**. 2002. 15 f. TCC (Graduação) - Curso de Turismo, Faculdade Machado de Assis, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/30-motivacoes-para-o-turismo.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2020.
- BARRETTO, M. **Planejamento e organização do turismo**. Campinas: Papirus, 1991.
- BARROS, P. M. **Modelo de planejamento para implementação e desenvolvimento do ecoturismo: diagnóstico ecoturístico – um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado. Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade federal de Santa Catarina, 1999.
- BATTISTUZ, G. Z. **Monitoramento e avaliação das políticas públicas de turismo: uma análise do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Paraná 2008-2011**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá.
- BENI. Como certificar o turismo sustentável?. **Revista Turismo em análise**, v. 14, n. 2, p. 5-16, 2003.
- BENI. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. **Revista Turismo em análise**, v. 10, n. 1, p. 7-17, 1999.
- BINFARÉ, P.W et al. Planejamento turístico: aspectos teóricos e conceituais e suas relações com o conceito de turismo. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, 2016.
- BRAGA, D. C. Planejamento turístico: teoria e prática. 2ª reimp. **Rio de Janeiro: Campus**, 2007.
- BRAGHINI, C. R. **Gestão territorial de unidades de conservação no litoral sergipano**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. Tese de Doutorado. São Cristóvão, 2016.
- BRAGHINI, C. R.; VILAR, J. W. C. Gestão de conflitos ambientais em unidades de conservação no litoral sergipano. In: VILAR, J. W. C.; VIEIRA, L. V. L. (Org.). **Conflitos ambientais em Sergipe**. Aracaju: IFS, 2014. p. 77-98.
- BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de julho de 2000.

BRASIL. **Lei nº 13.668, de 28 de maio de 2018.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13668.htm>. Acesso em 07 de maio de 2022.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Ecoturismo: orientações básicas.** /Ministério do Turismo, secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. 2. Ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudos sobre a competitividade:** Turismo e a dimensão ambiental. UNICAMP, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.** Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas-PNAP, seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. 2006.

BRUNDTLAND, G. H. **Relatório Brundtland:** nosso futuro comum. [S.l.]: Comissão Brundtland/ ONU, 1987.

CARVALHO, J. B. de. **Planejamento estratégico, políticas públicas e monitoramento:** uma avaliação das informações produzidas pelos observatórios de turismo no Brasil. 2016.

CASTRO, L. L. C.; PINTO, R. Sustentabilidade e turismo comunitário: aspectos teórico-conceituais. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 13, n. 2, p. 213-226, 2013.

CERVO, A.; BERVIAN, P. **Metodologia Científica.** 5. ed. São Paulo: Pearson, 2002.

CONAMA. **Resolução CONAMA nº 306.** C. N. D. M. Ambiente, 2002.

COOPER, Chris. **Turismo:** princípios e prática. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente.** São Paulo: Atlas, 2003.

DREHER, Marialva Tomio. Planejamento do turismo em áreas não-urbanas: envolvendo a comunidade. In: **Congresso Internacional sobre Turismo Rural e desenvolvimento sustentável.** 2003. p. 241-249.

FAXINA, F. **Áreas protegidas e populações humanas:** o Parque Nacional de Iguaçu e seu entorno. Aracaju: EDIFS, 2014.

FERNANDES, I. **Planejamento e organização do turismo.** Elsevier Brasil, 2011.

FILHO, A. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**, n. 14, 2009.

FONTOURA, L. M.; DA SILVEIRA, M. A. T. Turismo em Unidades de Conservação e Planejamento Territorial: Um Foco no Parque Estadual de Vila Velha-PR. **V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL – Caxias do Sul**, v. 27, 2008.

FRANCA N. **Educação Ambiental na Gestão Participativa:** fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca – Projeto Água em Unidade de Conservação. 1 ed. IBASE, Rio de Janeiro, RJ. 2006.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GONÇALVES, S.; SILVA, G. C. J. Possibilidades do turismo comunitário na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Ponta do Tubarão/RN. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 82-95, dez. 2017.
- GUARANY, L. **A Lei 13.668 e a concessão das Unidades de Conservação**. Matanativa, 2019. Disponível em: <[https://www.matanativa.com.br/concessao-das-unidades-de-conservacao/ A Lei 13.668 e a concessão das Unidades de Conservação](https://www.matanativa.com.br/concessao-das-unidades-de-conservacao/A%20Lei%2013.668%20e%20a%20concess%C3%A3o%20das%20Unidades%20de%20Conserva%C3%A7%C3%A3o)>. Acesso em: 07, mai 2022.
- GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C.; GARCIA, M. Estratégias de desenvolvimento: a pesquisa científica no campo do turismo de base comunitária. **Gestión Turística**, n. 27, p. 44-64, 2017.
- HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007.
- HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. R. Turismo de base comunitária: estado da arte e experiências brasileiras. **Ambiental Mental Sustentable: Revista científica galego-lusófona de educación ambiental**, n. 11, p. 7-25, 2011.
- IGNARRA, L.R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo: Thonsom, 2003.
- INFONET. **Estudo aponta perfil do turista sergipano para fins estratégicos**. 2018. Disponível em: < <https://infonet.com.br/noticias/economia/estudo-aponta-perfil-do-turista-sergipano-para-fins-estrategicos/>> Acesso em: 10 de maio de 2022.
- KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em Parques Nacionais**. – Campinas, SP: Papirus, 2002. (Coleção Turismo)
- KOCH, M. O. P.; JUNQUEIRA, L. D. M.; DOS ANJOS, F. A.. Análise comparativa do turismo sustentável e turismo responsável: semelhanças e diferenças nos destinos turísticos do BRASIL. **Caderno de Estudos e Pesquisas de Turismo**. Curitiba, v. 6, n. 9, p. 39-56, jul/dez. 2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.
- MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de base comunitária no Brasil. Insustentabilidade é uma questão de gestão. **Revista Turismo em análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, 2013.
- MITRAUD, S. (Org.) **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, WWF, 2003, p. 33-68.
- MOLINA, S. **Turismo**: metodologia e planejamento. Bauru: Edusc, 2005.
- MUNDSTOCK, P. **Relação entre Planejamento Estratégico e Desempenho Superior**. Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 2008. (Dissertação de Mestrado em Administração).

NASSAR, P. M.; COBRA, L. V.; VIEIRA F. S. **Práticas para o ecoturismo de base comunitária em Unidades de Conservação**. Tefé, AM: IDSM, 2017.

NEIMAN, Z.; BARROS-FREIRE, J.M. Percepção local acerca da aplicabilidade do Ecoturismo de Base Comunitária na RESEX Corumbau (BA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.13, n.3, ago-out 2020, p. 488-515.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. Ecoturismo: discurso, desejo e realidade. **Revista Turismo em Análise**, v. 11, n. 2, p. 98-110, 2000.

NEIMAN, Z.; RABINOVICI, A. A Educação Ambiental através do Ecoturismo: o diferencial das atividades de contato dirigido com a natureza. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 3, n. 2, p. 76-101, 2008.

NÓBREGA, J.M. et al. Estrutura de referência para o planejamento turístico com base na abordagem sistêmica e na lógica da gestão de operações. 2011.

NUNES, I. M. **Turismo, desenvolvimento e dependência em Cabo Verde**. 2009. Tese de Doutorado. FEUC.

PAULA, J. **Desenvolvimento local: como fazer?** Brasília : SEBRAE, 2008. 59 p.

PELLEGRINI, F. **A ecologia, cultura e turismo**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1999.

PETROCCHI, Mário. **Turismo: planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PINHEIRO, C. R. S.; SOUZA, L. E. S. **O turismo de base comunitária como estratégia para o desenvolvimento socioeconômico de comunidades tradicionais em reservas extrativistas: o caso da Ilha dos Lençóis em Cururupu-MA**. 2017.

PINHEIRO, M. W.; ROSSI, B. G. O Brasil como objeto de estudo na pesquisa sobre turismo no contexto internacional. **Revista Turismo Visão e Ação – eletrônica**, v. 18, n. 1, jan- abr. 2015.

PIRES, P. dos S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

PRODANOV, C, C.; DE FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Editora Feevale, 2013.

PROJETO BAGAGEM. **Série TURISOL de Metodologias: Parte 2**. São Paulo: Peirópolis, 2010. Disponível em: <https://issuu.com/projetobagagem/docs/livreto-projeto_bagagem-08> Acesso em: 02 set. 2020.

REIS, A.; QUEIROZ, O. Concessões nas Unidades de Conservação do Estado de São Paulo: reflexões, oportunidades e desafios. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 10, n. 2, 2017.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTA CRUZ, I. C. **Turismo: uma alternativa de desenvolvimento sustentável para o Estado de Alagoas**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

SANTOS, R. F. dos. Planejamento, planejamento ambiental e paradigmas de desenvolvimento. In: **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina do Texto, 2004. p. 16-29.

SANTOS, M. A. **Ações de educação ambiental no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Capela/SE**. São Cristóvão, SE, 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe, 2014.

SANTOS, S. J.; SONAGLIO, K. E. Análise das metodologias de planejamento e organização do turismo segundo os principais autores brasileiros. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 3, n. 2, p. 62-83, 2013.

SANTOS, T. S.; SOUZA, P. A. R.; PEREIRA, R. S. Pesquisa em turismo e desenvolvimento regional: análise dos estudos realizados no Brasil entre os anos de 1997 e 2013. **Anais de Seminários em Administração**, v. 17, 2014.

SCÓTOLO, D.; NETTO, A. P. Contribuições do turismo para o desenvolvimento local. **CULTUR - Revista de Cultura e Turismo**, v. 9, n. 1, p. 36-59, 2015.

SECRETARIA do Meio Ambiente promove 1º Guigoturarte para evidenciar importância da Mata do Junco. **Sergipe Governo do estado**, 2017. Disponível em: < <https://www.se.gov.br/noticias/desenvolvimento/secretaria-do-meio-ambiente-promove-1-guigoturarte-para-evidenciar-importancia-da-mata-do-junco> >. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

SERGIPE. **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco**. SEMARH – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos/Secretaria de biodiversidade e Florestas, 2011.

SILVA, C. M. da. **Estratégias para implementação de governança ambiental no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, uma Unidade de Conservação Estadual de Sergipe**. 2016. 195 f. Dissertação (Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

SOUZA, M. F. de et al. **Indicadores, monitoramento e avaliação de políticas públicas**. 2014.

TRIVINOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLS, J. F. **Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

VIEIRA, L. V. L.; DE ALMEIDA, M. Conflitos ambientais no litoral norte de Sergipe. **Seminários Espaços Costeiros**, v. 1, 2011.

WOOD, M. E. Ecotourism: principles, practices & policies for sustainability. UNEP. **The International Ecotourism Society**, Paris, France, 2002.

WWF. World Wildlife Fund. Guidelines for community-based ecotourism development. Gland. Switzerland: WWF International, 2001.

YIN, R. et al. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

Apêndice 1 – Termo de compromisso

Apêndice 2 – Roteiro de entrevista para gestores

Apêndice 3 – Imagens do REVIS Mata do Junco

Apêndice 4 – Questões propostas por Boo (1999)

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM TURISMO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ECOTURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, CAPELA, SE: SUBSÍDIOS PARA UM PLANO DE AÇÃO

OBJETIVO GERAL

Analisar as condições para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco em Capela (SE).

PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Serão realizadas entrevistas com os moradores das agrovilas do entorno do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, bem como representantes de instituições públicas como os gestores da UC e setor privado com potencialidade para oferecer serviços no local, visando colher informações sobre o desenvolvimento do Ecoturismo.

Jardel de Carvalho Bispo
Pesquisador

Prof. Dr. Cláudio Roberto Braghini
Orientador

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar
Co-orientador

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro que os objetivos da pesquisa acima descritos me foram lidos e explicados pelos responsáveis e que concordo em participar da mesma.

Estou informado(a) de que, se houver qualquer dúvida a respeito do andamento da pesquisa terei total liberdade para perguntar ou me recusar a continuar participando da mesma.

Também estou informando(a) que:

- a) Não serei obrigado(a) a realizar nenhuma atividade para a qual não me sinta disposto(a);
- b) Meu nome e dos demais participantes da pesquisa, não serão divulgados;
- c) As informações individuais não serão divulgadas;
- d) Os responsáveis deverão fornecer informações sobre a pesquisa quando forem solicitadas;
- e) Os participantes da pesquisa podem solicitar que suas informações sejam excluídas da pesquisa;

Ao assinar este termo, passo a concordar com a divulgação das informações da pesquisa em ambientes acadêmicos, desde que respeitadas as condições acima, que me foram explicadas. O pesquisador responsável por este projeto de pesquisa é Jardel de Carvalho Bispo, que pode ser contatado pelo e-mail jardeldecarvalhob@gmail.com ou pelo telefone: (79) 99681-6054.

Aracaju, _____ de _____ de 2020.

Participante

Pesquisador



INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E EXTENSÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE MESTRADO PROFISSIONAL
EM TURISMO

Apêndice 1 Roteiro de entrevista para os gestores do REVIS Mata do Junco

Local da entrevista: _____

Data ____/____/____

A. IDENTIFICAÇÃO

1. Como se tornou gestora da UC?
2. Representante
3. Função?
4. Tempo de gestão?

B. SOBRE A GESTÃO DA UC

5. Qual foi sua colaboração para a elaboração do Plano de Manejo?
6. Quem participa da gestão da UC?
7. Quais são suas atribuições?
8. Houveram mudanças significativas na troca de governo?
9. Existem parcerias entre as comunidades e a gestão da UC? Se sim, quais são?
10. Existem parcerias entre setor privado, gestão da UC e comunidade? Se sim, como isso é feito?
11. Quais são as comunidades do entorno da UC que se relacionam com a UC?
12. Como as comunidades se utilizam dos recursos da UC?
13. Quais as atividades que as comunidades podem desenvolver, e podem desenvolver dentro do REVIS?

C. SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA UC

14. Quais são as atividades de ecoturismo que podem ser desenvolvidas na UC?
15. Quais são os recursos da UC que podem ser aproveitados pelo Ecoturismo?
16. Quais são as preocupações com o desenvolvimento do ecoturismo na UC?
17. Quais são os benefícios que ecoturismo pode trazer para a UC?
18. Existem atividades de ecoturismo que já são desenvolvidas na UC? Se sim, quais?

D. SOBRE A INFRAESTRUTURA DA UC, EQUIPE E FONTE DE RECURSOS

19. Existe um orçamento anual para o REVIS?
20. De onde vem os recursos para custeio da UC?
21. Qual o número de funcionários no REVIS e quais são as suas funções?
22. Existe visitação no REVIS? Se sim, como é feito esse controle?
23. A infraestrutura do REVIS atende a atual demanda de visitantes?
24. Existe alguma ação de monitoramento sendo feita? Se sim, quais são?

Imagens do REVIS Mata do Junco

Figura 24 - Entrada no REVIS MJ.



Fonte: Autor, (2017).

Figura 25 - Entrada da Sede do REVIS



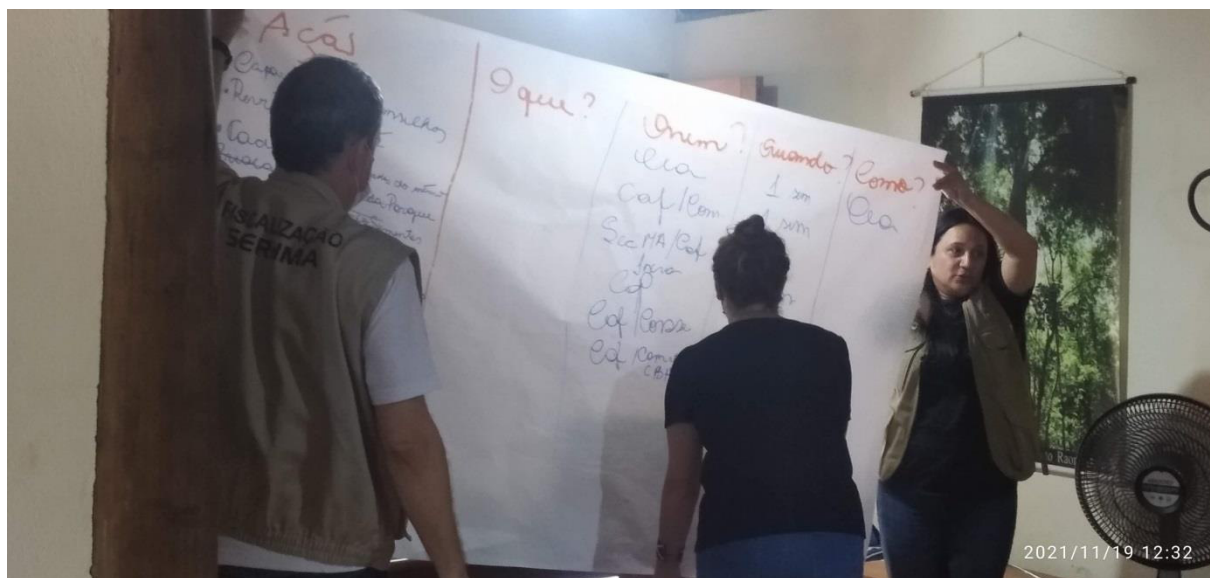
Fonte: Autor, (2017).

Figura 26 - Oficina Participativa com o Conselho Gestor no REVIS Mata do Junco.



Fonte: Autor, (2022).

Figura 27 - Oficina Participativa com o Conselho Gestor no REVIS Mata do Junco.



Fonte: Autor, (2022).

Apêndice 4 – Questões propostas por Boo (1999)

CARACTERÍSTICAS INTERNAS

Relativas aos recursos naturais

- Descrever recursos naturais, o que existe se eles estão intactos ou ameaçados?
- Quais estudos estão sendo levantados?
- Qual o impacto do ecoturismo nos recursos disponíveis?

Relativas à visitação e níveis de visitação

- Existe um sistema para registrar estatísticas de visitação no parque? Se existir, descreva-o.
- O que os visitantes fazem no parque? Liste as atividades e indique as mais populares.
- Que tipo de promoção ou *marketing* o parque tem seguido para atrair visitantes? Colete...
- Que nível de visitação pode ser realisticamente esperado para o futuro?
- Que mercado o parque serve, atual e potencial (visitantes locais, estrangeiros em massa, elite estrangeira, outro)? Como isso afeta o tipo de experiência do visitante e a infraestrutura que é desejada?

Relativas à Infraestrutura do local

- Liste toda a infraestrutura do parque (exemplos: centro de visitantes, trilhas, restaurantes/bares, lojas de presentes, hotéis, etc.)
- Quem utiliza a infraestrutura local e com que frequência.
- Contribuições financeiras para os residentes advindas do REVIS (exemplos: lojas de presentes, hotéis, restaurantes, etc.)

Relativas aos Recursos Humanos

- Pessoas envolvidas com os turistas no parque, suas funções, salários e origem dos salários.
- Que tipo de treinamento o pessoal recebeu para trabalhar com os turistas? Explique.

CARACTERÍSTICAS EXTERNAS

Relativas à Interação entre o local visitado e a comunidade local

- Identifique os indivíduos locais, comunidades e organizações não governamentais envolvidas com ou afetadas pelo turismo no parque.
- Identifique os tipos de negócios turísticos ou outros produtos e serviços que envolvem a população local.
- Existe alguma cooperativa ou associação turística na área? Quem participa? O que eles fazem?

Relativas a Infraestrutura regional

- Como os turistas normalmente se transportam para o parque, tanto estrangeiros como nacionais?

Relativas à Estrutura legal, considerações políticas e questões orçamentárias

- Qual é a existência (ou proposta) de documentos legais que regulamentam as atividades turísticas no parque?
- O parque possui zonas para certas atividades? Existe uma zona turística?
- Existe um sistema para coletar taxa de entrada na área? Se sim, descreva-o. Se não, por quê?
- Os rendimentos vindos desse sistema de taxa de entrada ficam no parque? Explique o processo?
- Qual é a origem da verba destinada ao parque? (Por exemplo, tesouro nacional, doadores estrangeiros, doações, etc.).
- Esta verba é adequada para o gerenciamento das atividades de turismo atual? Existe verba disponível para o gerenciamento das atividades turísticas futuras?

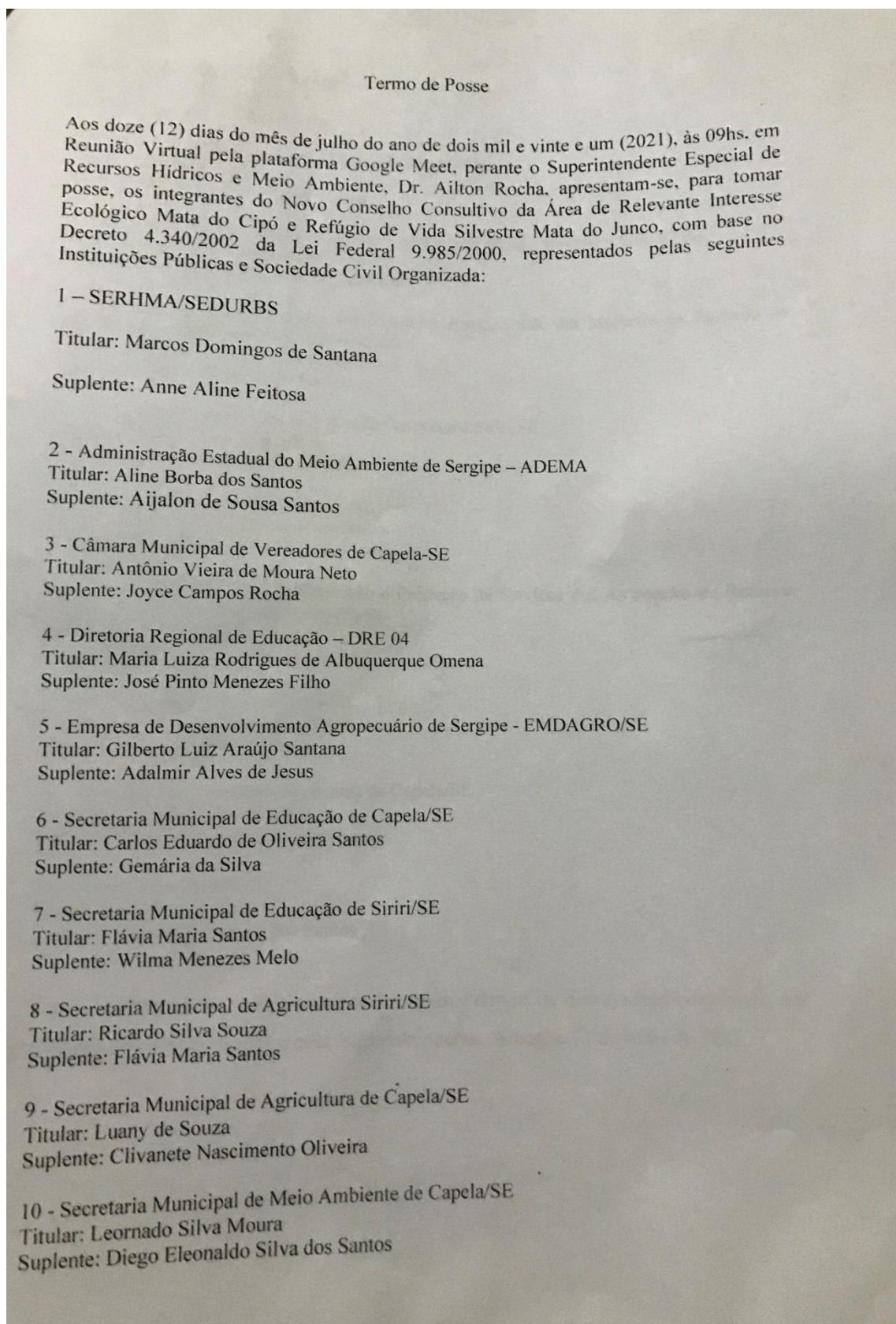
Relativas ao Envolvimento do setor privado

- Qual é o setor privado envolvido com o turismo no parque?
- O parque ou governo local possui alguma política ou regulamentos sobre o envolvimento do setor privado no local?

ANEXOS

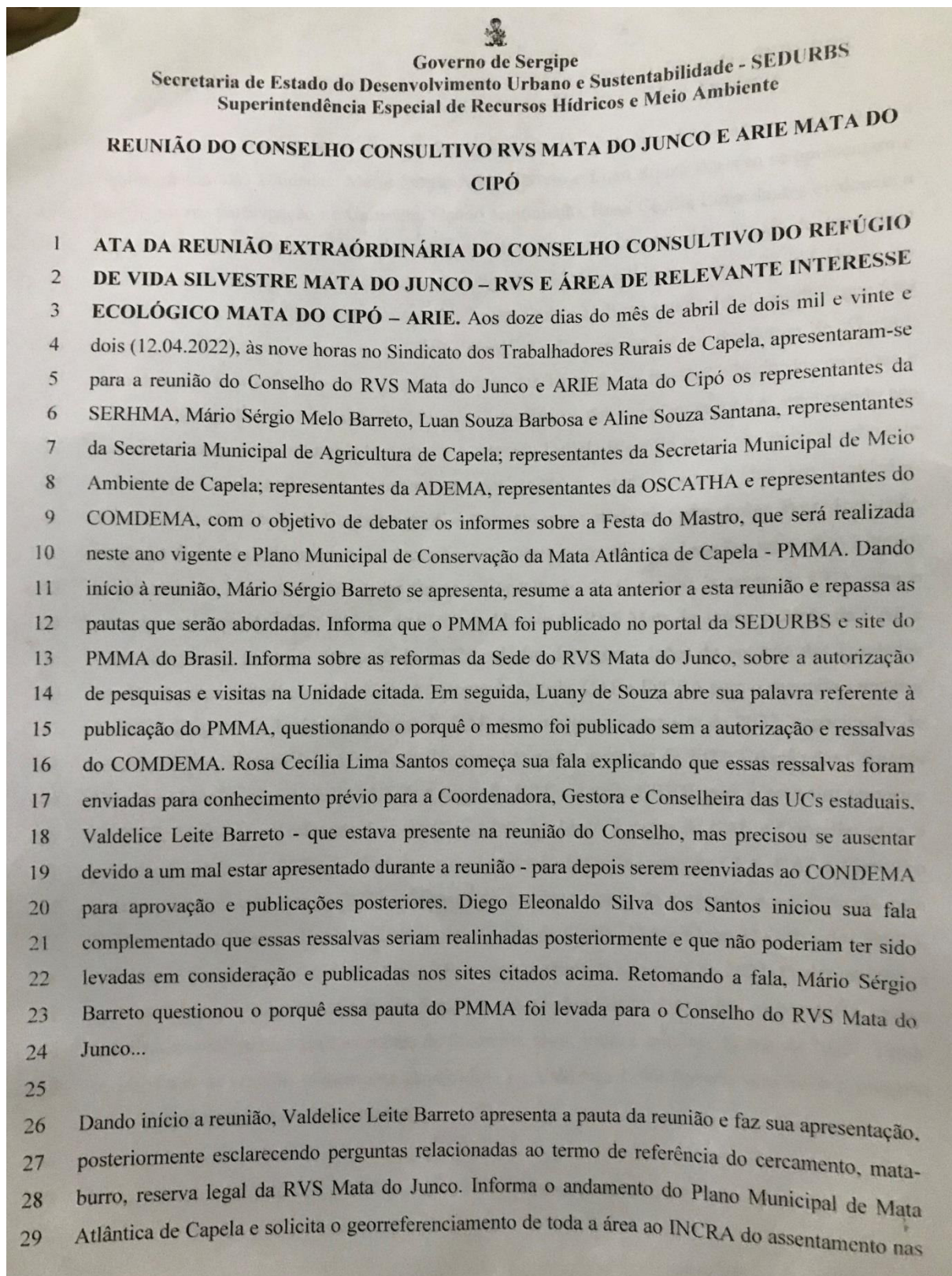
Anexo 1 – Documentos processuais do REVIS Mata do Junco.

Figura 28 - Termo de Posse do Conselho Consultivo.



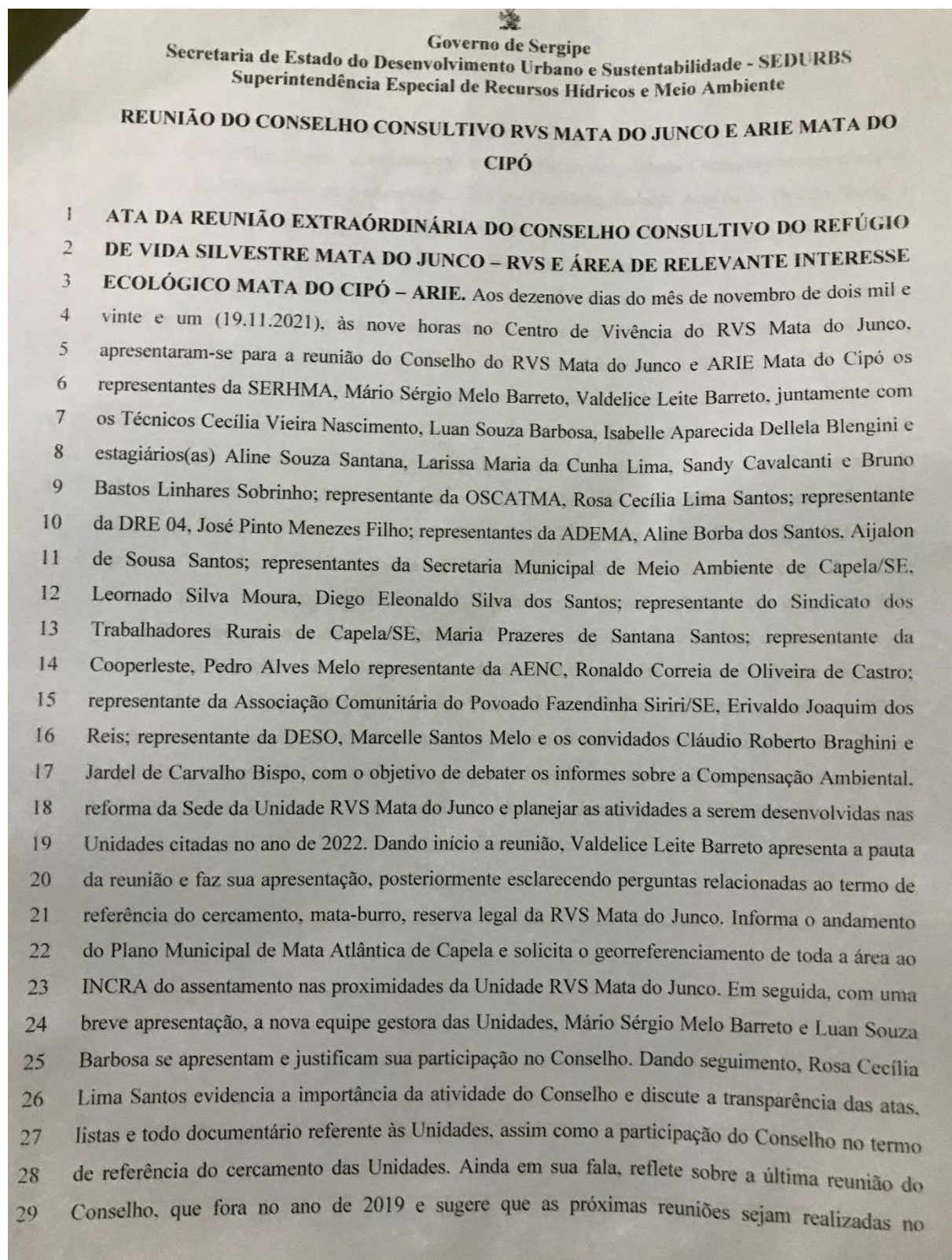
Fonte: Sergipe, (2021).

Figura 29 - Ata de Reunião do Conselho Consultivo



Fonte: Sergipe, (2022).

Figura 30 - Ata de Reunião do Conselho Consultivo



Fonte: Sergipe, (2021).


Figura 31 - Exemplo de orçamento de materiais para o REVIS MJ.

Casa Arimatéia - Materiais de Construção				
Cliente: Unidade Preservação Ambiental (Mata do Junco)				
ORÇAMENTO MATERIAL ELÉTRICO				
Item	Quant.	Unid.	Produto	Valor Total
1	500	m	CABO FLEXÍVEL 1C X 1.50 MM²	R\$ 380,00
2	600	m	CABO FLEXÍVEL 1C X 2.50 MM²	R\$ 684,00
3	1600	m	CABO FLEXÍVEL 1C X 4.00 MM²	R\$ 2.520,00
4	37	pça	LUMINÁRIA TARTARUGA	R\$ 773,00
5	43	pça	LUMINÁRIA PLAFON	R\$ 164,00
6	5	pça	VENTILADOR DE PAREDE	R\$ 1.100,00
7	78	pça	LÂMPADA COMPCTA 3U 25W/220V	R\$ 1.112,00
8	9	pça	POSTE 2 BÇ + 2 LUMINÁRIA GLOBO	R\$ 2.375,00
9	12	pça	RELÊ FOTELÉTRICO 220V + BASE	R\$ 263,00
10	16	pça	LÂMPADA COMPCTA 4U 60W/220V	R\$ 593,00
11	11	pça	FITA ISOL. DE BAIXA TENSÃO 3M - 20 M	R\$ 105,00
12	7	pça	FITA ISOL. DE ALTA TENSÃO 3M - 10 M	R\$ 157,00
13	6	pça	DISJUNTOR BIPOLAR CURVA C 32A	R\$ 171,00
14	13	pça	TOMADA SIMPLES P/CX 4X2 10A/250V	R\$ 112,00
15	9	pça	INTERRUP. SIMPLES P/CX 4X2 10A/250V	R\$ 77,00
16	13	pça	INTERRUP. 2 SEÇÕES P/CX 4X2 10A/250V	R\$ 152,00
17	160	m	CONDUTE 3/4"	R\$ 200,00
TOTAL				R\$ 10.938,00

Fonte: Sergipe, (2018).

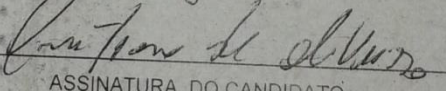
Figura 32 - Cadastro de Brigadista.

ANEXO 3


 INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
 DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
 COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL
 DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL EM ATIVIDADE

CADASTRO DE BRIGADISTA

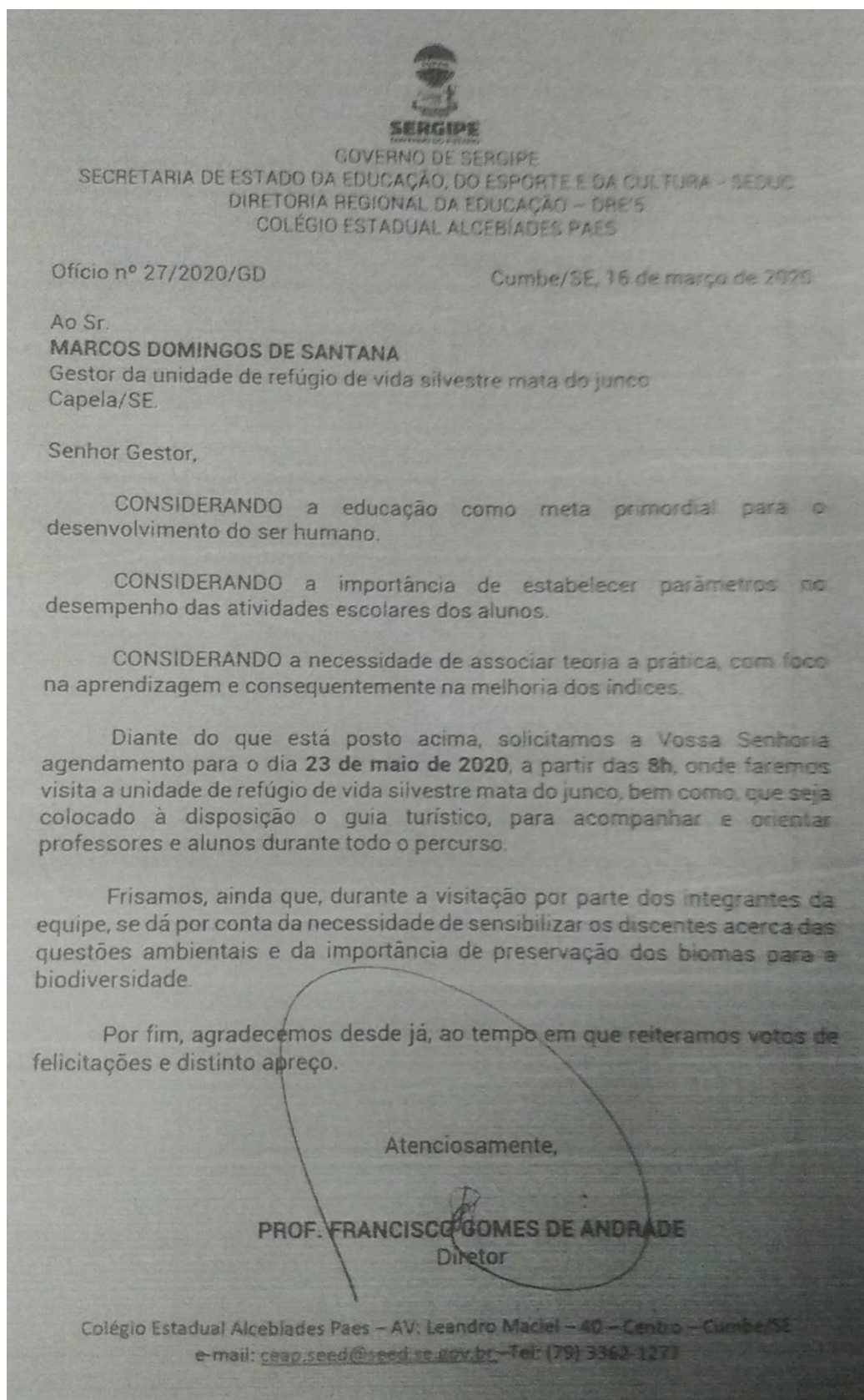
NOME: CRISTIANO DE OLIVEIRA DATA NASC: 24/02/22
 LOTAÇÃO: REFÚGIO DA VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO - CAPELA/SE
 PORTARIA Nº:
 CARGO: BRIGADISTA VOLUNTÁRIO
 ENDEREÇO RESIDENCIAL: RUA. NOSSA SENHORA DAS DORES 137
 BAIRRO: CENTRO MUNICIPIO: CAPELA UF: SE
 CPF Nº: 009482765-47 PIS/PASEP Nº: 20950380924
 IDENTIDADE Nº: 30748704 DATA DE EXPEDIÇÃO: 17/02/2006 ORGÃO EXP.: SSP
 TÍTULO ELEITOR Nº: 19948092451 ZONA: QRS SEÇÃO: 0012
 ESTADO CIVIL: SOLTEIRO ORIGEM ÉTNICA: BRANCA FATOR RH (TIPO SANGÜINEO): O+
 ESCOLARIDADE: () 1º GRAU ☒ 2º GRAU () 3º GRAU
 DADOS BANCÁRIOS (BANCO DO BRASIL OU BANCO REAL):
 BANCO Nº: BRASIL AGÊNCIA: 0280-1 CONTA CORRENTE: 498442828306
 (INFORMAR DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA E CONTA CORRENTE)

CAPELA 11 de JUNHO de 2010.

 ASSINATURA DO CANDIDATO

Preencher o Formulário a máquina ou letra de forma (legível)

Fonte: Sergipe, (2010).

Figura 33 - Exemplo de ofício para visitação no REVIS MJ.



Fonte: Sergipe, (2020).